



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

NO XIII — N.º 151

DISTRITO FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 4 DE NOVEMBRO DE 1958

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDENCIA

24.ª Sessão conjunta

4.ª Sessão Legislativa Ordinária
da 3.ª Legislatura

Em 4 de Novembro de 1958, às 21.00 horas,
no Palácio da Câmara dos Deputados

ORDEM DO DIA

1 — Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei n.º 1.239, de 1956, Câmara dos Deputados e n.º 201, de 1957, no Senado Federal, que assegura aos servidores do Departamento Federal de Segurança Pública, o exercício de atividade estritamente policial, prisão especial, aposentadoria aos 25 anos de serviço e promoção *post mortem*; tendo Relatório n.º 32, de 1957, da Comissão Mista designada de acordo com o art. 46 do Regimento Comum.

2 — Veto presidencial (total) ao Projeto de Lei n.º 2.249, de 1957, Câmara dos Deputados e 126, de 1958, no Senado Federal, que altera a legislação do Imposto de Consumo; tendo Relatório sob n.º 21, de 1958, da Comissão Mista designada de acordo com o art. 46 do Regimento Comum.

ORIENTAÇÃO PARA VOTAÇÃO

Art. 1.º Dispositivo a que se refere

N.º 1.º Veto

- 1 — Art. 1.º (expressões)
- 2 — § 2.º do art. 1.º (parte final)
- 3 — Art. 2.º

2.º Veto

- 4 — Todo o projeto

Sessões conjuntas convocadas em 10 e 27 de Outubro de 1958
para apreciação de vetos presidenciais

4 de novembro

- 3) Veto (total) ao Projeto de Lei (n.º 1.575-56, na Câmara, e número 201-57, no Senado), que assegura aos servidores do Departamento Federal de Segurança Pública, com exercício de atividade estritamente policial, prisão especial, aposentadoria aos 25 anos de serviço e promoção *post mortem*.
- 2) Veto (total) ao Projeto de Lei (n.º 2.249-57, na Câmara, e número 126-58, no Senado) que altera dispositivos da legislação do Imposto de Consumo.

5 de novembro

- 1) Veto (parcial) ao Projeto de Lei (n.º 1.546-56, na Câmara, e número 50-57, no Senado) que cria, no Ministério da Educação e Cultura, o Quadro Especial do Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul.
- 2) Veto (parcial) ao Projeto de Lei (n.º 1.006-56, na Câmara, e número 27-58, no Senado) que inclui nas funções de extranumerário mensalista das tabelas únicas do Ministério da Marinha, os professores do Colégio Naval, dos Centros de Instrução das Escolas de Aprendizes Marinha e Escolas Técnicas Profissionais e dá outras providências.
- 3) Veto (total) ao Projeto de Lei (n.º 1.497-56, na Câmara, e número 306-58, no Senado) que transfere para o Ministério da Educação e Cultura o Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública.

Em 6 e 11 de novembro

Veto (parcial) ao Projeto de Lei (n.º 3 285-57, na Câmara, e número 94-58, no Senado) que fixa vencimentos de juizes e membros do Ministério Público e dá outras providências.

sendo votados:

no dia 6 os dispositivos vetados nos arts. 5.º 6.º 14 e 20; e no dia 11 os demais (arts. 22, 23 e 25).

Em 7 de novembro

- 1) Veto (parcial) ao Projeto de Lei (n.º 382-55, na Câmara, e número 293-56, no Senado) que dispõe sobre as condições de admissão de nacionais e estrangeiros ao exercício de atividade remunerada no país e sobre a abolição do registro policial de estrangeiro.
- 2) Veto (parcial) ao Projeto de Lei n.º 2 153-55, na Câmara, e número 233-57 no Senado) que dispõe sobre a emissão de letras e obrigações do Tesouro Nacional e dá outras providências.

Em 12 e 13 de novembro

Veto (parcial) ao Projeto de Lei (n.º 2 234-57, na Câmara, e número 84-58, no Senado) que cria o Fundo Portuário Nacional, a Taxa de Melhoramentos dos Portos e dá outras providências.

sendo votados:

no dia 12 os dispositivos vetados dos arts. 2.º 3.º e § 1.º do art. 19; e no dia 13 os demais (dos arts. 15, 17 e § 2.º do art. 19).

Em 18 de novembro

- 1) Veto (total) ao Projeto de Lei (n.º 3.930-53, na Câmara, e número 82-57, no Senado) que regula a contagem de tempo de serviço para os para-quadristas militares.
- 2) Veto (parcial) ao Projeto de Lei (n.º 117-55, na Câmara, e número 124-57, no Senado) que cria taxa especial para propaganda do café no exterior.
- 3) Veto (total) ao Projeto de Lei (n.º 916-56, na Câmara, e número 102-58, no Senado) que estende aos contínuos e serventes dos órgãos autárquicos e paraestatais da União, assim também compreendidas as Estradas de Ferro e Empresas de Navegação incorporadas ao Patrimônio da União, e do Serviço Público Federal as disposições dos arts. 1.º e 3.º da Lei n.º 1 721, de 4 de novembro de 1952.
- 4) Veto (parcial) ao Projeto de Lei (n.º 2.450-57, na Câmara, e número 30-58, no Senado) que abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00 para socorrer as vítimas da explosão de Gramacho, em Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, e do incêndio em Guaratinguetá, Estado de São Paulo.

Em 19 de novembro

Veto (parcial) ao Projeto de Lei (n.º 1.181-56, na Câmara, e número 92-57, no Senado) que reorganiza as Secretarias do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, cria o respectivo Quadro de Pessoal e dá outras providências.

Em 2, 3, 4 e 9 de dezembro

Veto (parcial) ao Projeto de Lei (n.º 476-55, na Câmara, e número 101-56, no Senado) que dispõe sobre o Código do Ministério Público do Distrito Federal e dá outras providências.

sendo votados:

no dia 2 os dispositivos vetados do art. 16 ns. II — VII — XI — XII (letra d), 21, n.º II; 22; 27, n.º I; 49, § 2.º;
no dia 3 os dos arts. 50; 56; 65; parágrafo único do art. 67; 73;
no dia 4 os dos arts. 16, n.º XII, e; 21, n.º III, f; parágrafo único do art. 21; 81; 83; 88; 124; e
no dia 9 os dos arts. 128; 131; 132; 133; 134; parágrafo único do art. 139.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu nos termos do art. 27, letra n, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO

N.º 18, de 1938

Artigo único — Será comemorado, anualmente, pelo Senado Federal dia 19 de novembro — "Dia da Bandeira" — com os seguintes atos:

1.º — As doze horas, com a presença de Senadores e funcionários, será solenemente hasteado o Pavilhão Nacional, em lugar condigno.

2.º — Na primeira parte do expediente da sessão, que neste dia se realizar, só poderão fazer uso da palavra os oradores que desejem ocupar-se da efeméride.

Senado Federal, em 3 de novembro de 1938

Senador Apolônio Salles

Vice-Presidente do Senado, no exercício da Presidência

Mesa

Presidente — João Goulart (Vice-Presidente da República)
Vice-Presidente — Senador Apolônio Salles

1.º Secretário — Senador Cunha Mello

2.º Secretário — Senador Freitas Cavalcanti

3.º Secretário — Senador Victorino Freire

4.º Secretário — Senador Domingos Velasco

1.º Suplente — Senador Mathias Olympio

2.º Suplente — Senador Prisco dos Santos.

Líderes e Vice-Líderes

Da Maioria

Líder: Plínio Müller.

Vice-Líderes:

Gaspar Veloso.

Lima Guimarães.

Gilberto Marinho.

Lameira Bittencourt.

Da Minoria

Líder: João Villasboas

Vice-Líder: Rui Palmeira.

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL
DEMOCRÁTICO

Líder: Plínio Müller.

DO PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO

Líder: Lima Guimarães

Vice-Líderes:

Mourão Vieira.

Saulo Ramos.

DA UNIÃO DEMOCRÁTICA
NACIONAL

Líder: João Villasboas

Vice-Líder: Rui Palmeira.

DO PARTIDO REPUBLICANO

Líder: Atílio Vivacqua

DO PARTIDO SOCIAL
PROGRESSISTA

Líder: Reginaldo Cavalcanti.

Vice-Líder: Lino de Mattos.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder: Novais Filho.

Comissão Diretora

Apolônio Salles — Presidente.

Cunha Mello

Freitas Cavalcanti.

Victorino Freire

Domingos Velasco.

Mathias Olympio.

Prisco dos Santos.

Secretário: Luiz Nabuco (Diretor

Comissão de Constituição
e Justiça

Lourival Fontes — Presidente.
Daniel Krieger — Vice-Presidente

(1) Gilberto Marinho.
Benedito Valadares.

Gaspar Veloso.
Ruy Carneiro (2).

Argemiro de Figueiredo.
Lima Guimarães.

Rui Palmeira
Atílio Vivacqua.

Jorge Magalhães.

(1) Substituído temporariamente pelo Senador João Villasboas.

(2) Substituído temporariamente pelo Senador Lameira Bittencourt

Secretário — Odenegus Gonçalves Leite.

Reuniões — Quartas-feiras, às 10,30 horas.

Comissão de Economia

Carlos Lindenberg — Presidente.
Fernandes Távora — Vice-Presidente.

Alô Guimarães.
Lima Teixeira.

Alencastro oGuimarães.
Argemiro de Figueiredo.

Jura Magalhães.
Leônidas de Mello.

Secretária — Ily Rodrigues Alves.

Reuniões — Terças-feiras, às 16 horas.

Comissão de Educação
e Cultura

Mourão Vieira — Presidente
Públio de Mello — Vice-Presidente

Gilberto Marinho.
Mem de Sá

Saulo Ramos
Ezequias da Rocha (1).

Reginaldo Fernandes
(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Atílio Vivacqua

Secretário: Diva Gallotti.

Reuniões — Sextas-feiras, às 15,30 horas.

Comissão de Finanças

Alvaro Adolpho — Presidente.
Vivaldo Lima — Vice-Presidente.

Lameira Bittencourt.
Ary Vianna.

Lima Guimarães.
Onofre Gomes.

Paulo Fernandes.
Daniel Krieger.

Carlos Lindenberg.
Mathias Olympio.

Parsifal Barroso.
Juracy Magalhães.

Julio Leite.
Othon Mäder.

Lino de Mattos.
Novais Filho.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00
Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 330
Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 102,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

SUPLENTES

Gaspar Veloso.

Mourão Vieira.

Atílio Vivacqua.

Mem de Sá.

Comissão de Redação

1 — Ezequias da Rocha — Presidente.

2 — Sebastião Archer — Vice-Presidente (*)

3 — Públio de Mello

4 — Rui Palmeira.

5 — Saulo Ramos.

(*) Substituído interinamente, pelo Senador Francisco Gallotti.

Secretária — Cecília de Rezende Martins.

Reuniões — Terças-feiras, às 15 horas.

Comissão de Relações
Exteriores

João Villasboas — Presidente.
Georgino Avelino.

Bernardes Filho — Vice-Presidente
Gilberto Marinho.

Benedito Valadares.
Lourival Fontes (4).

Gomes de Oliveira.
Rui Palmeira (3).

Moura Andrade
(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Atílio Vivacqua

(2) Substituído temporariamente pelo Sr. Lima Teixeira.

(3) Substituído temporariamente pelo Sr. Mario Motta.

(4) Substituído temporariamente

Secretário: J. B. Castelo Branco

Reuniões — Quartas-feiras, às 1 horas.

Comissão de Saúde Pública

Reginaldo Fernandes — Presidente
Alô Guimarães — Vice-Presidente

Pedro Ludovico
Ezequias da Rocha.

Vivaldo Lima
Secretária: Diva Gallotti.

Reuniões — Quartas-feiras, às 1 horas.

Comissão de Legislação
Social

Lima Teixeira — Presidente.
Ruy Carneiro — Vice-Presidente

(1) Lameira Bittencourt.
Primio Beck (2).

Lino de Mattos.
Waldemar Santos.

Sylvio Curvo.
João Arruda.

Armando Rodrigues.
(1) Substituído pelo Sr. Ribeiro

Casado.
(2) Substituído pelo Sr. Moreira

Filho
Reunião — Quartas-feiras, às 1 horas.

Müller.
Secretário — Pedro de Carvalho

Comissão de Segurança
Nacional

Onofre Gomes — Presidente.

Casado de Castro — Vice-Pres.

Pedro Ludovico.
Moreira Filho.
Alencastro Guimarães
Sylvio Curvo (1).
Jorge Maynard.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Mario Motta.
Secretaria: Romilda Duarte.
Reuniões — Quartas-feiras, às 175 horas.

Comissão de Serviço Público Civil

Prisco dos Santos — Presidente.
Gilberto Marinho — Vice-Presidente.

Mem de Sá.
Caetano de Castro.
Ari Vianna.
Carlos Lindenberg.
Secretaria: Ily Rodrigues Alves.
Reuniões — Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Jorge Maynard — Presidente.
Neves da Rocha — Vice-Presidente.
Waldemar Santos.
Novaes Filho.
Colimbra Bueno (*).

(*) Substituído temporariamente pelo Sr. Frederico Nunes.
Secretaria — Maria Cherubina Costa.
Reuniões — Quartas-feiras, às 15 horas.

Comissões Especiais

Comissão de Revisão do Código de Processo Civil

João Villasboas — Presidente.
Georgino Avelino — Vice-Presidente.
Atílio Vivacqua — Relator.
Filinto Müller.
Secretaria: José da Silva Lisboa.
Reuniões — Quartas-feiras.

Comissão Especial incumbida de elaborar os Projetos do Código Eleitoral e do Código Partidário.

João Villasboas — Presidente.
Mem de Sá — Vice-Presidente.
Gaspar Velloso — Relator do Projeto do Código Eleitoral.
Gomes de Oliveira — Relator do Projeto do Código Partidário.
Lameira Bittencourt.
Francisco Arruda — Secretário.

Comissão de Mudança da Capital

Colimbra Bueno — Presidente.
Paulo Fernandes — Vice-Presidente.
Atílio Vivacqua — Relator.
Alberto Pasqualini (1).
Lino de Mattos.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Primo Beck.
Reuniões — Quintas-feiras.
Secretaria: Sebastião Veiga.

Comissão de Estudos do Projeto do Edifício destinado ao Senado Federal em Brasília.

Cunha Mello — Presidente.
Francisco Gallotti — Vice-Presidente.
Gilberto Marinho.
Colimbra Bueno (1).
Jorge Maynard.
Mourão Vieira.
Isaac Brown — Consultor Técnico.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Frederico Nunes.

Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas.

Secretário — Alva Lúcio Rodrigues.

Comissão de Consolidação das Leis do Trabalho

Senadores

Lima Teixeira — Presidente.
Ruy Carneiro.
Argemiro de Figueiredo.
Reginaldo Cavalcanti.
Othon Mäder.
Ernani Sátiro — Vice-Presidente.
Aarão Steinbruch — Relator Geral.
Tarso Dutra.
Jefferson Aguiar.
Cunha Mello — Presidente.
Moura Fernandes.
Lourival Leite.
Lourival de Almeida.
Raimundo Brito.

Comissão Especial do Vale do Rio Doce

1 — Benedito Valadarez — Presidente.
2 — Othon Mäder — Vice-Presidente.
3 — Atílio Vivacqua.
4 — Jorge Maynard.
5 — Lima Teixeira.

Secretaria: Cecília de Resende Martins.

Comissão Especial de Estudo da Política de Produção e Exportação.

Lima Teixeira — Presidente.
Fernandes Távora — Vice-Presidente.
Gaspar Velloso — Relator Geral.
Mourão Vieira.
Francisco Gallotti.
Gilberto Marinho.
Atílio Vivacqua.
Frederico Nunes.
Primo Beck.
Secretário — José Geraldo da Cunha.

Comissão Especial de Estudos dos Problemas da Sêca do Nordeste.

Gaspar Velloso — Presidente.
Reginaldo Fernandes — Vice-Presidente.
Jorge Maynard — Relator Geral.
Ruy Carneiro.
Arlindo Rodrigues.
Secretário — José Geraldo da Cunha.

Comissão de Reforma Constitucional para emitir parecer sobre Projeto de Reforma Constitucional n. 1, de 1956, que altera a Emenda Constitucional n. 2.

Atílio Vivacqua — Presidente.
Lima Guimarães — Vice-Presidente.
Gilberto Marinho.
Ruy Carneiro.
Saulo Ramos.
Gaspar Velloso.
Lourival Fontes.
Caetano de Castro.
Alvaro Adolpho.
Alô Guimarães.
Moreira Filho.
Argemiro de Figueiredo.
João Villasboas.
Daniel Krieger.
Mem de Sá.
Lino de Mattos.

Comissão Mista de Reforma Administrativa

Horácio Lafer — Presidente.
Gomes de Oliveira — Vice-Presidente.
Gustavo Capanema — Relator.
Afonso Arinos — Relator.
Bilac Pinto.
Batista Ramos.
Arnaldo Cerdeira.
Filinto Müller.
Ary Vianna.
Cunha Mello.
Colimbra Bueno.
Juracy Magalhães.
Bernardes Filho.

Comissão Mista incumbida de sugerir medidas legislativas que regulem a organização político-administrativa, legislativa e judiciária da futura Capital da República.

SENADORES

Cunha Mello — Presidente.
Gilberto Marinho.
João Villasboas.

DEPUTADOS

Brasílio Machado Neto — Vice-Presidente.
Adauto Lucio Cardoso.
João Machado.
Secretário — Mécio dos Santos Andrade.
Auxílio de...

Ata das Comissões

Comissão de Finanças

RELATORIO DO ORÇAMENTO PARA 1959

Anteros — Relatores
1 — Receita — Senador Lameira Bittencourt.
2 — Poder Legislativo — Senador Vivaldo Lima.
01 — Câmara.
02 — Senado.
3 — Órgãos Auxiliares — Senador Gaspar Velloso.
01 — Tribunal de Contas.
02 — Cons. Nacional de Economia.
4 — Poder Executivo — 4.01 02 — Presidência da República — 4.02 — DASP — Senador Lima Guimarães.
4.03 — Estado Maior das Forças Armadas — Senador Lima Guimarães.
4.04 — Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas — Senador Lima Guimarães.
4.05 — Comissão de Reparações de Guerra — Senador Lima Guimarães.
4.06 — Comissão do Vale do São Francisco — Senador Juracy Magalhães.
4.07 — Conselho Nacional de Energia Elétrica — Senador Lima Guimarães.
4.08 — Conselho Nacional do Petróleo — Senador Lima Guimarães.
4.09 — Conselho de Segurança Nacional — Senador Lima Guimarães.
4.10 — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia — Senador Vivaldo Lima.

4.11 — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste — Senador Daniel Krieger.
4.12 — Ministério da Aeronáutica — Senador Juracy Magalhães.
4.13 — Ministério da Agricultura — Senador Paulo Fernandes.
4.14 — Ministério da Educação e Cultura — Senador Daniel Krieger.
4.15 — Ministério da Fazenda — Senador Julio Leite.
4.16 — Ministério da Guerra — Senador Parsifal Barroso.
4.17 — Ministério da Justiça — Senador Carlos Lindenberg.
4.18 — Ministério da Marinha — Senador Ary Vianna.
4.19 — Ministério das Relações Exteriores — Senador Novaes Filho.
4.20 — Ministério da Saúde — Senador Lino de Mattos.
4.21 — Ministério do Trabalho — Senador Auro Moura Andrade.
4.22 — Ministério da Viação — Senador Othon Mäder.
5 — Poder Judiciário — 01 — Supremo Tribunal Federal. 02 — Tribunal Federal de Recursos. 03 — Justiça Militar. 04 — Justiça Eleitoral. 05 — Justiça do Trabalho. 06 — Justiça do Distrito Federal — Senador Mathias Olympio.

Comissão Especial de Estudos dos Problemas da Sêca do Nordeste

ATA DA 3.ª REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 1958, ÀS 16 HORAS

Aos vinte e nove dias do mês de outubro de mil novecentos e cinquenta e oito, às dezesseis horas reuniu-se a Comissão Especial de Estudos dos Problemas da Sêca do Nordeste, sob a presidência de...

a Comissão verificará que tem uma obrigação urgente a ser cumprida perante as autoridades da República ou mais diretamente, perante o Sr. Presidente da República. Em seguida, a Comissão poderia aprofundar os debates sobre cada um desses ângulos do problema das secas — tal como começu a fazer, ao ouvir os técnicos do grupo de desenvolvimento do Nordeste, e hoje ouvindo os técnicos do Departamento Nacional das Obras contra as Secas. Poderá então aprofundar os seus estudos e firmar suas conclusões, que são de grande utilidade para a matéria legislativa que lá se encontra nesta Casa e para a ou-

ano próximo, a nova Câmara dos Deputados necessariamente terá de enviar ao Senado Federal. Para que não sejamos colhidos de surpresa, para que estejamos a altura de nossa responsabilidade e amadurecidos quanto ao trato da matéria é que esta Comissão, depois de cumprir o dever que resulta da herança recebida neste relatório, debaterá todos os assuntos, apreciará cada um dos ângulos e firmará sua conclusão ou suas conclusões com uma visão de conjunto que efetivamente sirva de indicação para nós no período da elaboração legislativa, e sirva de indicação para os nossos colegas da Câmara dos Deputados que ainda não tiveram tempo ou meios de amadurecer o seu pensamento político a respeito do problema, embora a Comissão do Polígono das Secas tenha já quase dez anos de existência — ou se já não completou os dez anos, anda perto.

O SR. REGINALDO FERNANDES — No fim da legislatura, fará oito anos.

O SR. PARSIFAL BARROSO — Pense que mais, porque quando fui Deputado Federal, em 51, já existia. Logo, ela já tem mais de dez anos.

Ela ainda não está com o seu pensamento firmado, e a prova nós a temos com facilidade no fato de ainda não haverem sido enviados ao Senado todos os projetos que a Câmara possui a respeito do cumprimento do Art. 198 da Constituição: projetos que visam dar forma à legislação explicitamente exigida pelo texto constitucional.

Penso que com esses esclarecimentos, a Comissão está mais do que capacitada a prosseguir nos seus trabalhos e o Sr. Diretor do Departamento Nacional das Obras Contra as Secas poderá, em seguida, fazer a sua exposição.

O SR. PRESIDENTE — Agrado os esclarecimentos prestados pelo nosso nobre amigo Senador Parsifal Barroso e tenho o prazer de saber que podemos contar, muito em breve, não só com as suas luzes como a sua inteligência e com o seu estímulo que representou na criação da Comissão — a seu pedido — como também a sua colaboração eficiente, porque já é governador eleito de um dos Estados mais atingidos pela seca.

O SR. PARSIFAL BARROSO — O mais atingido.

O SR. PRESIDENTE — Exatamente.

Certo que que S. Ex.^a prestará, como realmente está fazendo, todo o auxílio à Comissão aproveitando a oportunidade para felicitá-lo pela sua brilhante vitória que, naturalmente, se vai refletir no seu Estado e em todo o Nordeste.

O SR. REGINALDO FERNANDES — (Pela ordem) — Sr. Presidente, desejo dar um pequeno esclarecimento ao Senador Parsifal Barroso, como integrante que fui da antiga Comissão.

O SR. PARSIFAL BARROSO — Ignorava que V. Ex.^a fosse membro da antiga Comissão.

O SR. REGINALDO FERNANDES — Realmente visitamos o Nordeste. A Comissão tinha o caráter específico de trazer ao Senado sua impressão e depoimento daquilo que se estava fazendo, no sentido de minorar os graves efeitos da seca naquela região. Aqui chegando, ouvimos os relatórios do Diretor do Departamento de Obras Contra as Secas, do Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e de alguns outros diretores de Serviços no Nordeste. Ficou estabelecido que se deveria dar um caráter permanente a essa Comissão, proposta essa de iniciativa do Senador Mendonça Clarck, re-

almente muito interessado na questão e que fez ver à Comissão as grandes vantagens que adviriam para o Nordeste de haver uma comissão permanente nesta Casa.

Devo esclarecer que esta Comissão não está prevista no Regimento. Assim sendo, não tem caráter permanente, como a de Constituição e Justiça, de Finanças etc. As não previstas no Regimento são denominadas Comissões Especiais que seria o caso desta. Atualmente deverá ser renovada em cada legislatura. Não se procedendo dessa forma ela, automaticamente, desaparecerá.

Bem inspirada e em boa hora foi essa iniciativa de um dos mais eminentes representantes desta Casa, o Senador Parsifal Barroso.

O SR. PRESIDENTE — Dou a palavra ao Sr. José Cândido, Diretor do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

O SR. JOSE' CANDIDO — Exmos. Srs. Senadores, é com grande alegria que vejo, não como Diretor do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas mas como cearense, o interesse do Senado em participar dos problemas tão sérios que afligem o nosso país.

Sinceramente, julgo que este problema depende unicamente do Senado. Ninguém em melhor posição para coordenar as medidas a serem tomadas e apresentar soluções construtivas.

Agora mesmo tivemos o prazer de ouvir um ilustre cearense eleito governador que muito poderá colaborar nesse setor.

O SR. PARSIFAL BARROSO — A minha intenção é até o dia 24 de março obter da Comissão as diretrizes e as conclusões que permitam uma elaboração legislativa consciente perfeita, à altura da responsabilidade do Senado, já quando não mais aqui estiver.

O SR. JOSE' CANDIDO — Sr. Presidente, era minha intenção trazer ao Senado, toda a equipe por mim dirigida. Há diversas equipes, sendo entregue a cada uma delas os problemas que lhes são pertinentes. A de irrigação, por exemplo, é chefiada pelo Dr. Guimarães Duque, pessoa que, na minha opinião, deveria aqui ser ouvida.

O SR. PRESIDENTE — Esclareço que estamos fazendo pesquisas. Interessam-nos os conhecimentos que a comissão possa adquirir através das iniciativas já tomadas ou das opiniões em relação às iniciativas já tomadas ou das opiniões em relação às iniciativas a serem tomadas. Estamos em busca de esclarecimentos; portanto aqueles que nos puderem ser trazidos, teremos muito prazer em ouvi-los.

A função do Relator está maravilhosamente entregue ao representante de Sergipe...

O SR. JORGE MAYNARD — Obrigado a V. Ex.^a

O SR. PRESIDENTE — ...que procura, de todos os modos fazer trabalho completo. Para tanto tem que ouvir a opinião de todos, para tirar o denominador comum, que será uma legislação adequada e para evitar os arruobos dos técnicos que, por vezes, enxergam os problemas unilateralmente. Não que enxerguem melhor, mas o fazem dentro dos seus pontos de vista, a que dão uma ênfase por vezes não verdadeira. Compreende-se que tenham suas idéias particulares, pois, do contrário não seriam técnicos, idealistas, homens públicos, mas ocorre que em certos casos não limitam seus pontos de vista às realizações que pretendem, considerando as possibilidades do Erário.

Para isso, o nosso Relator ouve a todos, a fim de tirar um denominador comum do que se poderá fazer dentro de um regime de prioridade, estabelecido, como já disse na primeira reunião, em duas fases: uma, a curto e outra, a longo prazo. Nesse regime de prioridade ainda terá de colocar-se dentro das possibilidades orçamentárias porque aí teremos também os técnicos do Ministério da Fazenda dizendo que isto ou aquilo não é possível.

Para que se faça uma coisa que não seja apenas bonita, mas que seja viável. Por esta razão já estou pedindo ao nosso Secretário que se entenda com V. S. para que, em dia determinado, o seu assessor para este setor compareça ao Senado para conversar em mesa redonda também com os membros desta Comissão. Devo assegurar que a Comissão é composta de Senadores de diversos Partidos: dois, do Partido Social Democrático, um, do Partido Social Progressista, um, da União Democrática Nacional e um, do Partido Trabalhista Brasileiro.

O SR. JOSE' CANDIDO — Dentro do critério que V. Ex.^a acaba de esclarecer seguido pela Comissão sugiro que seja chamado para dela fazer parte o Dr. Osmar Fontenele, Chefe da equipe do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, no setor ligado à piscicultura.

O Senador Parsifal Barroso que conhece, de perto, a equipe do D. N. O. C. S. talvez possa oportunamente ou hoje, sugerir outro nome. Trouxe, hoje, o Dr. João Gomes, Chefe do Serviço de Estudos e Planejamento do D. N. O. C. S.; o Dr. Alhaide, Chefe do Departamento de Secas, de Minas Gerais o Dr. Luiz Saboia, Chefe da Comissão de Aproveitamento do Vale Jaguaribe, o maior vale do Estado do Ceará, o Dr. Geraldo Gomes, Chefe do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas do Rio Grande do Norte.

Sem querer tomar muito tempo de V. Exas. devo esclarecer, que, lamentavelmente, não pude vir aqui preparado para prestar ao Senado as informações detalhadas que se imputam a uma Comissão como esta. Cheguei do Nordeste no fim da semana passada e fui chamada pela Casa Militar para apresentar um levantamento de todos os débitos do D. N. O. C. existente no Nordeste separando os orçamentários dos de emergência. Este serviço tem me roubado todo o meu tempo. A Repartição está entregando, praticamente, a este trabalho. Temos que entregá-lo provavelmente ainda hoje. Como o nosso débito deve ser de um bilhão e quinhentos mil cruzeiros, V. Exas. podem imaginar o trabalho que temos tido.

Certamente terei oportunidade de voltar e darei informações mais seguras.

Quereria fazer um ligeiro comentário sobre a situação do Nordeste, no momento. Existe uma seca que compreende os Estados de Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, atingindo ligeiramente, mais em consequência da seca dos Estados vizinhos, os Estados da Bahia, Sergipe e Alagoas. O ponto máximo desta seca é a zona norte do Estado do Ceará, pegando a zona central do Estado, a zona do Curu e da Bela Cruz. O Senador Parsifal Barroso deve ter viajado muito em campanha política e certamente poderá fazer a ratificação do que afirmo.

O SR. PARSIFAL BARROSO — Corresponde a verdade.

O SR. JOSE' CANDIDO — Nesta região, segundo informação que pude colher, pois tenho viajado constantemente e por isso dizem que o Diretor do D. N. O. C. está desaparecido, mas

esquecem de que estão sob a minha responsabilidade 400.000 famílias, o que significa dois milhões de pessoas — talvez nunca tenha acontecido na história do Mundo alguém ter sob sua responsabilidade direta a alimentação de dois milhões de pessoas — constata-se que só nesta área da seca mais violenta setenta e pouco por cento da pecuária já foi destruída.

O SR. PARSIFAL BARROSO — O cálculo do Inspetor do Rimento Animal no Ceará e Piauí é de 73 por cento.

O SR. JOSE' CANDIDO — Coincide com o anunciado pelos meus auxiliares do D. N. O. C.

Ora, a grande base econômica do homem pobre do Nordeste era a criação do cabrito e da ovelha. Não acredito na informação que os meus auxiliares me deram porque estimavam que atingisse mesmo os noventa por cento. Julguei que se tratasse de algum engano.

V. Ex.^a, Senador Parsifal Barroso, tem algum esclarecimento.

O SR. PARSIFAL BARROSO — Nada posso adiantar sobre isto.

O SR. PRESIDENTE — Deve ser parte desaparecido com a seca e parte com a alimentação.

O SR. JOSE' CANDIDO — Hoje, o homem do campo está mais sabido, não deixa morrer o animal: quando percebe que vai morrer, abate-o. A economia do nordestino, porém, está totalmente destruída. Muita gente procura criticar o Governo, porque ainda não deu solução ao problema. Alguns citam os Estados Unidos, que já o resolveu; outros, citam Israel. Esse problema ligado à seca apresenta-se, geralmente, sob dois aspectos: um na região do deserto, onde é impossível a vida. O homem, chegando a essa região, faz a reclamação da terra — como diz o americano, o que é possível. Promove a irrigação e a população ali existente vive à sua base. Sem esta, é impossível localizar-se qualquer pessoa.

O SR. GASPAR VELLOSO — Permite-me uma observação. O problema em Israel não está resolvido, nem é igual ao do Brasil. Estive em Israel e verifiquei exatamente seu grande problema, indiscutivelmente talvez mais sério que o do Nordeste, onde a terra é umedeceida pelas chuvas ou pelos rios. Em Israel, principalmente na parte sul, não há água nem de chuvas nem de rios. Ela é transportada artificialmente de um rio que passa no centro de Israel em Tel Aviv. Para isso a irrigação está alcançando o Deserto de Neguev, convertendo Israel com as seguintes vertebas: primeira — a Liga de Israel lança um empréstimo no mundo todo e os judeus da Diáspora concorrem com grandes importâncias. As pessoas que compõem a Liga aplicam o empréstimo na recuperação da terra, no plantio na irrigação, etc. Esses empréstimos — é bem de ver — têm juros capitalizáveis, entretanto, de que eles nunca serão pagos, mesmo porque o mundo judaico não o faz a título de empréstimo, mas, de doação, movido pelo sentido patriótico de ter uma Pátria; em segundo lugar, canalizam-se para Israel todos os proventos advindos da última guerra. Tudo que se julgou espoliação feita aos judeus, na última guerra, está sendo pago, agora, a Israel. Nós não temos nenhum desses dois fatores. Não podemos recorrer a empréstimos do exterior, a não ser mediante juros caros e cobrados, porque lá não existe brasileiros patriotas para nos mandarem esses dinheiros. Quando se diz que Israel resolveu o problema, não é bem verdade; Israel o resolveu a seu modo, mas nós não podemos resolvê-lo da mesma maneira, porque nos faltam as condições precisas para a sua solução. Podemos ter a solução

técnica, mas não, a econômica e financeira. Logo, o problema não pela base, desde que nos faltam os recursos necessários para fazer o que Israel fez. Podemos sim, estudar, analisar a sua técnica, mas não podemos fazê-lo exatamente igual.

Pergunto aos nobres colegas, qual será a extensão integral do Polígono das Sêcas?

O SR. REGINALDO FERNANDES — Um milhão e tantos quilômetros quadrados.

O SR. GASPAR VELLOSO — Algumas vezes mais do que as zonas das sêcas de Israel.

Fiz essa observação, porque os senhores técnicos ouvirão dizer que Israel resolveu o problema das sêcas. Não resolveu. Está resolvendo, mas com condições que o Brasil não possui. Nós contamos com recursos próprios.

O SR. REGINALDO FERNANDES — Note-se que Israel possui três milhões de habitantes, enquanto que o Polígono das Sêcas conta com mais de vinte milhões.

O SR. JOSE' CANDIDO — Pelo que acabo de ouvir, calar-me-ei sobre o confronto que pretendia fazer entre nossas condições e as de outros países.

O SR. GASPAR VELLOSO — Peco a V. Ex.^a que continue sua brilhante exposição porque talvez eu tenha outras observações a fazer a respeito de Israel. Percorri Israel de norte a sul, onde estão as minas de fosfato e atravessei o Deserto de Negev, onde se situa um tributo brasileiro, feito por brasileiros e por eles organizado. Outra circunstância a ser observada na recuperação, quando se fez um confronto entre a solução brasileira e a de Israel é necessariamente a seguinte: os kibbutz judaicos em Israel são o que podemos chamar monastério leigo; não são comunistas nem comunistas porque não são estatais. São pequenas comunidades, que seriam mais um monastério leigo, porém na forma a mais primitiva do marxismo, a mais pura: não se dá a cada um de acordo com a sua capacidade; dá-se a cada qual, segundo a sua capacidade e sua necessidade. Se uma pessoa gosta de fumar, recebe cigarros; se não gosta de cigarros, nada recebe em seu lugar; se gosta de frutas as ganha e se não as aprecia, nada recebe em substituição. As crianças são educadas nos kibbutz, que constituem grandes organizações no deserto e são criadas em creche longe dos pais, que só as encontram entre as cinco e sete horas da noite. O trabalho é coletivo porém não é obrigatório, porque não há regime estatal de força, para impor; é voluntário. Quem não quiser se submeter ao regime, abandona os kibbutz. Todos trabalham, obedecendo ao regime dos kibbutz.

Este é o terceiro fator que não estamos em condições de impor aos nordestinos. Primeiro, porque a nossa formação é completamente diferente; segundo porque talvez nos falte o estímulo patriótico, que faz com que os israelenses suportem agruras que os brasileiros não queriam suportar.

O SR. JOSE' CANDIDO — Tendo o nobre Senador Gaspar Velloso esclarecido detalhadamente a situação de Israel, não me julgo mais capacitado a apresentar qualquer esclarecimento. Gostaria entretanto, de dizer algumas palavras sobre a situação nos Estados Unidos, onde estive dois anos, trabalhando em obras ligadas ao problema das sêcas. Tive oportunidade de ver a desgraça da seca naquela País, atingindo os Estados de Oklahoma, o sul do Colorado e o nordeste do Texas. Presenciei, não é como a miséria que se verifica

no Brasil, porque o americano tem um padrão de vida muito elevado.

O homem da nossa classe média, no Nordeste, não está passando fome. O que se observa nos Estados Unidos é situação idêntica à observada no homem da classe média no Brasil.

Os prejuízos foram tremendos, bastando dizer que o estado de emergência foi decretado pelo Governo Federal. Essa região se assemelha mais ou menos à do nosso problema do Nordeste, sendo que a densidade de população é muito inferior. Mas, nessa região, ocorrem anos com precipitação pluviométrica bem elevada para, bruscamente, baixar essa precipitação e não haver possibilidade nem de produção de pastagens.

Já percebi que a Comissão e os Srs. Senadores conhecem esse assunto tão bem quanto os seus auxiliares do DNOCS.

O SR. PRESIDENTE — Como os dois ilustres membros conhecem.

O SR. JOSE' CANDIDO — ... e provavelmente estão em condições até de nos ensinar muita coisa nessa matéria.

O problema que faz com que se agrave essa situação no Nordeste Brasileiro é o aumento dessa população. Em 25 anos, apesar de encontrarmos carências em quase todos os pontos do Brasil, a população do Ceará é mais do que o dobro. Dessa forma, enquanto o Governo Federal faz obras e pode amparar determinada população diante de uma seca, quando vê que está capacitado para assistir a uma determinada população, essa população duplica, impossibilitando por completo o controle feito nessa assistência, quando surge a calamidade.

O que o Departamento tem procurado fazer, no momento, é seguir a planificação feita ainda nos tempos que nós conhecemos, como do Dr. Arrojado Lisboa, no sentido de construir as obras dos sistemas por ele estabelecidos.

Estamos orientando nossos trabalhos na parte, principalmente, de armazenagem; estamos procurando armazenar o máximo d'água, daí a razão de o Presidente já haver anunciado que, durante o seu Governo, tinha armazenado água que atingia mais do dobro da existente antes do atual Governo.

Estamos também muito preocupados com o problema de armazenagem de gêneros, criando a rede de silos. O Governo Federal procurou ajudar os estaduais para que construíssem essa rede. O Estado da Bahia já está anunciando esse serviço e o Estado de Pernambuco já o apresenta em fase bem adiantada. Entretanto, os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba praticamente nada fizeram nesse sentido, como o Estado de Piauí.

O SR. PARSIFAL BARROSO — Armazéns e silos.

O SR. JOSE' CANDIDO — O DNOCS diante dessa situação, receoso de que isso venha a demorar muito, está procurando ver se consegue no Senado emendas que nos venham possibilitar, no próximo ano ou diretamente fazer silos nessa região, porque, da forma como está prevista, a construção dessa rede depende de uma população que toma muito tempo e as necessidades do Nordeste, em relação a esse assunto, não pode demorar demais.

O SR. PRESIDENTE — Permite uma observação?

O SR. JOSE' CANDIDO — Pois não.

O SR. PRESIDENTE — Por iniciativa dos ilustres membros da Comissão, Drs. Reginaldo Fernandes e Jorge Maynard, pedimos ao Grupo de Estudos, das Sêcas do Nordeste nos apresentasse emendas que julgassem necessárias para esse serviço, que chamariamos a curto prazo. São serviços de assistência e, também, de emergência, que é a situação, sem o que não se pode fazer nada no Ceará. Mas, no momento, vamos receber, com grande prazer também, as emendas que forem remetidas à Comissão (e têm de ser logo) pelo DNOCS. Pedimos que essas emendas nos sejam apresentadas, se possível, dentro de poucos dias, porque alguns dos anexos orçamentários já chegaram ao Senado. Recebemos ontem o do Ministério da Fazenda. Possivelmente por estes dias devemos receber o restante, porque o Senado tem de dar pronto o orçamento talvez dia 20 ou 25, o mais tardar, para ser devolvido à Câmara, que deve tê-lo pronto a fim de ser enviado à Presidência da República no dia 30 de novembro. Mas, acontece que, entre a primeira reunião realizada por esta Comissão e esta, o Presidente da República enviou à consideração da Câmara dos Deputados um plano de estabilização monetária que está moldado precipuamente no equilíbrio orçamentário, com um orçamento de despesa reduzido, feito pelo DASP e que o Governo pretende não seja modificado, sob pena de ser invalidado o plano apresentado. Estados, então, enfrentando esse problema. Pedimos as emendas com vontade de apresentá-las, mas, por outro lado, não podemos garantir que essas emendas sejam aprovadas pelo Plenário ou, se aprovadas pelo Plenário, conservadas na Câmara, porque deste orçamento vai depender e muito, o Plano de Estabilização Monetária. Esta, a dificuldade.

De maneira que, na primeira reunião, eu estava um pouco eufórico e pedi as emendas com grande satisfação. Nesta, não estou mais. Estou um pouco amedrontado, porque li o plano — o plano inteiro; tomei parte na reunião dos Líderes em que o Ministro Lucas Lopes pôs as mãos na cabeça e apresentou o quadro nacional.

Então, nesta reunião, não peço as emendas com tanta confiança de que sejam aprovadas. Mas solicito sejam elas apresentadas, para que a gente faça uma tentativa, dentro do próprio plano, de enquadrar o Nordeste sem dificultar ao Governo sua política de sustar a alta do custo de vida com um orçamento disciplinado.

Pode continuar, e desculpe a interrupção.

O SR. JOSE' CANDIDO — Srs. Senadores, agradeço com grande alegria mais esta colaboração, e bem compreendo que se o Senado não conseguir a aprovação dessas emendas é por dificuldades superiores. Acho, entretanto, que será interessante trabalharmos neste sentido.

Os meus auxiliares no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas acham que o problema de maior urgência no Nordeste se prende ao armazenamento e à educação. Por exemplo, no ano passado, no Estado do Ceará, houve uma safra (o Sr. Governador do Estado está presente e deve ter conhecimento) uma safra muito boa...

O SR. PARSIFAL BARROSO — Foi das melhores.

O SR. JOSE' CANDIDO — ...houve abundância de gêneros, houve fartura. O que se observa este ano é o povo passando fome, porque os gêneros do ano passado já foram jogados fora.

A rede de silos é coisa importantíssima para o Nordeste, exatamente para equilibrar os anos de grande safra com os de pequena.

O setor da educação não compete bem ao DNOCS, mas temos também participado um pouco desse problema, fazendo ensino. Temos várias escolas e estamos educando um grupo muito grande de crianças. Nenhum órgão federal, no Nordeste, tem o facilitado tanta gente como o DNOCS.

O Departamento possui, nos seus serviços, atividades de perfuração de poços e de ajudagem. Ajudas que o Departamento constrói em colaboração com particulares, e ramamento com os Estados, e açudes públicos que são maiores e pertencentes a esses sistemas locais.

Também temos atividades no sistema de comunicações, como construção de estradas de rodagem. Talvez isso surpreenda aos Senhores Senadores, mas no corrente ano, daremos dois mil quilômetros de rodovias ao Nordeste.

O SR. PRESIDENTE — Em cooperação com o DNER?

O SR. PARSIFAL BARROSO — Não. Cooperação existe em ajudagem.

O SR. PRESIDENTE — Obedecendo a plano do DNER?

O SR. PARSIFAL BARROSO — Permita-me V. Ex.^a dar uma explicação a este respeito, porque a seja crítica o DNER e o Dr. José Candido, por ser oficial do mesmo órgão, não se sentirá à vontade para fazer a crítica.

Parce estranho que o DNOCS que mesmo numa época de calamidade tem a obrigação de fazer obras de emergência através de açudes, de canais de irrigação e de poços, esteja realizando obra rodoviária do maior alto valor, não só pela extensão, conforme acaba de revelar o Dr. José Candido, de dois mil quilômetros, mas principalmente pelo valor dessas estradas que na sua quase totalidade, completam o plano rodoviário nacional, porque cada Estado tem o seu plano em sintonia com o plano rodoviário nacional.

Por que o DNOCS realiza essa obra rodoviária com tal intensidade, se não lhe cabe a realização de tarefa rodoviária, a não ser em caráter excepcionalíssimo? Há um departamento próprio para esse fim, com a vantagem de ser autarquizado, o que não acontece com o DNOCS, permitindo, assim, maior plasticidade de ação e maior mobilização de recursos e de providências contínuas.

O DNER nasceu autarquizado, tem toda autonomia possível, enquanto o DNOCS está ainda na forma de um órgão administrativo do Ministério da Viação. Por que?

Porque o DNER não quis tomar a seus ombros a carga de responsabilidade correspondente ao grau das necessidades. Tenho a opinião particular de que o DNER deveria realizar muito mais do que está fazendo para a época das sêcas é a construção de rodovias e não de açudes. Com a construção de rodovias descentralizamos ao máximo os flagelados de qualquer zona, enquanto que para construir um açude somos obrigados a concentrar quantidade de flagelados que, necessariamente, traz problemas de ordem sanitária, política e social.

Assim, só a construção de rodovias dá trabalho aos flagelados na época das sêcas.

O SR. PRESIDENTE — Sobre o ponto de vista assistencial ao flagelado.

O SR. PARSIFAL BARROSO — Precisamente e para poupar ao Governo a responsabilidade de dar conta de problemas sociais, policiais e sanitários quando os flagelados se encontram em torno de um açude, quanto maior o açude, maior quantidade de flagelados e maior a soma dos problemas policiais, sociais e sanitários que ficam sob a responsabilidade do DNOCS.

Pois bem, este Departamento está realizando essa obra rodoviária porque o DNER não cumpre a sua obrigação, chegando ao cúmulo de considerar aplicável por analogia à área flagelada, a circular do Sr. Presidente da República, que veda a admissão de pessoal na administração pública. Chega ao crime de reduzir a quantidade de flagelados que foi obrigado a admitir, quando a seca começou. No auge da seca chega ao mesmo conhecimento, essa insensibilidade criminosa do DNER a tal ponto, que muita gente pergunta ao diretor do DNOCS e aos políticos do Nordeste por que de rescem as matrículas no DNER — que são progressivamente decrescentes — e crescem gigantesca e assustadamente as matrículas no DNOCS.

Perguntam ainda por que o DNOCS em 400.000 flagelados sob sua responsabilidade e realiza obras rodoviárias em quantidade bem maior do que o DNER.

Não se pode dar a resposta com a verdade completa. Digo-a neste momento, porque ela não pode ser transmitida pelo diretor do DNOCS que, naturalmente, sente-se constrangido em criticar seu colega o Dr. Edmundo Regis Bittencourt. Não só o DNER ficaram restritas as obras de emergência por ordem do Sr. Presidente da República foi obrigado a iniciar quando deflagrou a seca e o Sr. Juscelino Kubitschek visitou o Nordeste.

Isso só ele se restringiu a essas obras como ainda deixou de preencher as vagas porventura ocorridas nas frentes de trabalho ou a aumentar o número de flagelados porque admitiu burocraticamente, que fosse aplicável a área do flagelo a Circular do Sr. Presidente da República que veda a admissão de pessoal na administração pública. A esse cúmulo, a esse crime chegou o entendimento do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. Sei que S. Ex.^a se defende com a alegação de que não tendo recursos no montante das necessidades que deveria enfrentar não quer tomar a responsabilidade de dívidas e portanto não que, a esta altura, passar pelo vexame que passa o Diretor do D. N. O. C. S. quando diz que as obras e serviços de emergência sob sua jurisdição abrangendo uma massa de 400.000 flagelados, apresenta um "deficit" superior a um bilhão de cruzeiros, pois a tanto chegam as dívidas do D. N. O. C. S. por haver assumido os seus encargos e mais aqueles que deveriam ser da responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — as obras rodoviárias. E ainda porque o I Grupamento de Engenharia não pode absorver os flagelados na quantidade desejável em virtude da Portaria de organização militar que não permitiu que um batalhão com determinado número de capitães, tenentes e sargentos possa ter em seu quadro de fiscalização uma massa de flagelados como mantém o D. N. O. C. S. — sem limitação de matrícula.

O I Grupamento de Engenharia seria o órgão ideal para absorver os flagelados. Não é porque a organização militar seja mais própria para a época da calamidade; não. É porque o Exército tem meios de poder fornecer alimentação sem o intermédio que

mantém o barracão de fornecimento. Como o Governo Federal não paga em dinheiro ao flagelado essa falta traz como consequência a obrigação de o flagelado comprar seus alimentos no barracão do fornecedor. E como esse mal necessário ocorre no barracão a diária de quarenta cruzeiros já se desvalorizou para trinta, porque o fornecedor vende as mercadorias prevendo a demora que vai ocorrer no recebimento daquelas contas. Elas se acumulam a tal ponto que o Diretor do D. N. O. C. S. disse que hoje iria apresentar um quadro dessas dívidas que sobem a mais de um milhão. Assim está diante dos nossos olhos, como inevitável, a conclusão de que os recursos financeiros não correspondem ao montante das necessidades; se correspondessem o D. N. O. C. S. não estaria com a dívida de um bilhão de cruzeiros ou se estivesse, seria uma quantia menor. Se o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem estivesse realizando obras no grau das suas responsabilidades e das nossas necessidades dividiria ao meio este acervo de responsabilidade de dívidas. Ainda agora quando o Diretor do Departamento Nacional de Obras contra as Secas esteve no Ceará tivemos casos de obras de emergências estaduais mantidas pelo Governo do Estado e que foram suspensas após a eleição de dois de outubro vizinhas a obras do D. N. O. C. S. como aconteceu no Município de Bela Cruz, onde o Estado realizava obras de emergência bem perto do D. N. E. R.

O Estado, por motivos que não devo examinar, submeteu a obra rodoviária que estava fazendo às autoridades, pedindo ao D. N. E. R. que absorvessem nos trabalhos vizinhos a massa dispensada pelo Governo do Estado e o Distrito rodoviário respondeu que em virtude da Circular existente, as admissões estavam suspensas.

A obrigação do Departamento Nacional de Obras contra as Secas, com a sua estrutura, é tratar da acudagem, canais, irrigação e portos.

O SR. PRESIDENTE — Exatamente, as outras obras são assistenciais.

O SR. JORGE MAYNARD — No Orçamento da República não havia verbas destinadas às estradas de rodagem?

O SR. JOSÉ CÂNDIDO — Para alguns Estados pequenos, sim.

O SR. PARSIFAL BARROSO — O Sr. Diretor do D. N. O. C. S. é testemunha de que lhe pedi para tomar conta dos flagelados de Bela Cruz, ante a recusa de absorção dos mesmos no Município de Marco, vizinho, onde o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem tem obra de emergência.

Não é verdade, Sr. Diretor?

O SR. JOSÉ CÂNDIDO — Penso que não preciso responder a V. Ex.^a para confirmar. Entretanto, isto é problema do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. Cumprimo o dever não de defender um outro órgão do Governo, mas apenas prestar esclarecimento sobre o que está acontecendo.

Todos sabemos que em nosso País não existe organização tão perfeita como a dos Batalhões Rodoviários, que trabalham com equipe do mais elevado valor; homens idealistas, que vivem por um Brasil melhor. Quando surgiu, entretanto, esta seca, o I Grupamento de Engenharia havia elaborado um planejamento para assistência aos flagelados, do qual nunca recebi cópia, talvez por se tratar de assunto reservado.

Pedida a mesma pelo nobre Senador Mendonça Clark, através da Mesa do Senado — se não me engano ao Comandante do I Grupamento de En-

genharia, Coronel Afonso — respondeu S. Ex.^a que havia constatado que o planejamento estava em bases teóricas, razão por que deixava de oferecer cópia ao Senado — comprometendo-se a enviá-la oportunamente, logo após nova revisão. Dos estudos feitos por aquele Grupamento, — não de forma apressada, porém, de forma ajuizada, — verificou-se a impossibilidade de um Batalhão de Engenharia assistir a mais de dez mil flagelados.

O SR. PARSIFAL BARROSO — Exatamente.

O SR. JOSÉ CÂNDIDO — O DNOCS possuía, por exemplo, em quase toda sua equipe técnica, menos de cem engenheiros, que faziam um trabalho equivalente a quarenta batalhões de engenharia. O DNER, conhecedor desse estudo de forma tão superficial quanto nós, ficou, também, advertido de sua incapacidade quanto a material humano para atender tanta gente, sem estar sujeito a uma crítica. Parece-me que foi o receio de ser criticado, e amanhã ter que enfrentar talvez até mesmo uma Comissão de Inquérito para explicar como gastou uma saca de feijão com uma família que passava fome, ou como gastou o dinheiro para comprar leite e dar a uma criança que sem esse socorro morreria, parece-me — repito — foi essa a verdadeira razão da atitude tomada pelos engenheiros.

Infelizmente, nós do DNOCS somos nordestinos, e vimos de perto a seca de 1932. A seca não constitui, pois, para nós, apenas noticiário de jornal ou um acontecimento. É um problema que vivemos em nosso próprio lar. A residência do Senador Parsifal Barroso, que também presenciou a seca de 32, é diariamente perturbada pelos flagelados que pedem auxílio.

Dai eu compreender perfeitamente por que o 1.º Grupamento de Engenharia não recebeu mais de 40.000 flagelados: — Porque só possuía 4 Batalhões no Nordeste. E o DNER, que chegou a cuidar de 150.000, reduziu-os a 100.000. Outros órgãos não assistiam aos flagelados e nós não podíamos deixá-los desamparados. Tínhamos que cumprir as determinações do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas que, por sua vez, cumpria as do Sr. Presidente da República.

Posso comunicar ao Senado que pessoas que procuram tirar vantagens da situação, perturbando a assistência aos flagelados, estão fazendo campanhas terríveis junto ao DNOCS e ao Sr. Presidente da República, no sentido de que aquelas autoridades deixem de atender aos flagelados como vinham fazendo.

O SR. PARSIFAL BARROSO — Permitto-me, ainda, prestar esclarecimento a respeito da crítica que fiz ao DNER: por maiores que sejam as razões de prudência que o Sr. Edmundo Regis Bittencourt apresentou para justificar o seu critério restritivo, que se traduz no decréscimo progressivo das matrículas na área assolada pela seca, mantenho minha afirmação: em primeiro lugar, porque julgo o DNER pela sua organização autárquica em melhores condições de atender, num caso de emergência, do que o próprio DNOCS, que ainda tem toda sua estrutura na forma antiga de uma repartição do Ministério de Viação e Obras Públicas; em segundo lugar, porque se a obra rodoviária é a mais aconselhada — porque evita as concentrações humanas e descentraliza ao máximo — bastaria este fato para acordar, na consciência do DNER, a obrigação de assistir, de acordo com o montante das necessidades que lhe fossem ante-

sentadas. Esse critério restritivo do DNER, porém, é tão forte e desafiador, que até mesmo quando se faz de um pedido para início de obra rodoviária constante do Orçamento da República vigente — e, portanto, de dotação orçamentária capaz de possibilitar pelo menos o início da construção — S. Ex.^a se recusa a iniciar a porque as Circulares estão em vigor. Cito o exemplo da estrada Tucuns a Cateus constante do Orçamento da República, numa necessidade de assistência. Foi o caso que o Sr. Presidente da República determinasse ao DNOCS que tomasse a si a realização dessa obra — como o faz atualmente — por o DNER não podia tomar a si o mesmo cargo, embora a estrada estivesse no seu Orçamento para o ano de 1933.

Vejam VV. Exas. a que ponto chegou o critério restritivo do Diretor do DNER. Parece-me, no entanto, que esse critério é improcedente, descabido e injustificado, tanto mais que sua adoção importou nessa sobrecarga excessiva que está por sobre ombros do DNOCS, própria capacidade de Controle Administrativo.

Pode continuar.

O SR. JOSÉ CÂNDIDO — Agradeço ao Senador Parsifal Barroso a cooperação que está dando, esclarecendo vários detalhes, em face do que eu não ter trazido o trabalho preparado, porque ele está tão ligado ao problema quanto qualquer servidor do DNOCS, e conhece muito bem o assunto.

Antes, eu estava falando sobre as atividades do Departamento. Tinha feito referência a serviços de pecuária e de acudagem. Tinha feito referência também a parte de rodagem. O Departamento tem, mais, o Serviço de Piscicultura que intensificou muito suas atividades recentemente. Tem também serviço de irrigação e serviço de eletrificação.

O Sr. Reginaldo Fernandes — Quantos hectares irrigados tem o Departamento no Nordeste?

O Sr. Parsifal Barroso — É pouco; é muito pouco.

O SR. JOSÉ CÂNDIDO — Sr. Senador, o problema do Departamento deve ser esclarecido dentro da verdade, e não como muitas pessoas procuram fazer, criando conflito nas informações que prestam a V. Ex.^a e a pessoas que tenham responsabilidade de legislar sobre a matéria dentro de certos detalhes.

O Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas, quando projetou os seus açudes, na seca de trinta anos atrás, não possuía observação do Nordeste. Então, os cálculos eram baseados em dados empíricos trazidos de outras regiões do mundo, e aplicados no Nordeste. Ocorre que houve certa surpresa. Os nossos reservatórios, segundo afirma o próprio Dr. Guimarães Duque, a quem já fiz referência anteriormente, estão dando talvez menos da metade do que se havia previsto quanto a sua capacidade. A evaporação do Nordeste é das mais elevadas do mundo, e isso não se esperava naquela ocasião. Em consequência, por exemplo, para citar casos positivos, construiu-se um sistema de irrigação do açude de Pedras, no tempo do Império. Cobria 1.200 hectares. Verificamos que tínhamos que abandonar os canais já produzidos e reduzir a 300 hectares. E eu acho até exagerado; o açude não tem capacidade para isso. Por consequência, a região é de pequenas propriedades. Mas, se V. Ex.^a ou algum colega seu, visitar essa região, está sujeito a ser informado, como várias outras pessoas, de que os canais passam na propriedade dos particulares e eles não querem expor. Realmente falta de água no

terra do Senador Parsifal Barroso, existe aqúde onde construímos canais e não existe água para botar dentro dos canais. Casos com, esse povo catar rios e iria tomar muito tempo da Comissão.

Dai a razão de hoje, pressuimos no Nordeste uma área irrigada inferior à que existia no início do atual Governo. Onde o reservatório não tem capacidade para irrigar, acho preferível o Governo abandonar do que manter a conserva daquilo que custa uma fortuna unicamente para impressionar os visitantes. Isso não se justifica. Entretanto, os reservatórios que atualmente o Governo está fazendo, são localizados nos rios. A maioria de nossos reservatórios eram localizados em afluentes de rios. Dessa forma, teremos em breve grandes áreas irrigadas no Nordeste mas depois desses reservatórios construídos.

Terminamos o aqúde Araras. E mais ou menos 50 vezes a Pampulha. Custou à União menos de que a Pampulha. Não quer, com isso dizer que se gastou muito dinheiro na Pampulha. Quer, afirmar ao Senado que desafio qualquer organização do País que prove que qualquer setor do Governo esteja com custo de produção tão baixo como o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Estamos construindo mais barato do que qualquer outro órgão público. Estamos com o aqúde Horóscopo, que o Governo da União gastou milhões para construir, e esperamos dar muito em breve, talvez nessa época, no próximo ano e esperamos que apenas cem milhões de cruzeiros sejam necessários.

O SR. PARSIFAL BARROSO — E o outro vizinho ao Horóscopo, o Castanheiros.

O SR. JOSÉ CANDIDO — Esses açudes vão possibilitar...

O SR. PRESIDENTE — Esses rios têm água constante?

O SR. JOSÉ CANDIDO — Não, mas são de grande volume de água quando chove.

Dessa forma, pensamos irrigar grandes áreas.

No atual Governo já fechou por exemplo, o Rio Paraíba, com a passagem do Biquirão, o Acaiaú, o Curus. No início do atual Governo, tínhamos unicamente represado parcialmente o Pinedo, o Alto Piranhas e o afluente do Purus. Os outros rios do Nordeste não estavam com açudes.

O SR. REGINALDO FERNANDES — Muito obrigado, mas o Sr. falava sobre a cultura do peixe.

O SR. PARSIFAL BARROSO — Além das explicações que acaba de dar o Dr. José Candido, quanto à rede de irrigação, não devemos esquecer de que ainda se faz a desapropriação das áreas com a legislação atual e antiga, da desapropriação por utilidade pública.

O SR. LUIS SABOIA — Permita-me um esclarecimento. Talvez não seja do conhecimento do Dr. José Candido, porque estava nos Estados Unidos quando em curso, no Senado sete projetos de lei que mencionavam regulamentar essa questão de aproveitamento de áreas irrigadas. Entre elas, o projeto do Senador Oliveira que obrigava a desapropriação para revenda. Havia o projeto Plínio Lemos; o Joppert; e mais quatro. Então, o DNOCS fez estudos sobre este aproveitamento, em relatório, a pedido do Senado. Este relatório se encontra aqui; entregue às mãos do Senador Alvaro A. Pinho. Nenhuma das leis mais teve andamento, depois desse relatório, e nem se cogitou mais do aproveitamento das áreas.

O SR. PRESIDENTE — Na Comissão de Justiça se não me falha a memória, surgiu um destes projetos de aquisição e desapropriação de áreas. Tera parecer na ocasião, do Senador Argemiro Figueiredo.

O SR. LUIS SABOIA — Havia um projeto de lei dele.

O SR. PRESIDENTE — Foi o relatório.

Perguntei então, como se faria a colonização das áreas irrigadas, como se venderiam e como se colonizariam. Não parecia justo o Governo, gastar importâncias enormes para fazer açudes beneficiando apenas os proprietários marginais a esta aquisição. Mas, ele me afirmou que o projeto estava resolvido com a divisão, em glebas para ser vendidas pelos próprios proprietários, dentro dos limites de preço.

O SR. PARSIFAL BARROSO — A respeito desse relatório, que o DNOCS mandou ao Senado, fixando o seu ponto de vista a respeito do problema, sobre irrigação, e desapropriação de áreas irrigadas, esclareço que, a meu ver, apresenta um outro ângulo do problema.

Tenho para mim que esses projetos nunca chegaram a termo, porque foi verificada necessidade de se voltar em obediência à própria Constituição, a legislação complementar que ainda não existe na parte referente à desapropriação, por interesse social. Esta é a mais adequada e a que mais convém para a solução do problema relativo às áreas irrigadas. O constituinte de 1946, ao lado da desapropriação por utilidade pública criou a de interesse social, com a finalidade de atender a alguns casos que não se enquadravam bem ou não tinham perfeita adequação com a legislação existente para a desapropriação por utilidade pública. Até hoje não se tem a legislação complementar e genérica sobre a desapropriação por interesse social.

O SR. REGINALDO FERNANDES — O Senador Gomes da Oliveira apresentou projeto disciplinando a matéria.

O SR. PARSIFAL BARROSO — Existe projeto apresentado no Senado e um outro em tramitação na Câmara dos Deputados referentes à legislação complementar da Constituição, regulamentando a desapropriação, por interesse social. Esses são que devem ter preferência para nortear a elaboração legislativa.

O SR. LUIS SABOIA — Com referência à desapropriação tenho bem na lembrança que o ponto de vista do Departamento, naquela época era contrário, nos moldes em que se pretendia fazê-la, isto é, beneficiando apenas um pequeno número de interessados. Considerou o Departamento, que não haveria esse privilégio, porque o benefício seria para toda a região nas áreas irrigadas como meio de fixação não como proprietários, mas como assalariados e demais outras pessoas que ali vivessem.

O SR. PRESIDENTE — O argumento, apresentado por S. Sa. é idêntico ao do Senador Argemiro de Figueiredo. Imaginemos que um proprietário solidamente situado, na vida, resolve aproveitar a terra.

O SR. LUIS SABOIA — Justamente, o assunto foi abordado nesse relatório. O que interessa é que o terreno seja cultivado. Foram sugeridas medidas que forçariam o proprietário, a explorar o terreno sem desapropriação o que seria antipático.

O DNOCS sugeriu fosse criada uma taxa progressiva por hectares que subiria anualmente e na parte correspondente, às áreas não cultivadas, mas irrigadas. Depois de um certo

período, essas taxas absorveriam o valor das melhorias e o Governo teria o direito de comprar aquelas terras em igualdade de condições com outros particulares. Desapareceria, assim, o aspecto antipático do problema que tem sido o maior obstáculo para solução do problema. Naturalmente, o que os Srs. Senadores acharam razoável poderá ser aproveitado na nova legislação, possibilitando o desenvolvimento automático da agricultura nas zonas irrigadas.

O SR. PRESIDENTE — Esta questão tem de ser resolvida e deve ser resolvida, como acentuou muito bem o Ilustre Senador Parsifal Barroso, pela legislação complementar que ainda nos falta.

Na Constituição de 1937 existia legislação acertada, no meu modo de ver, quanto às desapropriações. No ato da posse parava-se vinte vezes o valor locativo, declarado. Vinhamos disso e voltamos às leis anteriores que regulavam a espécie para a desapropriação pura e simples de acordo com o Código Civil. Resultado: não pudemos fazer legislação compatível porque embarcamos sempre na desapropriação pagando o preço arbitrado. Acontece que pagamos preço exasperado por uma terra beneficiada; vamos dizer, que numa área de 200 hectares resolvemos desapropriar 100 hectares num açúde, que entregando assim ao proprietário terras férteis e úteis, quando ele tinha uma terra infértil e incapaz de qualquer produção e ainda pagando-lhe o preço dos 100 hectares das terras desapropriadas para a construção do açúde.

Mesmo que a terra fosse imediatamente cultivada e produzisse os benefícios sociais de ter ela uns tantos e tantos uns tantos empregados e que daí emanasse fonte de alimentação para a população assim mesmo me repugna essa situação de beneficiar o indivíduo e ainda, entregar a ele todo o lucro do trabalho e do dinheiro do Estado que é dinheiro, um pouco de cada um de nós.

Parece-me que hoje é uma solução que não está de acordo com o meu partido, o PSD nem com os demais. Populistas, UDN ou o Partido Trabalhista. É uma solução que, hoje, não está de acordo com nenhum Partido. Nem mesmo com os que detêm intransigentemente o direito de propriedade, porque a própria Igreja já evoluiu no sentido de dar a essa propriedade não mais aqueles direitos rígidos de domínio, mas direitos sociais.

Os argumentos que agora apresento já os apresentei na ocasião em que se discutia o Projeto cujo número agora não me recordo, do qual era Relator o Senador Argemiro Figueiredo.

É bem de ver que, na ocasião, eu não estava e hoje querendo me enfiar mais no problema. Olhava-o do ponto de vista, vamos dizer, partidário, humano, numa solução unilateral, mas sem ter ainda uma esquematização do problema. Por isso, na reunião que fizemos anteriormente, solicitei dos Ilustres membros da Comissão que aqui esteve, chefiada pelo Dr. Aluizio Campos, que verificasse toda a legislação existente tramitando nesta ou na outra Casa do Congresso, a fim de verificarmos qual a mais atualizada, aquela que, com emenda, podia merecer aprovação do Congresso. Solicito também, agora, aos Senhores presentes, inclusive ao Dr. Parsifal Barroso, o estudo de leis que complementem a desapropriação por interesse social, de preferência essas leis não fiquem apenas propostas para a conjuntura atual, mas para o futuro, como

atualizá-las como início, como

eliminar do nosso trabalho, solucionando assim todas as outras questões que venham surgindo.

O SR. LUIS SABOIA — Lembrando bem de que num dos Relatórios a respeito se chegava à evidência de que se se desapropriasse toda a área irrigada no Nordeste e fosse redistribuí-la com a necessidade mínima de dez hectares para manutenção de cada família com uma vida mais ou menos decente teríamos, ao fim da desapropriação, o deslocamento de 200.000 famílias. Isto porque as áreas atuais em que vivem estas famílias correspondem a uma média de 56 hectares. Ora, destes 56 hectares apenas 6 seriam irrigáveis e como a necessidade mínima calculada pelo Dr. Guimarães seria de dez hectares — e isto consta das leis aqui em tramitação — teríamos, como consequência, o deslocamento de sessenta mil famílias que não teria onde se acomodar. Encontramos em Jaguaribe uma família que possui um palmo e três polegadas de terra — com meia légua de fundo. Como viviam, não sei.

Não temos, no Nordeste, a não ser raríssimas exceções, aquilo que chamamos latifúndio. Temos o minifúndio, deficiência de terra e as únicas terras aproveitáveis estão no baixo dos grandes rios, onde podemos fazer barragens, amparar o povo, produzir energia, promover irrigação. Se vamos redistribuir esta terra, desalojaremos todos, porque nesse rio reside a maior população do interior.

O SR. PRESIDENTE — E se se redistribuísse a essa própria gente que lá reside essas mesmas terras eles têm pouco, redistribuiríamos poucas, porém boas, aráveis e produtivas. O argumento é que não há no Nordeste latifúndio. Então, procuremos medida melhor. Ninguém contra ela poderá reclamar, porque o próprio indivíduo que lá já obteve um área de terra, vamos dizer de meio alqueire ou meio hectare, aproveito desse recarte um quarto.

O SR. LUIS SABOIA — As terras do Nordeste são somente os baixios. A cultura nos terrenos altos, fora da zona de irrigação, é uma aventura e quase sempre se perde.

O SR. PRESIDENTE — Compreendo. Digo o seguinte: vamos a um local onde há seiscentos hectares de terras imprestáveis para a lavoura, terras secas, sem condições de produção. O Governo constrói uma açudagem para essa cidade. Necessita de seiscentos hectares. Dentro desses seiscentos hectares há uma população, digamos de trezentas pessoas que ficarão com a terra útil. Cobra-se então deles aquilo que representa o valor da transação mais a açudagem em períodos longos, simbólicos de 100 anos. Assim, cada um vai receber menos terra, mas eles lá residiam e assim ninguém os tirou onde habitavam. O que não é justo é que se pague a alguém 300 hectares como recompensa pela desapropriação e se dê ainda os últimos 300 hectares para que ele tenha um milhão de colonos trabalhando para ele.

O SR. LUIS SABOIA — O caso é o Governo fazer a obra e exigir que o dono da terra a explore economicamente sob o critério técnico de orientação que o D.N.O.C.S. poderia dar. Nunca se cogitou de pagar aos agricultores para que se ausentassem no intuito de entregar a outros estas mesmas terras.

O SR. GASPAR VILLOSO — O que se chama a situação é o seguinte: em que terras os Profissionais da cultura do Brasil — pelo menos nas grandes cidades — quan-

do se faz uma benfeitoria, cobra-se do proprietário uma taxa de valorização. Isto todo mundo admite fora da lei privativa, porque ao tempo da Ditadura, vigência da Constituição de 1930, Governo desapropriava a área da e a vendia ao próprio proprietário, se este a desejasse adquirir. O proprietário tinha prioridade na compra, em virtude da benfeitoria que a valorizou. Agora vamos aprovar uma lei no Congresso, litando de tantos a tantos a área de iremos construir açudes ou irrigar de qualquer maneira. A priorização apresentada na Câmara e, é desconhecimento de um grupo de pessoas bem intencionadas que vão. Nordeste adquirir essas terras dos pobres flagelados. Isto porque proíbe dessa monta tramitar em meio de seis meses. O flagelado, na situação de que suas terras nada val, vendem-nas aos beneficiários de medidas governamentais. A legislação para coibir esse abuso deveria ser específica, no caso: irrigar a terra para os que lá se encontram, aproveitando-a com um número de hectares menor, mas perfeitamente comutável. Se algum dos proprietários de terra não a quiser cultivar, o Governo imporá; se as terras forem improdutivas, o Governo decidirá sobre elas.

Este meu ponto de vista, e que deve ser estudado inicialmente, porque não se justificaria maneira alguma que façamos leis para aproveitamento de um tipo de sujeitos que vivem das leis, o câmbio, nos salários mínimos, em nas diferenças de toda ordem. Tem estoque, e o segurar e nós lo temos elemento de segurar o custo da vida. Fazem importações, geram o momento de modificação câmbio e vendem pelo aumento porque são uns privilegiados e têm inteligência atilada para isso. Esta apenas uma sugestão, da qual devemos cogitar.

O SR. PARSIFAL BARROSO — Permitto-me ainda uma gestão dentro de suas considerações. Não há dúvida de que estão no Senado Federal os principais projetos referentes à irrigação e desapropriação na área do Nordeste. Alguns antigos, por exemplo, a que fez referência o Dr. Luiz Sabóia, e ao qual se encontra apenas o parecer. DNOCS contrário às desapropriações, inclusive aquele novo e mais cil, que é a Constituição de 1946 em que o nome de "desapropriação por interesse social".

Seria de toda conveniência que a própria Secretaria do Senap fizesse um levantamento desse projeto...

O SR. JORGE MAYNARD — O levantamento já está sendo feito.

O SR. PARSIFAL BARROSO — ... na situação em que se encontram, com os pareceres já emitidos, porque discutiremos o assunto nas Comissões e levaremos a conclusão ao Plenário. Temos ainda que saber, se a desapropriação é necessária, para que tenhamos o melhor aproveitamento das áreas irrigadas. Caso se conclua contra o parecer de veto do DNOCS, isto é, que a desapropriação é a forma mais indicada para melhor rendimento das áreas irrigadas, examinaremos, essa preliminar, a fim de dentre as forças de Senado — desde aquelas que ainda se baseiam na desapropriação por utilidade pública, com as que correspondem à própria regulamentação das desapropriações por interesse social — firmarmos uma primeira conclusão capaz de nortear o Plenário.

Parece-me ser uma providência ne-

O SR. JORGE MAYNARD — O levantamento desse projeto está sendo feito convenientemente.

O SR. PARSIFAL BARROSO — Os Deputados que exerceram mandato de 1951 a 1954 ficaram surpresos com a quantidade de projetos em tramitação na Câmara Federal sobre a legislação exigida pelo art. 198 da Constituição.

Vamos explicar então. Os Deputados mandaram fazer um levantamento dos projetos que existiam em tramitação na Câmara, regulamentando o art. 198 da Constituição. E chegaram à conclusão de que esses projetos deveriam ser reunidos, a fim de que se encontrasse um denominador comum, através de um substitutivo. Esse substitutivo foi elaborado, tendo como relator último (eu já não era Deputado federal) o Deputado do Piauí, Milton Brandão. Foi o último encarregado pela Câmara de apresentar o substitutivo.

O SR. JOSE CANDIDO — Eu já era Diretor, nessa ocasião.

O SR. PARSIFAL BARROSO — O Deputado Milton Brandão ouviu os diversos técnicos sobre aqueles diferentes projetos, e organizou um substitutivo, que ainda não foi votado pela Câmara, substitutivo que, partindo da reestruturação do D. N. O. C. S., aproveita em grande parte o projeto de autarquização que existia, aproveita muitos outros que existiam também sobre irrigação, sobre assistência aos flagelados, sobre os aspectos de valorização econômica do Nordeste, não entrando na parte da desapropriação porque, a esse tempo, a Câmara apresentou, pela Comissão de Justiça, o projeto de regulamentação da desapropriação por interesse social. E então, através do projeto de regulamentação da desapropriação por interesse social, a Câmara teria a oportunidade de firmar a sua opinião sobre uma forma mais prática, mais moderna, mais justa de se desapropriar a área de irrigação.

Mas tanto o projeto de desapropriação por interesse social da Câmara, como o substitutivo do Deputado Milton Brandão, ainda não foram votados. Enquanto isso o Senado tem vários sobre irrigação e desapropriação. O Senado não tem nenhum de regulamentação do artigo 198 da Constituição, e por isso é que se torna mais fácil para nós, no Senado, reunir e firmar uma conclusão a respeito dos projetos que aqui se encontram sobre irrigação e desapropriação, porquanto não me parece que seja aconselhável que nada se legisle no Senado a esse respeito, só porque a Câmara ainda não enviou a esta Casa o seu projeto de regulamentação do art. 198 da Constituição.

Efetivamente, esses nossos projetos aqui estão parados, e conviria que fosse ultimado esse levantamento, a fim de que verificássemos com as nossas conclusões, qual delas mais se ajustaria ao pronunciamento final que nós firmássemos, depois de ouvir as opiniões do DNOCS e do Grupo de Desenvolvimento Econômico do Nordeste. Parece-me que seria, talvez, o primeiro trabalho de profundidade que esta Comissão estaria em condições de enviar ao Plenário da Casa.

O SR. LUIZ SABÓIA — Senhor Diretor, perdoe-me, roubei a sua palavra, porque estávamos aqui abordando assunto de grande importância e tinha a certeza de que, naquele tempo, o Sr. Diretor estava nos Estados Unidos e quase não pôde

Eu queria, se me permitisse, dar um pequeno esclarecimento sobre coisa toda pessoal e gostaria que o doutor e os colegas levassem em consideração para os nossos estudos. Verifiquei, estudando o caso do Ceará, que a solução do problema das secas é considerada sempre do ponto de vista da irrigação. E depois cheguei à seguinte conclusão. Todos nós, ao menos os mais velhos, devemos nos lembrar daquela história da lâmpada que, esfregada com flanela, fazia surgir uma fumaça negra e um gigante que atendia tudo o que nós queríamos. Pois bem. Se nós hoje arranjássemos uma lâmpada dessas e pedíssemos ao gigante que, neste momento, nos desse, construídos, todos os açudes que pudermos construir no Estado do Ceará, em toda a área que pode ser irrigada naquele Estado, ficaríamos surpresos com o resultado. Primeiro, menos do que 3% ou, para ser preciso, 2,92% da área do Estado estaria irrigada, e apenas 1/3 da população existente atualmente poderia ser amparada nessa área irrigada.

O SR. PRESIDENTE — O Grupo de Estudos do Nordeste calcula a irrigação em 4%.

O SR. LUIZ SABÓIA — Acho elevada; não chega a isso a porcentagem. Não podemos contar com tanto, mas estamos próximos.

Verificamos que 2/3 da população atual continua a ser de marginais. E se considerarmos que o progresso das obras executadas pelo Goyêr não segue a mesma velocidade que o crescimento da população, chegaríamos a resultado surpreendente: se continuássemos a trabalhar no ritmo que o Dr. José Cândido tem imprimido ao DNOCS, teríamos de 10 a 15% da área irrigada.

Vemos hoje que a irrigação, só a irrigação, não é solução para o Nordeste. É uma das soluções que entra com porcentagem relativamente pequena. E então, parece-nos que a gente deve desenvolver outros meios de amparar este povo. Digamos (é uma solução) com o desenvolvimento industrial, aproveitamento das nossas riquezas minerais, que são imensas, transformação de nossos produtos agrícolas. Isto tem muito maior capacidade de acomodação do povo, do que a própria agricultura. Para isto, precisamos da energia elétrica. Se não tivermos, não podemos desenvolver a agricultura e o DNOCS pode produzir, só dentro do Estado do Ceará, com o programa em elaboração, cerca de 200.000 quilowatts. Quer dizer, dá para atender muito bem a necessidade do desenvolvimento industrial até à execução de obras. Terminado o período de execução, temos que pensar noutra coisa, mas até lá penso que teríamos equilibrado a situação do Estado.

Por isso que penso, às vezes, que damos tão tremenda importância ao problema da irrigação, quando parece ele não vai ser fundamental. A prova está em que onde existe irrigação são homens que só estão esperando a seca para descer sobre a irrigação. Mas, como está saturada, eles continuam como marginais, quer dizer, dá-se a reprodução do que vem ocorrendo anualmente.

Isso que gostaria fosse bem considerado.

O SR. PRESIDENTE — O Senhor Relator está atento às considerações que o Senhor está fazendo, que aliás já nos foram feitas aqui. Os cálculos atuariais talvez deem uma diferença de porcentagem, mas é mínima, de 3 para 4%. Eles não chegavam a 4%. Quer dizer, os seus argumentos estão de acordo com o que já foi

O SR. PARSIFAL BARROSO — Não esqueçamos que a discussão, se aqui hoje existe, do ponto de vista econômico sobre a questão da irrigação, não é absolutamente como o Dr. Luiz Sabóia está querendo totalizar. Ninguém mais no Nordeste ou fora dele considera a irrigação uma panacéia capaz de resolver os problemas de fixação do homem de modo a explorar economicamente a terra. Ninguém mais considera a irrigação a fórmula ideal ou única para solucionar o problema da seca no Nordeste. O que se discute é o que o legislador ainda não fez foi justamente dar, numa legislação, a melhor forma de aproveitar as áreas irrigadas e de obter que o DNOCS incrementasse o desenvolvimento da construção dos canais de irrigação, como felizmente agora está acontecendo. Havia uma desproporção entre a água acumulada e as redes de irrigação existentes e essa desproporção causava estranheza a qualquer observador.

Quando se fala ou quando se reclama por que ainda não se têm quantidade de canais de irrigação no montante das necessidades, não é porque se creia que com a irrigação está resolvido o problema das secas do Nordeste. Não! A solução para a região ainda é de caráter econômico, de se levantar o nível de vida das populações, de se fazer cessar a descapitalização que o Nordeste está sujeito face ao Sul e de serem encontradas fontes de riquezas economicamente exploráveis. A panacéia que hoje está substituindo a irrigação é a exploração das riquezas minerais.

A transferência da panacéia para o setor das riquezas minerais surgiu, justamente, por ter chegado ao auge a crise do subdesenvolvimento do Nordeste. Como as esperanças para a agricultura e para a pecuária estavam muito por baixo, naturalmente os próprios nordestinos entenderam de se fixar na perspectiva nova das riquezas minerais; mas é tarefa urgente a de sabermos qual a melhor forma de aproveitarmos as áreas irrigadas com ou sem a desapropriação. No Senado, onde existe a maioria desses projetos, ainda não se firmou esse pensamento. É, entretanto, um imperativo que se imponha diante de nós, não porque cremos que a irrigação seja a chave mágica que vá resolver o problema da seca, mas porque não sabemos a esta hora por que forma o legislador obterá o melhor rendimento, a melhor eficiência no aproveitamento das áreas irrigadas.

Faço mais estes esclarecimentos para que a Comissão compreenda bem como hoje está situado o problema de irrigação e o de desapropriação.

Hoje, a panacéia, o Aladin é o aproveitamento das riquezas minerais.

O SR. LUIZ SABÓIA — É a transformação dos produtos agrícolas.

O SR. PARSIFAL BARROSO — Exatamente. Como, porém, a agricultura anda cada vez mais, por baixo, quase a extinguir-se — e a prova é que hoje não temos mais onde comprar feijão para alimentar o nordestino — essa é a dura verdade, então, as esperanças se concentraram, se voltaram para o setor das riquezas minerais.

Mesmo antes de se ter a eletrificação que ensinaria uma perspectiva de melhor aproveitamento dessas riquezas, antes mesmo que

via, porque não adianta apenas ter-se a visão de um mapa geológico com as riquezas existentes, mas o conhecimento daquelas jazidas onde se possa fazer projetos de exploração econômica, a panacéia das riquezas minerais já começava a excitar a imaginação.

A fase preliminar da fixação das fontes de riquezas minerais em cada Estado do Nordeste para exploração econômica ainda não se concretizou e ela é tanto mais necessária quanto foi uma das fontes de riqueza que mais atrativos ofereceu o Estado do nobre Senador Reginaldo Fernandes, a xelita, que hoje não mais é aquela miragem do tempo da guerra.

Não se fixou, por enquanto, o critério para sabermos quais as jazidas que admitem uma exploração sem eletrificação, para que o minério tratado seja exportado ou enviado para o Sul.

Um dos maiores favores que o Governo Federal poderia prestar ao Nordeste seria o de dizer, em cada Estado, quais as fontes de riquezas minerais cuja exploração econômica fosse óbvia antes de termos resolvido o problema da eletrificação de cada uma dessas unidades da Federação.

É mais um esclarecimento e uma contribuição para que se compreenda como o problema da irrigação deve ser estudado.

O SR. REGINALDO FERNANDES — Sr. Presidente, mesmo que dilatassemos o nosso período para ouvir a exposição que vinha fazendo o Dr. José Cândido, não teríamos tempo suficiente para que pudesse concluir sobre o que vinha dizendo sobre o D.N.O.C.S. Mas, S. S. poderá voltar aqui para fazer novas exposições ou acompanhar o Dr. Guimarães Duque quando este vier ao Senado discutir sobre irrigação, problema que tanto interessou à Comissão, particularmente ao Governador do Ceará, Sr. Parsifal Barroso. Entretanto, Sr. Presidente, é V. Ex.^a e o Plenário quem decide isto.

O SR. PARSIFAL BARROSO — Desejaria pedir ao Sr. José Cândido que, se possível, estivesse presente à próxima sessão, ainda que sem os seus técnicos, apenas para uma finalidade: cotejarmos então as conclusões do Relatório do Sr. Senador Mendonça Clark com a situação atual que V. S. conhece mais do que nós, a fim de que essas conclusões fossem revistas, repensadas e reafirmadas. A razão desse meu apelo é que o Senador Mendonça Clark, em nome da Comissão, conseguiu da Comissão e do Plenário que essas conclusões sobre a situação atual fossem levadas pela Comissão ao Sr. Presidente da República.

O SR. REGINALDO FERNANDES — Chegamos a pedir uma audiência a S. Ex.^a, mas o Senador Mendonça Clark estava em campanha em seu Estado.

O SR. PARSIFAL BARROSO — A audiência chegou a ser solicitada ao Sr. Presidente da República. De qualquer forma é necessário que não as conclusões como o Senador Mendonça Clark as redigiu, mas as que hoje se impõem pelo cotejo do pensamento que ele fixou com a situação a que chegamos, que essas conclusões têm que ser revistas.

O Senador Relator, nosso querido colega Jorge Maynard, tem que redigir-las de outra forma após cotejarmos o que o Senador Mendonça Clark escreveu com as informações e observações do Diretor do D.N.O.C.S., a fim de darmos cumprimento à primeira das missões desejadas pela

tuação atual ao Sr. Presidente da República.

O SR. REGINALDO FERNANDES — Tínhamos traçado um programa. Primeiro, ouvimos um grupo de estudos do desenvolvimento do Nordeste; segundo, o Diretor do DNOCS. Está programado ouvirmos também o Diretor da Cia. Va'e do São Francisco; em seguida, o Banco do Nordeste, o Diretor do I.N.I.C. e da Hidrelétrica do São Francisco e, possivelmente, o do D.N.E.R.

O SR. JOSÉ CANDIDO — Sugiro que sejam convidados para comparecer os vinte e tantos órgãos que têm atividade no Nordeste. Muito lucrará esses órgãos. Não comparecerão aqui para ensinar, mas para aprender.

O SR. PRESIDENTE — Sobre tudo para ensinar.

O SR. JOSÉ CANDIDO — Para informar e aprender.

O SR. PARSIFAL BARROSO — Mas apenas cinco órgãos estão com a responsabilidade determinada pelo Sr. Presidente da República para a prestação de serviços e assistência ao Nordeste.

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas;

Departamento Nacional de Estradas de Rodagem;

1.º Grupamento de Engenharia;

Instituto Nacional de Imigração e Colonização;

Legião Brasileira de Assistência.

Esses são os órgãos que o Sr. Presidente da República especificou: comissões determinadas para o período de calamidade. As outras têm responsabilidade na área do polígono, mas não estão com a sobrecarga de responsabilidade dada pelo Poder Executivo.

O SR. REGINALDO FERNANDES — As providências foram tomadas depois da reunião dos bispos.

O SR. PARSIFAL BARROSO — A reunião dos bispos nada tem com isto. As providências foram tomadas quando eclodiu a seca. O Poder Executivo constituiu uma comissão sob a presidência do Ministro da Viação, acolitado pelo Ministro do Trabalho e pelo Ministro da Saúde, a fim de que os três coordenassem as providências com o D.N.O.C.S. e com o D.N.E.R. 1.º Grupamento de Engenharia, I.N.I.C. e Legião Brasileira de Assistência.

O SR. PRESIDENTE — Estabelecemos um plano a curto prazo. Este é orçamentário, que será atendido imediatamente.

E para o problema a longo prazo, pelo imperativo da necessidade — a meu ver — o problema número 1 é a refixação do ponto de vista da Comissão à base do relatório Mendonça Clark referente à situação do Nordeste quanto à calamidade atual e à assistência que o Governo está desenvolvendo na área atingida pelo Nordeste. É questão de humanidade.

O SR. REGINALDO FERNANDES — Esse é um dos critérios e a Comissão poderá adotá-lo ou não.

O SR. GASPAR VELLOSO — Teremos que adotar o de curto prazo, porque sem meios orçamentários não poderemos agir.

O SR. PARSIFAL BARROSO — Ao ler a ata da última sessão dessa Comissão, presidida por Aloysio Campos, verifiquei que as decisões se voltavam para o problema a curto prazo e que seria necessário incluí-lo no Orçamento para o problema a longo prazo.

Minha intenção ao criar esta Comissão foi, em primeiro lugar, utilizar o trabalho de Mendonça Clark, levando as conclusões ao Sr. Presidente da República em em seguida, fixar as medidas a curto prazo para inclusão no Orçamento de 1933.

Comparei hoje, apenas para justificar essa prioridade, — que reputo necessária, do ponto de vista humano. Verificamos, pelo relatório da Comissão anterior e pela exposição que o Diretor do DNOCS e eu fizemos, que essas obras e serviços do Governo Federal, na área atingida pelo flagelo, não estão, ainda, correspondendo ao montante de necessidades, não estão podendo alcançar todos os objetivos. Há casos que foram apontados pelo nobre Senador Mendonça Clark no seu relatório; outros, que decorrem da observação colhida de junho, quando esse relatório o foi apresentado, até hoje.

O SR. GASPAR VELLOSO — Na última sessão realizada com o Grupo do Desenvolvimento do Nordeste, o relator os Membros da Comissão e o Presidente inquiriram o Dr. José Cândido. Na presente sessão a inquirição está sendo feita pelo próprio Ministro Parsifal Barroso enquanto nós nos limitamos a ouvir e interpretar o pensamento de S. Ex.^a, valiosíssimo para nós.

O SR. PARSIFAL BARROSO — A minha vinda a esta Comissão é para

pedir aos nobres colegas que não abandonem o problema da seca atual, embora tenhamos encarado problema geral das secas e, não, essas passagens.

A prioridade número 1 quanto à parte orçamentária, confie opinião do nobre Senador Gaspar Velloso. A número dois é o não abandono dos problemas criados pela seca atual. A parte orçamentária depende de reunião desta Comissão porque o Grupo de Estudos do Nordeste, o DNOCS, o DNER e o IC é que justificarão as emendas e deverão ser trazidas com urgência. Nós, apesar, advogaremos a inclusão dessas emendas no Orçamento, se possível, depois do Plano Luca Lopes.

O SR. GASPAR VELLOSO — Agradeço a presença do Ilustre Dr. José Cândido, dos stes engenheiros que vieram trazer seus conhecimentos à nossa Comissão e, sobretudo, a valiosa intervenção do nobre colega Parsifal Barroso, com o conhecimento que tem da atual conjuntura do Nordeste aliada à sua capacidade de homem público de rara inteligência e grande bom senso, muito ilustrou os nossos trabalhos.

Nada mais tendo a tratar, o Sr. Presidente erra a reunião, e, para constar, eu José Geraldo da Cunha, Secretário lavro a presente ata que, depois aprovada, será assinada pelo Presidente.

ATA DA 137.ª SESSÃO DA 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3.ª LEGISLATURA, EM 3 DE NOVEMBRO DE 1932

PRESIDÊNCIA DOS SENHORES APOLÔNIO SALLES E FREITAS CAVALCANI

Sumário

DISCURSOS PROFERIDOS

Senador Lino de Mattos: Críticas à administração do Pref. de São Paulo, Sr. Ademar de Barros.

Senador Nogueira Filho: Operação Pan-Americana.

Senador Gomes de Oliveira: Inflação.

Senador Lima Teixeira: Custo da vida. — Salário, mínimo.

Senador Gilberto Marinho: Assistência ao surdo-mudo.

MATERIAS VOTADAS

Requerimentos:

— n.º 396, do Sr. Paulo Fernandes para transcrição no Anais do Senado do Discurso proferido pelo Presidente da República na Pontifícia Universidade Católica, em 29-10-32. (Aprovado).

— n.º 399, do Sr. Nogueira Filho e outros Srs. Senadores, solicitando a nomeação de Comissão de 3 Senadores para visita ao Sr. Herbert Moses, Presidente da ABL. (Aprovado).

— n.º 400, do Sr. Francisco Gallotti, de dispensa de prestação para o Projeto de Lei da Câmara n.º 99, de 1932. (Aprovado).

— n.º 401, do Sr. Daniel Krieger de dispensa de prestação para o Projeto de Lei da Câmara n.º 138, de 1932. (Aprovado).

Projeto de Lei da Câmara:

— n.º 57, de 1932, que autoriza o Poder Executivo abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, destinado à Província Brasileira dos Irmãos Lassalleiros — Sociedade Porvir Científico, com sede em Rio Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. (Aprovado).

— n.º 113, de 1932, que autoriza o Poder Executivo abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 9.300.000,00, para atender às despesas decorrentes das comemorações do 30.º aniversário da fundação do Jardim Botânico. (Aprovado).

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores.

Mourão Vieira — Prisco dos Santos — Lameira Bittencourt — Victorino Freire — Públio de Mello — Waldemar Santos — Mathias Olympio — Leonidas Mello — Onofre Gomes — Fernandes Távora — Kerginaldo Cavalcanti — Georgino Avelino — Reginaldo Fernandes — Aracemiro de Figueiredo — Apolônio Salles — Nogueira Filho — Jarbas Maranhão — Ezequias da Rocha — Freitas Cavalcanti — Rui Palmeira — Júlio Leite — Jorge Maynard — Neves da Rocha — Lima Teixeira — Carlos Lindenberg — Ary Vianna — Moreira Filho — Paulo Fernandes — Antônio Rodrigues — Alencastro Guimarães — Caiado de Castro — Gilberto Maranhão — Benedito Vallaçares

lasco — Coimbra Bueno — Mario Motta — João Villasboas — Filinto Müller — Othon Mader — Gaspar Velloso — Aloísio Guimarães — Gomes de Oliveira — Francisco Gallotti — Daniel Krieger — Mem. de Sá (48)

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 48 senhores Senadores. Havendo número regimental, declina aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. Jorge Maynard, servindo de 2.º Secretário, procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é, sem debate, aprovada.

O Sr. 2.º Suplente, servindo de

Expediente

Pareceres n.ºs 384, 385 e 386, de 1958

N.º 384, DE 1958

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre Emendas oferecidas ao Projeto de Lei da Câmara número 131, de 1956, que assegura ao aluno de grau médio gratuidade de matrícula por motivo de falecimento de pai ou responsável.

Relator: Sr. Lima Guimarães

Ter havido recebido emendas, rejeita a esta Comissão o Projeto de Lei da Câmara n.º 131, de 1956, que garante a matrícula por motivo de falecimento de pai ou responsável.

II — Duas são as emendas, uma da Comissão de Educação e Cultura (Emenda 1-C), ao artigo 1.º, e outra de plenário (Emenda n.º 2), ao parágrafo único do artigo 1.º.

A Emenda 1-C substitui o artigo 1.º do projeto pelo seguinte:

“Art. 1.º Ao estudante regularmente matriculado em estabelecimento de ensino de grau médio e ao candidato inscrito ou já habilitado em exame de admissão para ingresso no mesmo, e, por motivo de falecimento do pai ou responsável, carecerem de recursos para prosseguir ou ingressar nos cursos, fica assegurada a gratuidade de respectivos estudos”.

A esta Emenda, a Comissão de Finanças apresentou Subemenda suprimindo o parágrafo 123456 28 primindo a expressão “inscrito ou já”.

I artigo 1.º do projeto, que a Emenda modifica está assim redigido:

“Ao estudante matriculado em estabelecimento de ensino de grau médio, oficialmente reconhecido, que, por motivo de falecimento do pai ou responsável, carecer de recursos para prosseguimento do curso, fica assegurada a gratuidade dos respectivos estudos”.

Verifica-se, de confronto, que a alteração proposta pela Comissão de Educação e Cultura é, em essência, procedente, uma vez que atende aos legítimos interesses do estudante ainda não matriculado, mas já habilitado em exame para ingresso em estabelecimento de ensino de grau médio e que, pela falta do pai ou responsável, fique em condições que não lhe permitam continuar os estudos.

Discordamos, porém, da extensão do benefício ao candidato apenas inscrito, no exame pois, se o mesmo for reprovado, não teria merecedor, e, se aprovado, já teria a sua gratuidade garantida por lei.

Creemos, também, ser imprópria a expressão — “regularmente matriculado” — uma vez que nenhum aluno pode ser “irregularmente” matriculado em nenhuma escola.

Há, é claro, os casos de fraude, mas isto é outra coisa, já prevista em lei e sujeita às devidas penas.

De outro lado, não vemos como deixar de considerar, para os efeitos da lei, a condição do estabelecimento, que deve, para tanto, como se diz no projeto, ser “oficialmente reconhecido”.

Isto posto, sugere o Relator uma Subemenda à Emenda n.º 1-C, da Comissão de Educação e Cultura, substitutiva do art. 1.º, que teria a seguinte redação:

“Artigo 1.º Ao estudante matriculado em estabelecimento de ensino de grau médio, oficialmente reconhecido e ao candidato habilitado em exame de admissão e que, por motivo de falecimento do pai ou responsável, carecerem de recursos para prosseguir

nos cursos, fica assegurada a gratuidade de respectivos estudos”.

Co misto, fica prejudicada a Subemenda 1-C, da Comissão de Finanças, a qual deve, assim, ser rejeitada.

III — A outra Emenda (2-C), de plenário, transforma o parágrafo único do art. 1.º do Projeto em § 1.º e acrescenta ao artigo o seguinte parágrafo:

§ 2.º Independentemente da bolsa de que trata o parágrafo anterior, serão mantidos gratuitamente os estudantes nos casos deste artigo pelos estabelecimentos de ensino médio que recebam subvenção dos cofres públicos, federal, estadual ou municipal”.

Esta Emenda se nos afigura improcedente, pois, ex vi do disposto no art. 90 da Lei Orgânica do Ensino Secundário e Legislação complementar, (Decreto-lei n.º 4.244, de 9-4 de 1942).

“Constitui obrigação dos estabelecimentos de ensino secundário, federais, equiparados e reconhecidos, reservar, anualmente, determinada percentagem de lugares gratuitos e de contribuição reduzida para adolescentes necessitados”.

Além disso, o parágrafo único do art. 1.º do Projeto já estabelece que, para execução do disposto no artigo, “conceder-se-á bolsa de estudos por conta de recursos do Fundo Nacional do Ensino Médio, quando não for possível o aproveitamento de matrícula gratuita legalmente disponível ou posta à disposição do Ministério da Educação e Cultura”.

O objetivo da Emenda n.º 2 já foi, portanto, alcançado pelos citados dispositivos, e, desse modo, opinamos por sua rejeição.

IV — Em resumo, somos pela apresentação de Subemenda à Emenda 1-C da Comissão de Educação e Cultura a pela rejeição da Emenda n.º 2, de plenário e da Subemenda 1-C, da Comissão de Finanças.

Sala das Comissões, em 16 de julho de 1957. — Cunha Mello, Presidente. Lima Guimarães, Relator. — Abelardo Jurema — Daniel Krieger — Gaspar Velloso. — Lourival Fontes.

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou em reunião de 16-7-57 o parecer supra, salvo quanto à Subemenda à Emenda n.º 1-C, apresentada pelo Relator.

Quanto a esta, a Comissão adotou a 2.ª Subemenda, nos termos propostos no voto anexo do Senador Abelardo Jurema.

Sala das Comissões, em 16 de julho de 1957. — Cunha Mello, Presidente.

VOTO EM SEPARADO DO SENADOR ABELARDO JUREMA

Nosso objetivo, ao solicitar vista do parecer do eminente Senador Lima Guimarães, não implica em divergência profunda, a separar-nos irremediavelmente dos termos daquele pronunciamento. Ao contrário, damos-lhe nosso voto nos termos em que se acha, exceção feita à redação proposta na Emenda n.º 1-C para o artigo 1.º do projeto.

Toda a proposição se orienta na respeitável intenção de assegurar ao estudante necessitado a continuação dos seus estudos. Assim, estes não sofreriam solução de continuidade, das hipóteses de falecimento do pai ou responsável pelo estudante.

Desconhecendo, embora, a procedência e o sentido social do texto proposto que resguardará o superior interesse do ensino, não podemos, do mesmo passo, deixar sem amparo a conveniência dos próprios estabelecimentos de ensino. Assim como, nos próprios colégios oficiais, não se permite

ao repetente gozar, sem limite, das vantagens de gratuidade da matrícula, do mesmo modo propomos que a medida se aplique aos outros estabelecimentos, ora abrangidos pelo projeto.

Não temos dúvida de que a modificação que sugerimos, sobre estimular o estudante não gravará onerosamente os educandários particulares.

Portanto, em substituição à redação proposta na subemenda do relator à emenda n.º 1-C, acolhemos-lhe inteiramente, com o aditamento in fine, nestes termos:

SUBEMENDA

A Emenda n.º 1-C

3.ª

Dê-se à Emenda a seguinte redação: “Art. 1.º Ao estudante matriculado em estabelecimento de ensino de grau médio oficialmente reconhecido e ao candidato habilitado em exame de admissão e que, por motivo de falecimento do pai ou responsável, carecerem de meios para prosseguir nos cursos, fica assegurada a gratuidade dos respectivos estudos, aplicando-se-lhes as disposições vigentes para o estudante gratuito no estabelecimentos oficiais de ensino”.

Sala das Comissões, em 16 de julho de 1957. — Abelardo Jurema.

N.º 385, de 1958

Da Comissão de Educação e Cultura, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 131, de 1956.

Relator: Sr. Reginaldo Fernandes.

Retorna a esta Comissão o Projeto de Lei da Câmara n.º 131, de 1956 por ter recebido subemendas, nas diversas Comissões da Casa, por onde tramitou, e uma emenda, em plenário.

I) A primeira oferecida exatamente por esta Comissão (Emenda n.º 1-C) recebeu subemendas das Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça.

Sendo a subemenda da Comissão de Constituição e Justiça substitutiva da que foi oferecida por esta Comissão, passemos a apreciar unicamente aquela.

A subemenda referida deu ao artigo 1.º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 1.º Ao estudante matriculado em estabelecimento de ensino de grau médio oficialmente reconhecido e ao candidato habilitado em exame de admissão e que, por motivo de falecimento do pai ou responsável, carecerem de meios para prosseguir nos cursos, fica assegurada a gratuidade dos respectivos estudos, aplicando-se-lhes as disposições vigentes para o estudante gratuito nos estabelecimentos oficiais de ensino”.

A presente subemenda além de melhorar a redação anterior, amplia o alcance do Projeto, assegurando seus benefícios ao candidato já habilitado em exame de admissão e que, por motivo de falecimento do pai ou responsável, se vê impedido de matricular-se em estabelecimento de ensino de grau médio.

Não há dúvida que a subemenda se inspira em texto constitucional que norteia a matéria trazendo rumo imperativo à ação do legislador. O sentido de legislar educacional é criar possibilidades cada vez maiores, a um número crescente de pessoas, para que ingressem nos estabelecimentos de ensino, médio dantes restritos às camadas mais favorecidas de nossa população. A Subemenda equipara na concessão de benefício, o estudante matriculado em estabelecimento de ensino médio oficialmente reconhecido ao candidato já habilitado em exame de admissão, mandando aplicar a ambos as disposições vigentes para o estudante gratuito nos estabelecimentos oficiais. Por tudo isto, somos pela aprovação da subemenda nos termos de redação que

lhe deu o nobre Senador Abelardo Jurema.

II — A outra Emenda (2), de plenário, transforma o parágrafo único do artigo 1.º do Projeto em parágrafo 1.º e acrescenta ao artigo o seguinte:

“§ 2.º Independentemente da bolsa de que trata o parágrafo anterior, serão mantidos gratuitamente os estudantes nos casos desse artigo pelos estabelecimentos de ensino médio que recebam subvenção dos cofres públicos, federal, estadual ou municipal”.

No entanto, o art. 90 da Lei Orgânica do Ensino Secundário e Legislação Complementar (Dec. lei n.º 4.244, de 9-4-42) já dispõe:

“Constitui obrigação dos estabelecimentos de ensino secundário, federais, equiparados e reconhecidos, reservar anualmente, determinada percentagem de lugares gratuitos e de contribuição reduzida para adolescentes necessitados”.

Mas o próprio Projeto, no parágrafo único do seu art. 1.º já manda se concedam bolsas de estudos por conta de recursos do Fundo Nacional do Ensino Médio, quando não for possível o aproveitamento de matrícula gratuita legalmente disponível ou posta à disposição do Ministério da Educação e Cultura.

Assim, o objetivo da Emenda n.º 2 já foi atingido pelos dispositivos citados e, por isso, deve ser rejeitada.

Resumindo somos pela aprovação da subemenda n.º 1-C da Comissão de Constituição e Justiça e somos pela rejeição da Emenda 2, de plenário e da subemenda n.º 1-C da Comissão de Finanças.

Sala das Comissões, em 12 de junho de 1958. — Mourão Vieira, Presidente. — Reginaldo Fernandes, Relator. — Mem de Sá. — Publio de Mello.

N.º 386, de 1958

Da Comissão de Finanças sobre o Projeto de Lei da Câmara número 131, de 1956.

Relator: Sr. Daniel Krieger.

O projeto em tela retorna a esta Comissão por ter recebido subemendas, nas diversas comissões da Casa, por onde tramitou, e uma emenda, em plenário.

No parágrafo único do seu art. 1.º o Projeto prevê a concessão de bolsas por conta dos recursos do Fundo Nacional do Ensino Médio, já consignados em orçamento e previstos na Lei n.º 2.342 de 25 de novembro de 1954, que dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio.

Esta Comissão apresentou uma subemenda à Emenda n.º 1-C da Comissão de Educação e Cultura que ficou prejudicada. Assim, somos pela aprovação da subemenda n.º 2 da Comissão de Justiça pela rejeição da Emenda n.º 2, de plenário e da subemenda n.º 1-C desta Comissão, tudo nos termos do parecer da douta Comissão de Educação e Cultura.

Sala das Comissões, em 31 de outubro de 1958 — Vivaldo, Lima Presidente. — Daniel Krieger, Relator. — Juracy Maranhães. — Novais Filho. — Ary Viana. — Lameira Bittencourt. — Lima Guimarães. — Othon Mäder. — Paulo Fernandes. — Parital Barroso.

EMENDA A QUE SE REFEREM OS PARECERES SUPRA

EMENDA N.º 2

Transforme-se o parágrafo único em 1.º acrescentando-se o seguinte: § 2.º Independentemente da bolsa de que trata o parágrafo anterior, serão mantidos gratuitamente os estudantes nos casos desse artigo pelos estabelecimentos de ensino médio que recebam subvenção dos cofres públicos, federal, estadual ou municipal”.

dantes, nos casos deste artigo, pelos estabelecimentos de ensino médio que recebam subvenção dos cofres públicos federal, estadual ou municipal.

Justificação

A exigência de serviço público ou de benevolência, por parte dos estabelecimentos de ensino, para que façam jus a subvenções, e medida salutar e que se impõe.

Sala das Sessões, em 21 de fevereiro de 1957. — João Villasbôas.

Parecer n. 387, de 1958

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara número 188, de 1957, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 destinado a construção de nova obra de arte sobre o rio Paranaíba, na rodovia BR-31. Relator: Sr. Othon Mäder.

Pelo presente projeto, é o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), destinado à construção de nova obra de arte sobre o rio Paranaíba, na divisa entre os Estados de Minas Gerais e Goiás, no traçado da rodovia BR-31.

II — O projeto é de iniciativa do Poder Executivo e foi devidamente justificado pelo Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, na Exposição de Motivos enviada ao Sr. Presidente da República e que instrui o processo.

Comprova-se, efetivamente, no referido documento, que a obra que se pretende construir é de "vital interesse para o desenvolvimento econômico de três unidades da Federação: Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso".

E' que, com as chuvas que caíram sobre a região centro-oeste do país, ruíu a ponte sobre aquele rio, e, assim, "os veículos que demandam Mato Grosso, devido a esse acidente, serão obrigados a percorrer cerca de 500 quilômetros, a fim de alcançarem, novamente, a rodovia São Paulo-Guiabá".

Foram graves, portanto, os prejuízos.

Isto posto, tratando-se de iniciativa do Executivo, perfeitamente a par da exata situação do erário, nada há que opor à aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 31 de outubro de 1958. — Vivaldo Lima, Presidente em exercício. — Othon Mäder, Relator. — Daniel Krieger. — Lameira Bitencourt. — Ary Vianna. — Noveas Filho. — Lima Guimarães. — Parsifal Barros. — Paulo Fernandes. — Juracy Magalhães.

Parecer n. 388, de 1958

Da Comissão de Finanças, sobre o projeto de lei da Câmara, n.º 21, de 1958, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, os créditos especiais de Cr\$ 2.000.000,00 e Cr\$ 2.000.000,00 para construção dos prédios das Agências Postais e Telegráficas, nas cidades de Chapecó e Dourados, Estado de Santa Catarina e Mato Grosso.

Relator: Sr. Othon Mäder.

Esta Comissão, através do Parecer n.º 201, desse ano, já se pronunciou sobre o presente projeto, adotando nosso ponto de vista de relator da matéria. Naquela oportunidade, malgrado os reparos oferecidos quanto à inexistência de planificação no aspecto da política postal-telegráfica ou, então, da carência de recursos normais para a execução de tal plano, opinamos pela aprovação do projeto. E o

anteriores, assumidas no exame de algumas outras proposições, embora reiterassemos as nossas críticas aquela orientação.

Trata-se, agora, de opinar sobre as Emendas n.ºs 1, 2, 3 e 4, apresentadas em plenário, e que têm o objetivo de aumentar a importância dos créditos inicialmente propostos, com vistas à construção de agências postais-telegráficas em várias localidades de São Paulo, Pará e Alagoas.

Embora reproduzindo as críticas então oferecidas, não vemos fato novo, que contraindique, por igual, a aprovação das emendas em causa, às quais, por isso, oferecemos parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1958. — Vivaldo Lima, Presidente em exercício. — Othon Mäder, Relator. — Daniel Krieger. — Ary Vianna. — Noveas Filho. — Lima Guimarães. — Parsifal Barros. — Paulo Fernandes. — Juracy Magalhães.

EMENDAS A QUE SE REFERE O PARECER SUPRA EMENDA N.º 1

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzeiros) para as construções dos prédios das Agências Postais e Telegráficas nas cidades de Chapecó, Estado de Santa Catarina, Dourados, Estado de Mato Grosso, São Sebastião, Ituverava, Descalvado, Taquaritinga, Matão, Aporecida do Norte e Pindamonhangaba, no Estado de S. Paulo cabendo a cada construção o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros).

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Justificação

O projeto de Lei da Câmara n.º 21-58, abre crédito de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros) para a construção dos prédios das Agências Postais e Telegráficas de Chapecó, em Santa Catarina e Dourados, em Mato Grosso, sendo de justiça que ao mesmo se acrescentem os créditos para o atendimento de iguais providências, relativamente às cidades paulistas referidas na minha emenda substitutiva.

Sala das Sessões, 19 de junho de 1958. — Lino de Mattos.

EMENDA N.º 2

Acrescente-se:

"Art. E' igualmente, o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 para a construção de prédio destinado à Agência Postal-Telegráfica da cidade de São Sebastião, no Estado de São Paulo".

Justificação

Em ofício recentemente dirigido ao Senado o Prefeito Municipal de São Sebastião, no Estado de São Paulo, dá conta do mau estado em que se acha o prédio da Agência Postal-Telegráfica local e pede um auxílio para a construção de outra.

Na oportunidade em que igual providência se vai tomar em relação a outras localidades, de curtos Estados, é justo que o legislador atenda também a São Sebastião, em São Paulo.

Sala das Sessões, em 18-6-1958. — Cunha Mello

EMENDA N.º 3

Art. — E' igualmente aberto pelo Ministério da Viação e Obras Públicas

2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) para construção de um prédio, na Vila do Mosquito, Município de Belém, Estado do Pará, para localização da respectiva agência postal-telegráfica.

Justificação

Trata-se de uma vila belizense, distante de Belém apenas 18 milhas onde existem belas praias. E' uma vila muito procurada por veranistas, não possuindo até hoje prédio próprio onde funcione a agência postal-telegráfica cujo movimento é intenso.

Sala das sessões, em 19 de junho de 1958. — Prisco dos Santos.

EMENDA N.º 4

Acrescente-se once convier

Art. — E' ainda o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros), para construção dos prédios das Agências Postais e Telegráficas, nas cidades de Aradã e S. Luiz do Quitunde, Estado de Alagoas.

Justificação

Tratam-se de importantes cidades do interior do Estado de Alagoas que muito concorrem para a prosperidade nacional com sua indústria, e não dispõem de prédios adequados a esse serviço muito concorrem para a prosperidade nacional com sua indústria, e não dispõem de prédios adequados a esse serviço muito necessário ao seu desenvolvimento.

S. S., em 19 de junho de 1958. — Rui Palmeira.

Pareceres ns. 389, 390, 391 e 392, de 1958

N.º 389, de 1958

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei da Câmara, n.º 60, de 1958 que transforma em unidades universitárias os cursos de Odontologia e de Farmácia da Faculdade de Medicina do Paraná e de Odontologia da Faculdade Fluminense de Medicina, e dá outras providências.

Relator: Sr. Lima Guimarães. O projeto em estudo, originário da Mensagem do Poder Executivo, transforma em unidades universitárias autônomas os cursos de Odontologia e de Farmácia da Faculdade de Medicina do Paraná e o curso de Odontologia da Faculdade Fluminense de Medicina.

2. A proposta do Executivo referiu-se apenas ao curso da escola pernambucana. Na Câmara dos Deputados, através de emenda substitutiva, a providência foi estendida ao curso de Odontologia da Faculdade de Medicina, aproveitado, para tanto, projeto de lei em andamento naquela Casa do Congresso.

3. As medidas em referência encontram apoio no crescente desenvolvimento dos estudos cursos, seja no tocante aos seus aspectos materiais seja no gradativo progresso científico. Sobre esses ângulos do problema muito durá, porém, a Ilustrada Comissão de Educação e Cultura da Casa, a esta consideração submetemos, outrossim, a emenda anexa. Nesse parecer é pela constitucionalidade do projeto.

Sala das Comissões em 9 de julho de 1958. — Lourival Fontes, Presidente. — Lima Guimarães, Relator. — Renedito Valdearis. — Gilberto Marinho. — Ruy Carneiro. — Aroldo de Fátima. — Lameira Bitencourt pela constitucionalidade do

EMENDA N.º 1-C

Do Projeto de Lei da Câmara n.º 60, de 1958.

Acrescente-se:

Art. — E' federalizada a Faculdade de Farmácia e Odontologia, Alfenas, na cidade do mesmo nome Estado de Minas Gerais.

Art. — O Poder Executivo, por termo do Ministério da Educação e Cultura, entrará em entendimento com a direção da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Alfenas a fim de transferir para a União patrimônio da mesma Escola.

Art. — Dentro de 180 dias o Poder Executivo enviará Mensagem ao Congresso Nacional, propondo a criação dos cargos necessários ao aperfeiçoamento do pessoal docente e administrativo da Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas.

Justificação

A Faculdade de Farmácia e Odontologia de Alfenas é um estabelecimento educacional fundada a 4 de abril de 1914, com um tração de 44 anos, pois, de serviços relevantes prestados ao país.

Até 1929, funcionou sob regime de inspeção estadual. Em 1930, passou ao regime de inspeção preliminar federal para, finalmente, 3 anos após, em 1933, tornar-se reconhecida pelo Governo da União.

Dispõe de uma segura condição patrimonial, assim resumida:

	Cr\$
Prédios e terrenos	5.295.000,00
Gabinetes, laboratórios, biblioteca etc.	2.583.000,00
Apólices estaduais	10.000.000,00
Soma	17.878.000,00

Já diplomou uma numerosa plêiade de alunos, hoje distribuídos pelas mais variadas Unidades da Federação, emprestando o concurso, da sua inteligência e do seu saber como profissionais, na edificação dessa sociedade que caracteriza as carras que abraçaram. Ao todo, são 1.196 os alunos que ali concluíram seu curso, assim distribuídos:

Cirurgiões dentista	788
Farmacêuticos	398
Soma	1.196

Esses estudantes procederam de Minas Gerais São Paulo, Mato Grosso, Distrito Federal, Pará, Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia, Pernambuco, Goiás e outros Estados brasileiros. Vários deles, oriundos de países estrangeiros, ali diplomaram, a saber:

Da Itália	2
Do Japão	2
Da Bélgica	1
Da França	1
Soma	6

Como se vê, volumoso o acervo de benefícios e de serviços já prestados à sociedade, e o aprimoramento do seu nível cultural.

Atualmente, o número de alunos em matriculados de 247, 10% dos quais em regime de gratuidade.

A Faculdade, através de seus Departamentos especializados, presta assistência gratuita aos alunos dos Grupos Escolares locais, do Educandário Santa Inês, a Graja Escola, ao Ambulatório e à Enfermaria da Santa Casa, bem como aos reclusos da Cadeia Pública da Cidade.

Estabelecimento de ensino de conceituada e tradicional reputação, a Faculdade de Farmácia e Odontologia desenvolve sua nobre missão

da sua alma a. Voto tor, no dia
sepeionais condições para a vida es-
tudentil. Alfenas é uma cidade de
45.000 habitantes, com mais de 900
metros de altitude e dotada de todos
os melhoramentos e conforto próprios
dos grandes centros populacionais.
Servida de boas rodovias e pela Rede
Mineira de Viação Comercial, assim
localizada em permanente e rápido
contato com a Capital da República,
Rio Horizonte e São Paulo.

representando um custo de vida re-
lativamente baixo. Alfenas constitui
um meio ideal como centro de estudo
já que sua população vive em
saúde e confortável ambiente familiar.
Tudo isso, Alfenas adquiriu re-
putação como a "Athenas do Sul de
Minas".

Am sintetizada a vida da Fa-
culdade de Farmácia e Odontologia
de Alfenas creio que o Senado Fe-
deral terá dúvidas em acolher
favoravelmente a presente emenda.

Salas das Comissões, em 9 de julho
de 1958 — Lima Guimarães, Relator
— Lothal Fontes, — Ruy Carneiro.
— Beldio Valadares, — Gilberto
Marinho, — Argemiro de Figueiredo.

N.º 390, DE 1958

Da Comissão de Educação e
Cultura, sobre o Projeto de Lei da
Câmara, n.º 60 de 1958.

Relator: Sr. Reginaldo Fernandes
O Projeto em questão resulta de
Mensagem do Poder Executivo e trans-
forma em unidades universitárias au-
tônomas e cursos de Odontologia e
de Farmácia da Faculdade de Medi-
cina do Paraná e o curso de Odontolo-
gia da Faculdade Fluminense de
Medicina.

A autonomia dos referidos cursos
encontra precedente na Universidade
do Brasil e nas Universidades da Ba-
hia e do Rio Grande do Sul e resulta
do enriquecimento de seus currículos,
ao impulso de técnica.

Ouvindo o Ministério da Educação,
a Diretoria do Ensino Superior, exa-
minando o assunto, emitiu parecer
favorável à medida, fundamentando
sua aprovação nas necessidades cur-
riculares dos cursos de Odontologia e
Farmácia e na importância que vêm
assumindo ambas as especialidades.

A Ilustrada Comissão de Constitui-
ção e Justiça apresentou Emenda ao
Projeto federalizando a Faculdade de
Farmácia e Odontologia de Alfenas,
Estado de Minas Gerais. Parece-nos
que a matéria é de natureza ao
Projeto. Trata-se de tornar autô-
nomos cursos já em pleno funciona-
mento, em Faculdades que integram
organismos universitários. Pela am-
plitude da medida proposta na Emen-
da, que visa à federalização de uma
Escola, e deve, portanto, cercar-se das
necessárias cautelas entre as quais a
audiência do órgão competente do Mi-
nistério da Educação, somos de pare-
cer que conste do Projeto em sepa-
rado.

Somos, assim, pela aprovação do
projeto e pela rejeição da Emenda
apresentada pela d.ªta Comissão de
Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 21 de agosto
de 1958. — Mourão Vieira, Presi-
dente. — Reginaldo Fernandes, Re-
lator. — Gilberto Marinho, — Públio
de Mello.

N.º 391, DE 1958

Da Comissão de Serviço Público
Civil, sobre o Projeto de Lei da
Câmara, n.º 60, de 1958.

Relator: Sr. Ary Viana

O projeto em apreço, oriundo de
Mensagem do Poder Executivo, visa
transformar em unidades universitá-
rias autônomas os cursos de odontolo-
gia e de Farmácia da Faculdade de
Medicina do Paraná e o curso de
Odontologia da Faculdade Fluminense
de Medicina.

O projeto no seu art. 8.º autoriza
o Poder Executivo a abrir, pelo Mi-
nistério da Educação e Cultura, o
crédito especial de Cr\$ 12.052.300,00
(doze milhões, cinquenta e dois mil
e trezentos cruzeiros) para atender às
despesas nas novas unidades a serem
criadas, sendo que Cr\$ 10.303.200,00
(dez milhões, trezentos e três mil e
duzentos cruzeiros) para o Pessoal
Permanente, Cr\$ 386.000,00 (trezentos
e noventa e seis mil cruzeiros)
para Funções Gratificadas,
Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cru-
zeiros) para Material e Cr\$ 353.100,00
(trezentos e cinquenta e três mil e
cem cruzeiros) para Serviços e En-
cargos.

O quadro anexo discrimina os car-
gos criados, distribuídos pelas cate-
gorias de Pessoal Permanente e Fun-
ções Gratificadas. São todos essen-
ciais ao funcionamento técnico, didá-
tico e administrativo das unidades
universitárias e se enquadram perfeita-
mente nas normas adotadas pelo
Serviço Público.

A Comissão de Constituição e Jus-
tiça ofereceu emenda federalizando a
Faculdade de Farmácia e Odontologia
de Alfenas, na cidade do mesmo nome,
Estado de Minas Gerais. A medida
envolve providências de maior am-
plitude que, sob o ângulo do Serviço Pú-
blico, devem ser minudentemente pon-
deradas, constituindo projeto à parte.

Somos, assim, pela aprovação do
projeto e pela rejeição da emenda
apresentada pela d.ªta Comissão de
Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 17 de outu-
bro de 1958. — Prisco Santos, Presi-
dente. — Ary Viana, Relator. —
Caetano de Castro, — Mem de Sá, —
Gilberto Marinho, pela aprovação do
projeto, bem como da emenda da Co-
missão de Constituição e Justiça.

— Lúde Pre cmfp em fcmf cmfp

N.º 392, DE 1958

Da Comissão de Finanças, sobre
o Projeto de Lei da Câmara nú-
mero 60, de 1958.

Relator: Sr. Daniel Krieger

O projeto de lei da Câmara, n.º 60,
de 1958, de iniciativa do Poder Exe-
cutivo, transforma em unidades univer-
sitárias os cursos de Odontologia e de
Farmácia da Faculdade de Medicina
do Paraná, e de Odontologia da Fa-
culdade Fluminense de Medicina.

A este projeto, considerado pela Di-
retoria do Ensino Superior como pro-
cedente, pois que admite, para os ci-
tados cursos, regime já adotado nas
Universidades do Brasil, da Bahia e
do Rio Grande do Sul, a d.ªta Co-
missão de Constituição e Justiça ofe-
receu emenda cujo objetivo é o de
federalizar a Faculdade de Farmácia
e Odontologia de Alfenas, no Estado
de Minas Gerais.

A emenda em apreço mereceu pare-
ceres contrários das Ilustres Comissões
de Educação e Cultura e Serviço Pú-
blico Civil, em virtude de fugir aos
objetivos do projeto em si mesmo.

De fato, a impertinência da emenda
em relação ao projeto é manifesta.
O objetivo deste é, apenas, como bem
assinala a d.ªta Comissão de Edu-
cação e Cultura, e de conceder auto-
nomia a cursos já em funcionamento,
em organismos universitários existen-
tes. O da emenda é o de federalizar
uma Escola, antes cabendo um projeto
especial, visando a esse fim.

Do ângulo desta Comissão de Fi-
nanças a emenda se afigura desacon-
selhável, uma vez que trará encargos
para o Governo Federal, se aprovada.

Nessas condições, tendo em vista
que os encargos em causa não seriam,
no caso, consequência do principal,
isto é, do projeto cuja iniciativa coube
ao Poder Executivo, pois corresponden-
deriam a emenda a ele impertinente,

somos de parecer que se aprova o
projeto, rejeitando a emenda.

A Comissão de Finanças, conside-
rando a exposição supra, é de parecer
favorável ao projeto e contrário à
emenda.

Sala das Comissões, em 31 de outu-
bro de 1958. — Vivaldo Lima, Presi-
dente em exercício. — Daniel Krieger,
Relator. — Othon Mäder, — Ary
Viana, — Novaes Filho, — Parsifal
Barroso, — Lima Guimarães, — Paulo
Fernandes, — Juracy Magalhães.

Pareceres ns. 393 e 394, de 1958

Da Comissão de Justiça, sobre
o Projeto de Lei da Câmara nú-
mero 92, de 1958, que concede a
pensão especial de Cr\$ 3.222,50
mensais a Hermelinda Franco de
Godoy, viúva do ex-Oficial Admi-
nistrativo aposentado do Ministé-
rio da Educação e Saúde, Avelino
de Godoy.

Relator: Sr. Ruy Carneiro

Pelo projeto em causa é concedida
a Hermelinda Franco de Godoy, viúva
do ex-oficial administrativo, aposen-
tado, do Ministério da Educação e
Saúde, Avelino Godoy, falecido em
ocasião que não permitiu, por haver
ultrapassado o limite de idade então
fixado, o recolhimento de suas contri-
buições para o IPASE.

Não há dúvida sobre a procedência
do projeto. O Estado deve fazer recai-
r a sua proteção sobre servidores que
ficariam, sem a adoção de medidas
como a presente, ao desabrigo da
tutela de vida pelo Poder Público,
mormente quanto à situação dos des-
cendentes dos seus funcionários.

Somos, ante o exposto, pela apro-
vação do projeto na que tange ao
seu aspecto constitucional.

Sala das Comissões, em 22 de outu-
bro de 1958. — Lourival Fontes, Presi-
dente. — Ruy Carneiro, Relator. —
Gilberto Marinho, — Argemiro de
Figueiredo, — Lima Teixeira, —
Gaspar Velloso, — Daniel Krieger, —
Atílio Viracqua, — Rui Palmeira.

N.º 394, DE 1958

Da Comissão de Finanças, sobre
o Projeto de Lei da Câmara nú-
mero 92, de 1958.

Relator: Sr. Ary Viana
Avelino Godoy, antigo oficial admi-
nistrativo do então Ministério da Edu-
cação e Saúde, faleceu sem que pu-
desse recolher a sua contribuição
para o respectivo órgão de previdência
social, por força de já haver, à época,
ultrapassado o limite legal de idade.
Sua família ficou, assim, ao desabrigo
de qualquer medida de amparo por
parte do Poder Público, especialmente
sua viúva, Hermelinda Franco de
Godoy.

A fim de obviar tal dificuldade, o
nobre deputado José Guimarães apre-
sentou o projeto em apreço, colocando
sob a proteção do Estado a viúva de
dedicado servidor público.

O processado que acompanha o pro-
jeto inclui documentos comprobató-
rios de quanto se alega acerca da si-
tuação de beneficiário da presente
medida.

Nada há que opor à proposição, até
porque ela se insere entre as atri-
buições do Congresso Nacional e se
justificam em numerosas providências
legislativas idênticas.

Nosso parecer é, portanto, favorável
ao projeto.

Sala das Comissões, em 31 de outu-
bro de 1958. — Vivaldo Lima, Presi-
dente em exercício. — Ary Viana,
Relator. — Lamieira Bittencourt, —
Othon Mäder, — Parsifal Barroso.

— Lima Guimarães, — Novaes Filho,
— Daniel Krieger, — Paulo Fernan-
des, — Juracy Magalhães.

Pareceres ns. 395 e 396, de 1958

N.º 395, de 1958

Da Comissão de Serviço Públi-
co Civil, sobre o Projeto de Lei da
Câmara n.º 99, de 1958, que
altera o quadro da Secretaria do
Tribunal Regional Eleitoral do
Estado de Santa Catarina, e da
outras providências.

Relator: Sr. Neves da Rocha

I — O presente projeto teve ori-
gem em ofício endereçado pelo Pre-
sidente do Tribunal Regional Eleito-
ral do Estado de Santa Catarina à
Câmara dos Deputados, propondo a
alteração do quadro de sua Secre-
taria, e prescrevendo outras providên-
cias.

II — A Comissão de Constituição
e Justiça daquela Casa de J.ºstos-
so, tendo a matéria, ematen-
do a emenda em par, enquadrando-
do-a nos gerais adotados para
os Tribunais Eleitorais do
País.

III — Esse procedimento decorre
do fato de que, a rigor, a proposta
nos termos em que foi encaminhada
não se identifica com o que prece-
tua a Lei n.º 486, de 14 de novembro
de 1948 no que concerne à classi-
ficação desses órgãos em grupos espe-
cíficos, na base do eleitorado da res-
pectiva circunscrição.

IV — Outras ponderações foram
aduzidas pelo Ilustre relator da Co-
missão de Justiça da Câmara, vindo,
então, a constituir o atual projeto
que nos é dado a examinar.

— A semelhança de outras pro-
postas já por nós apreciadas, esta
consulta, também aos elevados in-
teresses da Justiça Eleitoral na reorga-
nização de seu quadro de Secretaria-
ria.

VI — Opinamos, pois, pela apro-
vação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 25 de ju-
nho de 1958. — Prisco dos Santos,
Presidente. — Neves da Rocha, Re-
lator. — Caetano de Castro, — Gil-
berto Marinho.

N.º 396, de 1958

Da Comissão de Finanças, sobre
o projeto de Lei da Câmara nú-
mero 99, de 1958.

Relator: Sr. Ary Viana

O projeto de lei da Câmara n.º 99,
de 1958, consubstancia alterações no
quadro do pessoal do Tribunal Re-
gional Eleitoral de Santa Catarina.

As alterações em apreço sobre cujo
mérito já se pronunciou a d.ªta Co-
missão de Serviço Público, opinando
favoravelmente à aprovação do pro-
jeto, impõem a abertura de um cré-
dito especial de Cr\$ 300.000,00 para
a execução da correspondente des-
pesa.

Considerando que as medidas pro-
postas pelo Egrégio Tribunal Eleito-
ral de Santa Catarina, se achem em
perfeita conformidade com as leis vi-
gentes sobre a matéria, nada temos
a opor ao projeto em causa, mesmo
porque a abertura do crédito espe-
cial, no caso, é mera consequência.

Propomos, assim, que a Comissão
de Finanças opina favoravelmente a
este projeto de lei.

Nessas condições, a Comissão de
Finanças é de parecer favorável

projeto de lei da Câmara n.º 99, de 1958.

Sala das Comissões, em 31 de outubro de 1958. — Vivaldo Lima, Presidente. — Ary Vianna, Relator. — Novais Filho — Lima Guimarães — Lameira Bittencourt — Daniel Krieger — Othon Mader — Parsifal Barroso — Paulo Fernandes — Juracy Magalhães.

Parecer n. 397, de 1958

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 138, de 1958, que altera, sem aumento de despesa, a Lei n.º 2.986, de 10 de dezembro de 1956, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1957, e dá outras providências.

Relator: Sr. Vivaldo Lima
Pelo presente projeto de lei, de iniciativa da Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, fica alterada sem aumento de despesa, a Lei n.º 2.986, de 10 de dezembro de 1956, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1957, no seu artigo 4.º. Anexo, Subanexo 4.13 — Ministério da Educação e Cultura — Verba 3 — Consignação 3.1.00 Subconsignação 3.1.15 — Fundo Nacional de Ensino Médio, para dar a seguinte redação à alínea 07:

“(07) Cooperação financeira com entidades privadas mantenedoras de estabelecimentos de ensino médio, para obras e equipamento escolar e didático, nos seguintes estabelecimentos:”

2. Trata-se, apenas, como se vê, de modificação de rubrica referente a créditos inscritos em restos a pagar, o que é perfeitamente viável por não contrariar nenhuma disposição legal. Diante do exposto, somos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 31 de outubro de 1958. — Vivaldo Lima, Presidente em exercício. — Lameira Bittencourt, Relator. — Othon Mader — Parsifal Barroso — Lima Guimarães — Novais Filho — Ary Vianna — Daniel Krieger — Paulo Fernandes — Juracy Magalhães.

Parecer n. 398, de 1958

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 115, de 1958, que regula a venda de ações de sociedades anônimas, inclusive de Economia mista, pertencentes à União, aos Estados e Municípios.

Relator: Sr. Lameira Bittencourt
O projeto em tela, além de outras providências, prescreve que as ações das sociedades anônimas, inclusive de economia mista, pertencentes, direta ou indiretamente, à União, aos Estados ou aos Municípios, só poderão ser alienados depois de prévia audiência dos órgãos legislativos competentes.

Dado a natureza da matéria e, ainda, porque tenhamos sérias dúvidas sobre a possibilidade constitucional daquela restrição imposta, também, às ações de propriedades dos Estados e dos Municípios. — Juvencos essas já afloradas pelos eminentes relatores da proposição, nas comissões de Constituição e Justiça e de Economia da Câmara dos Deputados, opinamos preliminarmente, no sentido da audiência da ilustrada Comissão de Constituição e Justiça desta Casa.

■ o nosso Parecer.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 1958. — Fernandes Távora, Presidente em exercício. — Lameira Bittencourt, Relator. — Argemiro de Figueiredo — Lima Teixeira — Alencastro Guimarães.

Parecer n. 399, de 1958

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei n.º 133, de 1958, da Câmara Federal que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00, destinado à concessão de bolsas de estudos a estudantes.

Relator: Sr. Daniel Krieger.

O Projeto em tela, de iniciativa da Comissão de Educação e Cultura, da Câmara dos Deputados prevê a autorização de um crédito especial de cem milhões de cruzeiros (Cr\$ 100.000.000,00) para a concessão de bolsas de estudos a estudantes necessitados regularmente matriculados em estabelecimentos particulares de ensino.

A providência é generosa e de relevante alcance social dada a dificuldade de que se apresenta aos estudantes pobres para conclusão de seus estudos.

Ocorre porém que o Projeto assim formulado, representa uma superação. O Ministério da Educação e Cultura já dispõe de verbas consideráveis para a concessão de bolsas através dos Fundos Nacionais do Ensino Primário e do Ensino Médio.

A distribuição indiscriminada desses créditos dá ensejo a sua manipulação por interesses menos nobres. Há bem pouco a aplicação das verbas orçamentárias do Fundo Nacional do Ensino Médio foi objeto de um pedido de informações do nobre Senador Juracy Magalhães, provocado pela notícia de graves irregularidades que teriam ocorrido na distribuição de bolsas.

A fim de evitar esses percalços convém que a concessão de bolsas fique, no máximo possível, dentro dos limites traçados pelo orçamento, cabendo ao órgão competente, estabelecer suas previsões para o ano fiscal.

Somos, portanto, pela rejeição do projeto.

Sala das Comissões, em 31 de outubro de 1958. — Vivaldo Lima, Presidente. — Daniel Krieger, Relator. — Ary Vianna. — Novais Filho. — Parsifal Barroso. — Othon Mader. — Lameira Bittencourt. — Lima Guimarães. — Paulo Fernandes. — Juracy Magalhães.

Parecer n. 400, de 1958

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 141, de 1958, que revigora pelo prazo de dois anos, o crédito especial de Cr\$ 500.000.000,00, autorizado pela Lei n.º 3.035 de 19 de dezembro de 1956, para ocorrer a despesas de exercícios encerrados.

Relator: Sr. Ary Vianna.

I — Originário de Mensagem do Poder Executivo, pretende o presente projeto de lei revigorar, pelo prazo de dois anos o crédito especial de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), autorizado pela Lei n.º 3.035 de 19 de dezembro de 1956, para ocorrer a despesas de exercícios encerrados.

II — O Poder Executivo decidiu-se a encaminhar a Mensagem em apêndice, face as fundadas razões apresentadas por vários de seus órgãos financeiros.

II — De fato, o prazo de validade do crédito especial de Cr\$ 500.000.000,00, segundo se depreende da Informação prestada pelo Diretor da Despesa Pública, expira em 31 de dezembro de 1957, sem que tenham sido atendidos os pagamentos a ele referentes.

IV — Cerca de 50.00 processos aguardam solução na Seção de Créditos da Fazenda impondo-se, assim, não só a dilatação do prazo de vigência do citado crédito, como também o desaque de verba específica para atender a pagamentos por serviços extraordinários executados na forma do inciso II do Art. 145 e 190 inciso I, da Lei n.º 1.711, de 1952.

Somos, pois, pela aprovação imediata do presente projeto, atendendo à urgência de que se reveste.

Sala das Comissões, em 31 de outubro de 1958. — Vivaldo Lima, Presidente. — Ary Vianna, Relator. — Parsifal Barroso. — Novais Filho. — Lima Guimarães. — Othon Mader. — Lameira Bittencourt. — Daniel Krieger. — Paulo Fernandes. — Juracy Magalhães.

Parecer n. 401, de 1958

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 142, de 1958, que autoriza abertura de crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, para atender ao pagamento estabelecido pela Lei n.º 2.431, de 21 de fevereiro de 1955.

Relator: Sr. Ary Vianna

O projeto em questão, originário da Câmara dos Deputados, autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Cultura, de crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos cruzeiros) para pagamento da subvenção a que se refere a Lei n.º 2.431, de 21 de fevereiro de 1955, relativa ao exercício de 1955.

A Lei n.º 2.431, de 21 de fevereiro de 1955, concedeu à Faculdade de Filosofia Santa Ursula o direito a ser incluída entre os estabelecimentos que deverão receber subvenção anual do Governo Federal.

Ocorre, porém, que, não tendo sido a dotação incluída no Orçamento de 1955 nem tendo sido aberto crédito especial para esse fim, ficou o conhecido educandário sem a verba concedida naquele ano.

Os orçamentos de 1956 e 1957 previram as dotações estabelecidas na lei, mas não houve, até agora, nenhuma providência a fim de saldar o débito da União com a Faculdade.

Tratando-se, portanto, de simples formalidade que visa a repor a situação dentro da lei e, sobretudo, que atende a necessidades urgentes de um estabelecimento de ensino superior, somos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 31 de outubro de 1958. — Vivaldo Lima, Presidente. — Ary Vianna, Relator. — Parsifal Barroso. — Lima Guimarães. — Novais Filho. — Lameira Bittencourt. — Othon Mader. — Daniel Krieger. — Paulo Fernandes. — Juracy Magalhães.

Pareceres ns. 402 e 403, de 1958

N.º 402, De 1958

Da Comissão de Trabalho e Previdência Social — sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 41, de 1949, que eleva o abono familiar e modifica o conceito de família numerosa para a sua concessão.

Relator: Sr. Walter Franco.

Considerando o Projeto de Lei do Senado n.º 41, de 1949, concluído pela necessidade de socorrer efetivamente os chefes de família numerosas, cujos salários sejam inferiores ao dobro do salário mínimo das regiões onde residem. Assim, os filhos ser necessário aumentarem, para efeito da presente lei, família numerosa a que for constituída por seis ou mais filhos, atendendo de Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros), para Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), por filho excedente.

Nada mais justo, porém, em as modificações contidas no projeto do Senado Olavo Oliveira que poderia subvertir o conceito de família numerosamente defendido no Decreto-lei n.º 3.200, de 19 de abril de 1941.

A fim de que continue a vigorar a lei que regula a organização e proteção da família brasileira em modificações fundamentais, apresentamos o seguinte:

SUBSTITUTIVO

Art. 1.º Fica elevado o abono familiar, concedido mensalmente pelo Decreto-lei n.º 3.200, de 19 de abril de 1941, art. 23, ao chefe de família numerosa, que perceba menos que o dobro do salário mínimo em vigor na localidade onde viva interessado, para Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) se tiver seis filhos e mais cinquenta cruzeiros por filhos excedentes.

Art. 2.º Considerar-se família numerosa, para efeito da presente lei, a constituída com seis ou mais filhos, de acordo com o estabelecido no Decreto-lei n.º 3.200, de 19 de abril de 1941, art. 37, alíneas a, b e c e artigos 33 e 39.

Sala das Comissões em 25 de junho de 1952. — Carlos Gomes de Oliveira, Presidente. — Walter Franco, Relator. — Othon Mader. — Kerynaldo Cavalcanti. — Luiz Tinoco. — Ruy Carneiro.

VOTO EM SEPARADO DO SENADOR OTHON MADER

O Projeto n.º 41 de 12-9-49 do Sr. Senador Olavo Oliveira, é composto de 2 artigos, ambos da mais alta relevância, pela profunda modificação que introduziam-se aprovações na nossa legislação de assistência social e aumento incalculável na despesa pública.

O Projeto precisa pois ser examinado com cuidado especial.

O art. 1.º do Projeto 41-49 subverte integralmente e em uma extensão incontrolável, o conceito de família numerosa até hoje adotado em nosso país e no qual se fundam algumas das nossas leis de assistência social. Qualquer alteração desse conceito terá inevitavelmente profundas repercussões sobre os argumentos privados e públicos, nos es compreendidos os estaduais e municipais. Daí porque, não duvidamos em dizer que o projeto 41-49 é de consequências imprevisíveis e ninguém pode avaliar até onde os seus efeitos se estenderão.

No art. 2.º manda dobrar o abono familiar até agora concedido aos chefes de família numerosa, o que

importará num aumento considerável desse auxílio, sobreajregando os orçamentos públicos.

Examinado pela Comissão de Constituição e Justiça sobre a sua constitucionalidade, o projeto 41-49 foi ali embatido, não logrando aprovação unânime e nem teve parecer fundamentado, eis que nenhum argumento aduziu em seu favor.

Sua inconstitucionalidade se manifestou o ilustre Senador Augusto Leira, que em brilhante voto em separado expôs as razões que o levaram a essa conclusão.

Em resumo disse S. Ex.^a que se a vida encarece para quem tem o filho, encarece também para quem tem menor número e portanto se quem tem oito faz jus a um abono, igual direito deve caber ao que possui menos filhos, embora proporcionalmente menor seja esse abono. Se a lei igual para todos, em virtude de um princípio constitucional, não admite. Ex.^a a constitucionalidade desse projeto, acrescentando que projetos como este são visivelmente tendenciosos e filhos da política demagógica viciosa de "trair de quem tem para a quem não tem". "A distribuição da riqueza só é sadia e legítima defendável, na razão direta da capacidade de cada um para viver do seu trabalho honesto", diz ainda aque eminente parlamentar que conciliopinando pela inconstitucionalidade do projeto 41-49.

Passando a Comissão de Trabalho e Previdência Social, foi seu Relator nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti, que não só o aceitou integralmente, como por meio de uma emenda, o aplicou ainda mais, reduzindo de para 6 o número de pessoas que constituam a família numerosa.

Sem embargo do acatamento que tributamos ao eminente Relator, não pudemos concordar com o seu parecer e para melhor fundamentar o nosso voto pedimos que se ouvisse o Ministério do Trabalho, pelos seus órgãos especializados.

Após meses de demora chegaram as informações solicitadas apenas ao processo e com apoio nelas, vamos emitir nosso voto.

Pela legislação atual, e entre outros os Decretos 3.200 de 19-4-43 e 5.956, de 10-11-43, o conceito de família numerosa para ter direito à proteção do Estado, é uniforme e se entende a que é constituída: 1) de oito ou mais descendentes que estes descendentes sejam filhos; 2) que estes filhos sejam brasileiros; 3) que tenham até 18 anos de idade ou sejam incapazes de trabalhar; 4) que vivam em companhia dos pais ou responsáveis; 5) que vivam às expensas dos pais ou de quem o tenha sob sua guarda; 6) que sejam criados e educados à custa dos pais ou responsáveis.

Naad menos as sete (7) condições cumulativas são exigidas para que se considere a família a categoria de numerosa com direito à proteção do Estado.

Pelo projeto 41-49 o nobre Senador Olavo Oliveira etas exigências seriam derogadas. Bateria que oito pessoas solteiras, de qualquer idade que não exerçam nenhuma atividade remunerada vivam em companhia e às expensas de alguém, para esse alguém ter direito ao abono familiar e a todos os benefícios que o Estado outorga ao chefe de família numerosa. A família já não seria mais a constituída pelos filhos, mas por quaisquer pessoas que se agrupem ou se associem. Não precisam ser filhos, nem brasileiros, nem menores de 18 anos.

E' flagrante e profunda a reforma do conceito de família numerosa, proposta pelo Sr. Senador Olavo Oliveira.

O projeto estende perigosamente o campo de benefícios, permitindo que maiores estrangeiros se reúnam e constituam uma falsa família numerosa, para ter todos os direitos e vantagens assegurados às legítimas". Ora o espírito das leis de assistência às famílias numerosas é o de proteção aos pais de filhos menores e excepcionalmente de filhos inválidos, aliviando os encargos daqueles que tem grande prole e viva esta sob a dependência econômica paterna.

E' também seu objetivo a moralização dos costumes e a legalização da família cuja base está no casamento, como estabeleceu a Constituição no seu art. 163. Se a base da família é o casamento, a lei deve dar proteção especial aos casados legalmente, e não proporcionar favores iguais aqueles que não cumprem o mandamento constitucional.

Dai porque a nossa legislação social, considera família aquela fundada no casamento formada de pais e filhos menores e quando estes atigem a oito ou mais, ela é considerada numerosa, com direito à proteção do Estado.

A lei não conceitua como família um ajuntamento de pessoas, muitas vezes sem laços de parentescos, como quer o nobre autor do projeto. Um agrupamento, com oito ou mais pessoas já transcenderia à família, para configurar uma associação incipiente ou um pequeno asilo.

Se é verdade que há casos dolorosos de menores ou desempregados que se abrigam sob a proteção de um amigo ou parente, não é menos verdade que esses são mais raros, e aqui, como em qualquer outro assunto, deve a lei atender a regra geral e não às exceções.

O argumento de que se deve proteger os desempregados, porque assim determina a Constituição, não procede. O amparo e o combate ao desemprego, suas causas e seus efeitos é matéria diferente e só pode ser regulada e disciplinada por uma lei específica, abrangendo seus variados aspectos. Numa lei sobre abono familiar intercalar dispositivos atinentes ao desemprego, seria misturar alhos com bugalhos.

Ouvido o órgão técnico do Ministério do Trabalho como o "Serviço de Estatística e Previdência do Trabalho" sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 41, de 1949, emitiu ele um bem elaborado parecer, acentuando os inconvenientes da proposição e ressaltando a conveniência de ser mantido o texto legal vigente. O conceito atual de família numerosa deve ser conservado, diz aquele órgão, porque alterá-lo no sentido do art. 1.º do Projeto, "equivale a criar maiores ônus para o Tesouro e se não bastasse, a incrementar a inatividade de pessoas, permaneceriam apáticas as contingências inevitáveis do trabalho e da formação de novos lares." Ociosos e até estrangeiros poderiam se aproveitar da proteção oficial.

A maioridade ou o casamento corresponde, de fato e em condições normais, à perda automática da dependência econômica paterna, diz ainda o citado parecer.

O adulto e o casado estão normalmente em condições de prover a sua subsistência. Não é justo que o Estado continue a sustentá-los com impostos arrecadados do povo, para atender a obras e necessidades de interesse coletivo.

Se isto dizemos em relação a filhos, com muito mais razão esses ar-

gumentos devem pesar quando se tratar de parentes mais distantes e até estranhos, como quer o projeto de lei n.º 41-40.

A ampliação que se propõe é demasiadamente perigosa e não deve ser estendida assim ilimitadamente.

Somos pela manutenção do atual conceito de família numerosa e só admitiríamos a sua modificação, na diminuição de número de filhos para 6, conservando todas as demais condições esatuidas no art. 37 do decreto-lei n.º 3.200, de 19-4-51.

Passando ao exame do art. 2.º do Projeto 41-49, ainda mais se firma a nossa convicção da sua inconveniência, pelo voto quase inculcável da importância que iria recair sobre o Tesouro Público onerando-o de uma maneira assás elevada.

Pelas informações prestadas pelo "IBGE", é de se admitir que existem no hoje no Brasil, cerca de 3.800.000 mulheres (7,13% da sua população) com 6 e mais filhos. Elevando-se para Cr\$ 200,00 por família o abono que atualmente é de Cr\$ 100,00, isto representaria uma despesa teórica de Cr\$ 760.000.000,00, somente com as famílias constituídas de seis ou mais filhos. E quantas seriam as formadas de seis ou mais pessoas? E' evidente que o nosso orçamento não comportaria tão vultoso dispêndio. E não seria neste momento em que todos os esforços do legislativo e executivo se conjugam para reduzir despesas, que haveríamos de votar uma lei aumentando ainda mais os derrames improdutivos de dinheiro, com o claro raciocínio do eminente Senador Alberot Pasqualini, são os responsáveis pela inflação que tanto faz sofrer o nosso povo.

Mas não queremos nos alongar em este aspecto do Projeto, será certamente considerações desta ordem, porque te bem estudado na Comissão de Finanças, cujo parecer técnico é imprescindível.

Uma observação ainda faremos antes de terminar. No art. 2.º do Projeto 41-59, diz o seu preclaro autor:

"Fica elevado para 200 cruzelros mensais o abono familiar concedido aos chefes de família numerosa, pelo art. 28 do decreto-lei n.º 3.078, de 27 de novembro de 1941".

Ora o decreto-lei n.º 3.078 é de 27 de fevereiro de 1941 e não de 27 de novembro de 1941. Ainda mais, o assunto de que trata o decreto-lei 3.078 é de locação de empregados em serviços domésticos.

Portanto, nenhuma relação tem com a matéria de que se ocupa o Projeto 41-49.

Há evidentemente um erro essencial do Projeto, e que o invalida completamente.

Poder-se-ia alegar que houve equívoco e que se trata de outro decreto-lei. Então qual será? Poderia ser o den.º 3.200, de 19 de abril de 1941, como outro qualquer. Ainda aqui, só quem estaria em condições de esclarecer seria o Sr. Senador Olavo Oliveira. Entretanto, nenhuma declaração, ou existe retificando o projeto. E agora nesta altura, não é mais possível qualquer retificação, após tantas formalidades preenchidas e pareceres exarados sobre esse texto.

E para invalidar o Projeto Irremediavelmente, alguém cobriu o original dactilografado com manuscrito à tinta. Tanto no original como em todos os avulsos e publicações no "Diário do Congresso", lá está escrito que se refere ao art. 28 do decreto-lei

n.º 3.078, de 27 de novembro de 1941.

Depois de uma longa caminhada, aparece adulterado o original — mas os avulsos e as publicações no "Diário do Congresso" ainda circulam com a redação do original, an e se ser viciado.

E não só emendaram com as formalidades legais e portanto nulo este por esse vício, como o inutilizaram, substituindo onde estava dactilografado "28" por "29" escrito a tinta. Esta última adulteração vem confundir ainda mais, porquanto se o artigo 28 citado no art. 2.º do projeto coadunava com a matéria já o art. 29 nada tem a ver com o assunto de que trata o referido projeto.

Não pode o Senado admitir adulterações como a que ora se apresenta, pois isso seria licença e estímulo para qualquer um emendar e viciar projeto de lei, abrindo a porta para falsificações e fraudes. Nesse particular devemos ser implacavelmente rigorosos. O processo que apresentar qualquer vício não poderá ser levado avante. Será imediatamente tornado nulo ou sem efeito, como advertência para quem pretender por meios ilícitos ou ilícitos, alcançar seus objetivos.

Pelas razões exaustivamente expostas e mais pela nulidade amica apontada, somos de parecer que o projeto de lei n.º 41-49 deve ser rejeitado.

Quanto à única emenda apresentada até agora, e o foi pelo ilustre Senador Kerginaldo Cavalcanti, damos nosso voto a favor, com a seguinte subemenda:

Onde se diz: "pessoas", diga-se: "filhos"

Este o nosso parecer.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1951. — Senador Othon Mader.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DO SENADOR KERGINALDO CAVALCANTI SOBRE O VOTO EM SEPARADO DO SENADOR OTHON MADER.

O voto em separado do eminente Senador Othon Mader diz que o artigo 1.º do Projeto de Lei do Senado n.º 49, de 1949, "submete integralmente" o conceito de família numerosa, com "profundas repercussões sobre os orçamentos privados e públicos". Desenvolvendo o seu propósito, declara que, entre outros, pelo Decreto 3.200, de 19 de abril de 1943 e pelo Decreto 5.956, de 10 de novembro de 1943, o conceito de família numerosa, para direito à proteção do Estado, é uniforme: "1) de oito ou mais descendentes; 2) que estes descendentes sejam filhos; 3) que estes filhos sejam brasileiros 4) que tenham até 18 anos de idade ou sejam incapazes de trabalhar; 5) que vivam em companhia dos pais ou responsáveis; 6) que vivam às expensas dos pais ou de quem o tenha sob sua guarda; 7) e que sejam criados e educados à custa dos pais ou responsáveis".

Informa que essas exigências cumulativas seriam derogadas pelo projeto. Expressa, outrossim que, pelo projeto, se permite: "maiores estrangeiros se reúnam e constituam uma falsa família numerosa, para ter todos os direitos vantagens asseguradas às legítimas".

E que o espírito "das leis de assistência às famílias numerosas é o da proteção aos pais de filhos menores e especialmente de filhos inválidos". O voto em separado, da autoria do ilustre Senador Othon Mader, vê subvertido integral quando apenas enumeramos no projeto o desenvolvimento

ou a ampliação progressiva do conceito legal da família numerosa para o fim exclusivo da proteção econômica do Estado. O Decreto que define este conceito é de 1943 e traduz os passos iniciais do governo nessa delicada problema assistencial. E como toda iniciativa, dez anos já passados, comporta um elastecimento, tendo em vista não só as circunstâncias do fato como também os reflexos do que ocorre noutros povos.

O Decreto-lei n.º 3.200, art. 35, na família numerosa, para proteção econômica do Estado, não considera, ao nosso ver, só a família consanguínea. Ou mais incisivamente, um círculo mais restrito, os filhos do casal.

A resposta cabal está nas alíneas a e b do artigo 37.

O art. 29 concede ao chefe de família numerosa o abono mensal de cem cruzeiros se tiver oito filhos e de mais vinte cruzeiros por filho excedente. Cogita, realmente, de filhos, porém adverte a sua compreensão ao disposto na alínea a do art. 37.

A alínea citada compendiando a família, para tal proteção, como devendo ser de oito ou mais filhos, brasileiros, menores de dezoito anos, vivendo em companhia e às expensas de seus pais, compagina para logo a exceção: "ou de quem os tenha sob sua guarda, criando e educando à sua custa".

Que se infere? Para combater o projeto, o Senador Othon Mäder, no brilhante voto em separado, depois de expender que os requisitos do Decreto-lei n.º 3.200 seriam poderes derogados, arrima-se ao argumento de que "bastaria que oito pessoas solteiras, de qualquer idade, que não exerçam nenhuma atividade remunerada vivam em companhia e às expensas de alguém, para esse alguém ter direito ao abono familiar". O raciocínio é aparentemente lógico, mas peca pelo excesso. É que se afirmou a E. E. a, ao nosso parecer, que na família, para fins legais, só se compreendem os filhos. Entretanto, não é este o conceito legal para a obtenção do favor econômico. O que se quer está em que oito pessoas se unam para viver a expensas de alguém, beneficiário de 200 cruzeiros mensais. Se existe alguém no Brasil capaz de sustentar e educar oito pessoas, que não sejam seus filhos, pela vantagem de duzentos cruzeiros mensais, caberia a tal indivíduo uma consideração.

O benefício ademais, convém frisar, é fiscalizado pelo governo e para a sua concessão depende da observância pelo postulante de determinadas exigências legais.

Mais, se atentarmos ao Decreto-lei n.º 3.200, que o voto em separado recomenda, constataremos que o art. 29, ao definir o conceito de família numerosa, logo expressa, traçado o seu caráter generalizado, a restrição de que se deveria observar a alínea a do art. 37 deste decreto-lei. E nesta alínea, como excessão, após falar, geralmente, em filhos, para a conceituação de família numerosa inclui nesta os que "vivendo em companhia e à expensa dos pais ou de quem os tenha sob a sua guarda, criando e educando-os à sua custa".

Note-se, portanto, que o chefe de família pode ter oito filhos e não ter direito ao abono, desde que um ou algum dos seus filhos não viva às suas expensas e nem se eduque à sua custa. E que um terceiro, que não seja o pai, pode beneficiar-se do abono, desde que orie filhos alheios e que os eduque à sua conta. E nem mesmo a lei exige que tenha filhos. Basta que crie, como seus filhos, e os eduque às suas expensas oito menores de dezoito anos.

Donde se vê que o conceito de família, para o fim do abono, é natureza econômica e não o da família civil.

Tanto é que a alínea b, do art. 37, reza: "Será equiparado ao pai quem tiver, permanentemente, sob sua guarda, criando-o e educando-o à suas expensas menor de dezoito anos."

Outro aspecto da crítica ao projeto é de que permite "que maiores estrangeiros se reunam e constituam uma falsa família numerosa, para ter todos os direitos e vantagens assegurados às legítimas". Não é mister insistir que não estão em causa os direitos da família legítima, que ninguém nega ou ameaça. Como dissemos, é excessivo pensar-se que oito pessoas se unam apenas para, em fraude à Lei, obter duzentos cruzeiros. Ademais, somente se concede o benefício quando observadas as exigências legais. Cabe ao Governo a fiscalização respectiva.

A inovação estaria em que os beneficiários poderiam ser também estrangeiros.

O argumento em substância não nos demove e nem convence. Figuremos uma família estrangeira de oito filhos. Imaginemos seis ou sete sejam brasileiros. Pois bem, pelo Decreto 3.200, essa família, aliás legítima, com seis ou sete filhos brasileiros, porém, de fato, sob o peso de oito bocas infantis a sustentar e a educar, não poderia receber o abono. Basta isso para demonstrar, também aí, a vantagem do projeto sobre o Decreto-lei de 1943.

Mas, encaremos a hipótese de família estrangeira de oito ou mais filhos. Nenhum deles nascido entre nós. Vieram incorporar-se à nossa vida. Estão sob as nossas leis. São pessoas com as mesmas necessidades que qualquer um de nós. A Constituição Federal proclamou a igualdade de direitos perante a lei. Quando poderíamos obstar a que entrassem em nossa Pátria os admitidos em nosso seio com franca liberalidade. Que razão social, política, lógica e humana, justificaria que lhes não dêssemos também, desde que pobres, os benefícios do abono familiar? Nem mesmo razões econômicas, pois constituiriam um incentivo incorporador de nossos destinos.

Admite o projeto como família numerosa a que se constitui de oito pessoas solteiras, ainda que "de qualquer idade" e que "não exerçam atividade remunerada", vivendo, todavia, às expensas dos pais ou de quem os tenha sob a sua guarda.

Insurge-se contra isto o voto senado porque, de um lado, lhe parece um estímulo à ociosidade e do outro acarretaria despesa incomputável ao Tesouro Nacional.

Não há como cogitar de indivíduos casados, pois o projeto fala em solteiros. A restrição está só em não haver limite de idade. Mas, examinadas as alíneas do art. 37, do Decreto-lei n.º 3.200, notaremos que este já ampara não só os menores como os "incapazes de trabalhar (alínea a)".

Ignorar o fenômeno social do desemprego é pretender tapar o sol com a peneira. É um mal, porém, é um fato. E negá-lo não resolve a situação. Existe nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França, na Itália, etc. Com menor intensidade também ocorre em nosso meio. Nos Estados Unidos, como noutros países, são amparados, recebendo o *chomeurs* espécie de pensão ou contribuição do Estado. E ninguém seria capaz de declarar que uma Nação super-capitalista e super-individualista, como os Estados Unidos, seja capaz de amparar ou estimular a ociosidade.

Entre nós, o projeto enquadra-se em linhas muito mais modestas. Situa-se dentro do quadro familiar. E dentro deste, sob a fiscalização do Poder Público, auxilia o chefe de família numerosa. Com um modesto subsídio. Como que declina o Estado, de modo hábil, de um fardo dos mais pesados para um ônus aligeirado.

Não se reúnem oito ou mais indivíduos para fraudar o Estado por duzentos cruzeiros inflacionados! Nem o Estado deixaria defraudar-se ingenuamente. No projeto, se alguém com ele é beneficiado, ao nosso critério, é o Estado. Por modesto auxílio às famílias numerosas, põe de lado a obrigação de subsidiar milhões de desempregados. Mesmo, como função de preservação política e social, seria recomendável a adoção do projeto.

A subemenda que formulou o preclaro Senador Othon Mäder não merece também o nosso galanhado.

O projeto, de qualquer maneira, evita a relativa confusão que se constata no Decreto-lei n.º 3.200. De fato este fala em filhos, porém, logo adiante, admite que pessoas, não filhos, possam vir a integrar a família numerosa.

Ora, a emenda que oferecemos, não se referiu a filhos, porém, a pessoas, o que não altera o projeto, atente melhormente às razões que inspiraram os termos deste.

Não nos deteremos a tratar sobre a constitucionalidade do projeto. O órgão técnico já se pronunciou favorável. Divergiu apenas o então Senador Augusto Meira. Mas suas razões data venia, são frágeis. Arrima-se a uma interpretação ultra individualista de um artigo da Constituição. A igualdade perante a Lei não significa que o Tesouro não pode dar o abono de duzentos cruzeiros a um necessitado que tenha oito filhos esteja na mesma obrigação de concessão a um milionário em condições idênticas. O ideal seria dar a todos os chefes de família pobres. Mas, por que não se pode atender a todos ao menos por hora, nem por isso se deve deixar de atender a alguns.

O argumento de tirar de quem tem para dar a quem não tem, não é dogmática. É fato social que se inverte cada vez mais as organizações políticas, ao Estado, se querem efetivamente sobreviver. O conceito exclusivista da propriedade, com seus consectários do Direito Romano, sendo superado pelo critério do bem-estar público. O trabalho, como fundamento social, infelizmente não existe à disposição de todos, como ninguém poderá supor. Se houvesse, o caso seria outro. Os que têm riquezas fáceis, capitais à vontade, poderão contemplar das alturas as multidões famintas. Mas, em verdade, os que correm são outros e já não permitem que percamos o nosso tempo a chorar sobre as ruínas de um conceito morto no mundo das lamentações materiais. — *Kerinaldo Cavalcanti*.

VOTO EM SEPARADO DO SENADOR KERINALDO CAVALCANTI

I — O Senador Olavo Oliveira apresentou projeto tendo em vista não só definir o que deva entender-se por família numerosa, para os efeitos de proteção do Estado, como elevando para Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) o abono familiar, concedido aos chefes de família numerosas, pelo art. 29 do Dec.-lei n.º 3.200, de 19 de abril de 1941.

O projeto mantém, para conceituação da família numerosa:

1.º) a que se constitui de oito pessoas solteiras, de qualquer idade, que não exerçam nenhuma atividade remunerada, e vivam em companhia e

às expensas dos pais; 2.º) a que, em idênticas condições, viva às expensas de "quem os tenha sob a sua guarda como responsáveis pela sua manutenção".

II — O Decreto-lei n.º 3.200, de 19 de abril de 1941, tribuiu à prole de oito filhos, desde que menores de 8 anos de idade, a conceituação tal de numerosa, de modo a ser amparada pelo poder público.

É um conceito arbitrado, nácha dúvida, pois, ao nosso ver, uma família, que excede de cinco filhos, mormente nos centros urbanos, merece ser considerada numerosa.

Propomos, assim, como emenda da Comissão que, invés de oito, sa de seis pessoas.

III — O projeto inclui, por definição respectiva, a exigência e que essa pessoa seja solteira, não atendendo à idade; contanto que vivam em companhia e à expensas dos pais, não exercendo nenhuma atividade remunerada.

Nesse particular, o projeto sem que aparentemente o pretenda, tendo a um preceito constitucional, até aqui letra morta. É que devendo a família receber a proteção especial do Estado (Const. Fed., art. 19, compete ainda à Previdência Social prestar assistência aos desempregados (Const. cit., art. 137, n.º XV).

Dal porche, o projeto n.º 41, de 1949, também abrange, para o fim previsto, as pessoas que vivem à expensas de outrem, que tenham sob a sua guarda, "como responsáveis pela sua manutenção".

Precisamos, no capítulo da Previdência Social e da Assistência, arrancar mais um pouco, evemos codificar, sem unificar a leis esparsas. Alguns países já seguem o desmembramento em pará. Conhecemos, portanto, nesse sentido.

IV — A elevação para Cr\$ 200,00 mensais do abono à família numerosa pelo art. 29 do Dec.-lei n.º 3.200 citado, não parece inapropriada, bastando salientar que, de lá para cá o custo da vida aumentou grandemente, enquanto o poder aquisitivo de nossa massa caiu de muito.

Desse modo o emenda oferece a Comissão de Finanças, sob o aspecto social que há interesse em amparar pela aprovação do projeto com a emenda que ora formulamos.

Sala das Comissões, em 4 de abril de 1951. — *Kerinaldo Cavalcanti*, Presidente.

EMENDA ..

Onde se lê no art. 1.º: "constituição de oito pessoas".

Alterar-se para: "constituída por seis pessoas".

N.º 48, de 1938

De Comissão de Finanças sobre o Projeto de Lei do Senado, n.º 41 de 1949.

Relator: Senador Othon Mäder

O Projeto n.º 41 de 12-9-49, de iniciativa do Senador Olavo Oliveira, eleva para duzentos cruzeiros mensais o abono familiar concedido aos chefes de família numerosas pelo artigo 29 do Decreto-lei n.º 3.200, de 15 de abril de 1941, e modifica o conceito de família numerosa para os efeitos da proteção do Estado, a qual passa a ser a constituída de oito pessoas solteiras, economicamente inativas, vivendo em companhia e às expensas dos pais, ou de quem os tenha sob a sua guarda.

O Projeto em causa foi apreciado inicialmente pela Comissão de Justiça, que reme aduzir qualquer argumento, porém por sua constitucionalidade, contrariando brilhante voto em separado do Senador Augusto Meira que propôs a modificação im-

Posteriormente, a Comissão de Trabalho e Previdência Social, acompanhando o parecer do Senador Walter Franco, entendeu de apresentar substitutivo, que mantém o abono na base do projeto original, mas considera família numerosa a que for constituída por seis ou mais filhos, de acordo com o estabelecido no Decreto-lei n.º 3.200, de 19 de abril de 1941, Art. 37, alíneas a, b e c, e artigos 38 e 39.

No seio dessa última Comissão, o relator que subscrive o presente parecer, teve oportunidade de emitir voto em separado, fundamentando-o, entre outras, nas seguintes razões:

1.ª — O art. 1.º do Projeto 41-49 submete integralmente e com uma extensão incontornável o conceito de família numerosa até hoje adotado em nosso País e no qual se fundam algumas de nossas leis de assistência social.

2.ª — O órgão técnico do Ministério do Trabalho e Serviço de Estatística e Previdência do Trabalho, ouvido a respeito, opinou contrariamente ao Projeto em face sobretudo dos maiores ônus que o mesmo viria acarretar ao Tesouro e do estímulo à inatividade de pessoas por ele beneficiadas.

Nos nove anos decorridos desde então, o quadro da Previdência Social alterou-se profundamente, ensejando novos argumentos em favor da rejeição total do Projeto número 41-49. Preliminarmente, o abono familiar já é hoje duzentos e cinquenta cruzeiros mensais, nível superior, portanto, ao constante do Projeto. Em segundo lugar acha-se pendente de discussão nesta Casa a Lei Orgânica da Previdência Social, que virá alterar todo o mecanismo da Previdência e consolidar as numerosas leis e decretos que regulam a matéria, não se justificando assim a aprovação de Projetos de lei, em separado, possivelmente conflitantes com a aludida Lei Orgânica.

Em hipótese alguma deve o Senado Federal contribuir para aumentar ainda mais a confusão reinante em nossa esparra, incompleta e intrincada legislação assistencial.

Se, dado o tempo escoado, os ônus de caráter financeiro criados pelo projeto perderam sua gravidade, não há fugir à conclusão de que o Projeto merece rejeição total por inoportuno, inconveniente e parcialmente superado.

Sala das Comissões, em 31 de outubro de 1958. — **Vitaldo Lima**, Presidente. — **Othon Mader**, Relator. — **Lameira Bittencourt**. — **Daniel Krieger**. — **Ary Vianna**. — **Novais Filho**. — **Lima Guimarães**, vencido. — **Parsifal Barroso**. — **Paulo Fernandes**. — **Juracy Magalhães**.

Pareceres ns. 404, 405 e 406, de 1958

N.º 404, de 1958

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 36, de 1957 que acrescenta um parágrafo ao artigo 9.º da Lei n.º 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos.

Relator: Sr. Lima Guimarães

De autoria do nobre Senador Lino de Matos, o Projeto do Senado número 36 de 1957 manda acrescentar ao art. 9.º da Lei n.º 605, de 5 de janeiro de 1949, o seguinte parágrafo único:

"Serão também pagos em dobro os serviços executados à noite e aos domingos".

Sobre o mérito do projeto cabe ponderar a Comissão de Legislação Social e bem assim a de Legislação

A nós compete examinar o aspecto constitucional da proposição que em nada viola preceitos da Constituição. Sala das Comissões, em 25 de setembro de 1957. — **Cunha Mello** — Presidente. — **Lima Guimarães**, — Relator. — **Gilberto Marinho**. — **Argemiro de Figueiredo**. — **Francisco Gallotti**, pela constitucionalidade. — **Daniel Krieger**.

N.º 405, de 1958

Da Comissão de Legislação Social, sobre o Projeto de Lei do Senado, n.º 36, de 1957.

Relator: Sr. Lameira Bittencourt

No projeto em causa, da autoria do ilustre Senador Lino de Matos, propõe-se que ao art. 9.º da Lei do repouso semanal remunerado, seja acrescentado um parágrafo obrigando o pagamento em dobro nos serviços executados à noite e aos domingos.

Sem desconhecer nem contestar os elevados propósitos do nobre autor da proposição, nem tampouco quanto esta significa como generosa medida de justiça social, lamentamos não poder concordar com a sua aprovação.

E assim pensamos e opinamos, sem negar o mérito do projeto, principalmente por motivo de ordem técnica legislativa.

Vejamos as razões do nosso entendimento.

Na espécie, como vimos, cogitasse do pagamento em dobro do serviço noturno e do trabalho aos domingos. No tocante à remuneração do trabalho aos domingos, já a forma de pagamento em dobro, justa e lógica, sem dúvida, resulta, de maneira clara e inequívoca, da atual legislação, inclusive da citada Lei n.º 605, de 5 de janeiro de 1949 e assim vem sendo observada sem discrepância. Ainda, há poucos dias na seção "Legislação Trabalhista", da direção do professor Afrânio André de Melo, do "Diário da Noite", desta capital, encontramos que "quando o empregado prestar serviços nos dias feriados e aos domingos (domingos, repetitivos e sublinhamos nós), por necessidade imperiosa da empresa, a sua remuneração será paga em dobro". É ponto pacífico e incontroverso na prática, na doutrina e na jurisprudência.

No particular, pois, a lei proposta é desnecessária. Por isso mesmo, vemos que o seu objetivo principal, senão único, está na remuneração em dobro, do trabalho noturno. A referência ao trabalho aos domingos será, assim, apenas um recurso de técnica legislativa para apresentar-se e valer o projeto como uma alteração à lei do repouso semanal remunerado.

No que tange ao trabalho noturno está ele regulado, na legislação vigente, pelo art. 73 e seus cinco parágrafos da Consolidação das Leis do Trabalho (e não pelo seu artigo 262 § 4.º — como por equívoco consta da justificativa do projeto, que apenas trata "dos serviços de estiva". Se assim é, se se trata de matéria prevista na Consolidação das Leis do Trabalho, face a orientação já firmada por esta Comissão e reiteradamente aceita pelo plenário, que, ainda nestes últimos dias, tem, por este motivo, rejeitado, sem exceção, vários projetos desse tipo, melhor será que se aguarde o resultado dos trabalhos, já bem adiantados, da Comissão incumbida de rever aquele diploma legal, presidida pelo ilustre Senador Lima Teixeira.

De tal arte, ter-se-ão evitado as consequências inconvenientes de uma legislação fragmentária e se permitirá um código mais amplo e completo do assunto que, pela sua natureza e importância, não é de menor a poder ser resolvido, em suas várias as-

pectos e modalidades, através um simples parágrafo único. Somos, assim, pela rejeição do projeto, sem prejuízo de ser remetido, posteriormente, como valioso subsídio e oportuna sugestão, à esclarecida consideração da douta Comissão da Consolidação das Leis do Trabalho.

É o nosso Parecer.

Sala das Comissões, em 4 de julho de 1958. — **Lino de Matos**, Presidente. — **Lameira Bittencourt**, Relator. — **Waldemar Santos**. — **Sylvio Curvo**. — **João Arruda**. — **Arlindo Rodrigues**.

N.º 406, de 1958

Da Comissão de Economia, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 36, de 1957.

Relator: Sr. Alencastro Guimarães
Determina o Projeto de Lei 36, de 1957, que se acrescente um parágrafo ao artigo 9.º da Lei 605, de 5-1-49, assim redigido o referido parágrafo.

"Serão também pagos em dobro os serviços executados à noite e aos domingos".

A Comissão de Legislação Social opinou contrariamente, levando em conta que a legislação e regulamentação em vigor já determinam o pagamento na forma e condição do projeto, estando, pois, a matéria satisfatoriamente atendida.

Esse também é o meu parecer e por isso opino pela rejeição do projeto.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1958. — **Fernandes Távora**, Presidente, em exercício. — **Alencastro Guimarães**, Relator. — **Lameira Bittencourt**. — **Lima Teixeira**. — **Argemiro de Figueiredo**.

Parecer n. 407, de 1958

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado, número. 14 de 1958, que institui, na Rede Ferroviária Federal, Comissão com a incumbência de examinar e dar parecer sobre as reivindicações dos beneficiários dos acidentados no desastre ferroviário de Mangueira e dá outras providências.

Relator, Sr. Argemiro de Figueiredo.

O Projeto de Lei número: 14, de 1958, é da autoria do nobre senador Alencastro Guimarães e se destina a criar uma Comissão, na Rede Ferroviária Federal, para examinar e dar parecer sobre as reivindicações dos beneficiários dos acidentados no desastre de Mangueira.

A proposição está, na verdade, animada do melhor espírito de justiça visando solução pronta de todas as reivindicações a que se refere o seu texto.

Evitaria, em grande parte os plei-judiciais, com real vantagem para os interessados.

Acontece, porém, que o Projeto cria um serviço especial e temporário cuja execução determinará inevitavelmente um aumento nas despesas públicas, com a inclusão de novos beneficiários na folha dos pensionistas da União.

Poderíamos examinar a constitucionalidade do Projeto no que tange a das decisões da Comissão, que se pretende instituir.

Poderíamos indagar se o deliberado pela Comissão teria força coercitiva e definitiva para se impor à vontade das partes interessadas.

Poderíamos indagar se aqueles de-

gada e o poder de excluir da apreciação judiciária as relações jurídicas controvertidas.

Poderíamos invocar o disposto no § 4.º do Artigo 141 da Constituição da República que é ineívó e claro ao estabelecer que: A lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão do direito individual." E isso poderia comprometer elevado pensamento do ilustre autor do Projeto, cujos objetivos ficariam frustrados pela impossibilidade de se outorgar aquela Comissão, o poder exercitivo necessário a validade de suas decisões.

Poderíamos examinar esse aspecto do Projeto, com maiores detalhes, mas, preferimos encará-lo no âmbito de sua constitucionalidade, em face do disposto número: § 1.º do artigo 67, de nossa Carta Magna, que outorga à Câmara dos Deputados e ao Presidente da República a iniciativa exclusiva de leis sobre matéria financeira.

Como dissemos inicialmente, a proposição em exame vai impor à União um aumento vultoso nas despesas públicas, bastando para comprová-lo, o crédito de vinte milhões de cruzeiros que se conflita com o § 1.º do Artigo para lhe assegurar completa execução. E assim uma proposição envolvendo matéria financeira cuja iniciativa é vedada ao Sendo Federal.

Isso posto, somos pela rejeição do Projeto de Lei número: 14, de 1958, que se conflita com o § 1.º do Artigo 67, da Constituição Federal.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1958.

Lourival Fontes. — Presidente. **Argemiro de Figueiredo**. — Relator. **Ruy Carneiro**. — **Gaspar Veloso**. — **Daniel Krieger**. — **Lima Guimarães**.

Parecer n. 408, de 1958

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado número. 16, de 1958, que isenta de imposto sobre a renda os investimentos para construção de casas populares ou conjuntos residenciais proletários, e dá outras providências

Relator: Sr. Argemiro Figueiredo
O Projeto de Lei do Senado número: 16, de 1958 é da autoria do nobre Senador Nelson Figueiredo e visa a conceder isenção de imposto de renda às pessoas físicas e jurídicas que realizarem investimentos de capitais na construção de casas populares ou conjuntos residenciais proletários.

Por maior que seja a nossa revolta contra a letra e o espírito do Artigo 67 e seu § 1.º da Constituição da República, não nos é possível uma atitude de resistência às determinações da Carta Magna. E é exatamente o § 1.º do artigo citado que impede ao Seador Federal a iniciativa das leis sobre matéria financeira. O projeto dispensa impostos o que vale dizer é daqueles cuja iniciativa compete ao Presidente da República e à Câmara dos Deputados.

Isso posto, somos pela rejeição do mesmo, uma vez que ele se conflita com o § 1.º do artigo 67 da Constituição Federal.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1958.

Lourival Fontes. — Presidente. **Argemiro de Figueiredo**. — Relator.

Ruy Carneiro. — **Gaspar Veloso**. — **Daniel Krieger**. — **Lima Guimarães**.

Pareceres ns. 409, 410 e 411, de 1958

N.º 409, de 1958

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado, n.º 20, de 1958, que atribui aos magistrados federais as vantagens dos números I, II e III do art. 184 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Relator: Sr. Lameira Bittencourt.

O projeto em causa, de iniciativa do ilustre Senador Gilberto Marinho, concede aos magistrados federais, incluídos os da Justiça do Distrito Federal, que se aposentarem após 30 anos de serviço público, desde que contem pelo menos, 10 anos de jurisdição, as mesmas vantagens atribuídas aos funcionários públicos em geral nos itens I, II e III do artigo 184, da Lei 1.711-52 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União).

Segundo a regra geral invocada, o funcionário que se aposenta com 35 anos de serviço terá direito ao provento correspondente ao vencimento ou remuneração da classe imediatamente superior ou esse provento aumentará de 20% quando ocupante da última classe da respectiva carreira, ou de cargo isolado, em que estiver há mais de três anos.

Justificando da tribuna a proposição, argumentou seu eminente autor não lhe parecer nem justo nem razoável negar ao magistrado que tantos e tão altos serviços presta, com dedicação e nobreza à sociedade e ao Estado, aquelas mesmas vantagens, que como legítima compensação, se concede ao servidor público em geral.

ACEITANDO a inteira procedência dessas razões cabe-nos, ainda, reconhecer a notória e indiscutível constitucionalidade do projeto, até que por que a Constituição Federal, em seu art. 94, prevê expressamente a aposentadoria facultativa do magistrado, após 30 anos de serviço público, "decretada com vencimentos integrais".

Respeitado esse mínimo da requisitos e vantagens, claro está que nada impede a lei ordinária as amplias, sendo, apenas de desejar, que o faça em termos adequados, razoáveis e equânimes.

Haverá talvez necessidade de uma melhor adaptação das regras do artigo 184 do Estatuto dos Funcionários Públicos às condições peculiares da carreira judiciária.

Mas, é assunto que melhor deverá ser cuidado na Comissão do Serviço Público, ou através emenda do plenário.

Dentro da área da competência específica desta Comissão, nada há a opor à aceitação do projeto.

Somos, assim, pela sua aprovação. É o nosso Parecer.

Sala das Comissões, em 3 de setembro de 1958. — *Atílio Vivacqua*, Presidente em exercício. — *Lameira Bittencourt*, Relator. — *Jorge Maynard*. — *Rui Palmeira*. — *Gilberto Marinho*. — *João Villasbras*.

N.º 410, de 1958

Da Comissão de Serviço Público, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 20-58.

Relator: Sr. Nerys da Rocha.

I — Trata-se de estender aos Magistrados Federais, incluídos os da Justiça do Distrito Federal, que contem, pelo menos, dez anos de exercício de judicatura e desejarem se aposentar após 30 anos de serviço público, as vantagens constantes dos itens I, II e III do art. 184, da Lei n.º

1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União).

II — A Comissão de Constituição e Justiça apreciando a matéria, no aspecto que lhe é pertinente, opina pela aprovação do projeto, aduzindo, entre outras considerações:

"ACEITANDO a inteira procedência dessas razões, cabe-nos, ainda, reconhecer a notória e indiscutível constitucionalidade do projeto, até porque a Constituição Federal, em seu art. 94, prevê expressamente a aposentadoria facultativa do magistrado, após 30 anos de Serviço Público, "decretada com vencimentos integrais".

III — Cabe, agora, a esta Comissão manifestar-se, também, na espécie, abordando o aspecto que lhe compete, na forma do interesse e da conveniência para o Serviço Público.

IV — Prescreve o art. 184, incisos I, II e III, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952 que se quer estender aos Magistrados:

"Art. 184 O funcionário, que contar 35 anos de serviço será aposentado:

I — com provento correspondente ao vencimento ou remuneração da classe imediatamente superior;

II — com provento aumentado de 20%, quando ocupante da última classe da respectiva carreira;

III — com a vantagem do inciso II, quando ocupante de cargo isolado, se tiver permanecido no mesmo durante três anos".

V — Como se observa, estabelece o citado preceito legal, vantagens excepcionais para os Funcionários Públicos na inatividade, após 35 anos de serviço.

VI — Os Magistrados, todavia, pertencendo a um regime jurídico especial, não logram obter idênticos benefícios, no que tange à aposentadoria facultativa.

VII — É verdade que a aposentadoria facultativa da magistratura, obedece a um tempo limite, inferior aos dos servidores públicos, sujeitos ao plano estatutário da Lei número 1.711-52 (art. 113, do Decreto-lei número 8.527, de 31 de dezembro de 1945).

VIII — Nem por isso é de se infirmar a justiça da proposição em exame, que garante vantagens da inatividade, estritamente de ordem pecuniária.

IX — Assim, escalonados como se acham os Magistrados Federais incluídos os da Justiça do Distrito Federal, em grupos distintos, o organismo desse sistema em muito se assemelha ao vigente para os funcionários públicos em geral.

X — Nenhuma dificuldade teria a administração judiciária em dar aplicação ao disposto no artigo 184, incisos I, II e III, da Lei 1.711-52, caso fosse o presente projeto aprovado, já que a adaptação se faria, tendo em vista o sistema de promoções a partir de Juiz Substituto para Juiz de Direito e, finalmente, para Desembargador.

XI — Desta sorte, entendendo justa a medida que se propõe no presente projeto, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 17 de outubro de 1958. — *Freixo dos Santos*, Presidente. — *Nerys da Rocha*, Relator. — *Ary Vianna*. — *Caçador de Castro*. — *Mem de Sá*, vencedor.

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 20, de 1958.

Relator: Sr. Ary Vianna.

I. A dita Comissão de Serviço Público Civil aprovou parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado n.º 20, de 1958, que atribui aos Magistrados Federais, incluídos os da Justiça do Distrito Federal, as vantagens estatutárias nos incisos I, II e III do art. 184 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.

II. A respeitável Comissão de Constituição e Justiça chamada a manifestar-se na espécie, concluiu pela aprovação unânime do presente Projeto de Lei.

III. Vem agora, o projeto a estudo, e apreciação da Comissão de Finanças.

IV. As despesas decorrentes da medida que se quer aprovar, encontram-se fundamentadas no princípio de uniformização dos direitos e deveres que deve presidir a ordem jurídica referente aos servidores públicos em geral.

V. Nesse passo, fez a Comissão de Serviço Público, as ponderações necessárias e que justificam a aprovação do projeto.

VI. Em conclusão, opinamos em consonância com o parecer da Comissão de Serviço Público, pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 31 de outubro de 1958. — *Vivaldo Lima*, Presidente. — *Ary Vianna*, Relator. — *Lameira Bittencourt*. — *Juracy Magalhães*. — *Novais Filho*. — *Parsifal Barroso*. — *Othon Mader*. — *Daniel Krieger*. — *Lima Guimarães*. — *Paulo Fernandes*.

Parecer n. 412, de 1958

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 22, de 1958, que autoriza o Poder Executivo a conceder às Cooperativas e Empresas de Pescadores e Armadores de Pesca nacionais pelo prazo de cinco anos, facilidades cambiais ao custo de câmbio para importação de barcos pesqueiros modernos, devidamente aparelhados, de 10 a 2.000 toneladas de capacidade líquida nos porões, motores marítimos destinados à pesca, peças para substituições, redes, fios destinados à confecção de redes para pesca e demais implementos também destinados à pesca.

Relator: Sr. Lima Guimarães.

Segundo o disposto no artigo 67, § 1.º da Constituição, a iniciativa de todas as leis sobre matéria financeira cabe à Câmara dos Deputados e ao Presidente da República.

Esse preceito constitucional invalida o presente projeto que autoriza o Poder Executivo a conceder às Cooperativas e Empresas de Pescadores e Armadores de Pesca nacionais, pelo prazo de cinco anos, facilidades cambiais ao custo de câmbio para a importação de barcos pesqueiros modernos, devidamente aparelhados, de 10 a 2.000 toneladas de capacidade líquida nos porões, motores marítimos destinados à pesca, peças para substituições, redes fios destinados à confecção de redes para a pesca e demais implementos também destinados à pesca.

Realmente autorização para a concessão de facilidades cambiais, ao custo de câmbio, para atender às importações de barcos (art. 1.º) autorização ao Ministério da Fazenda para conceder, por intermédio da Carteira de Comércio Exterior, a importância de trinta e cinco milhões de dólares, para satisfazer às necessidades e divisas para essas importações (art. 4.º)

bem como a isenção de imposto de importação ad valorem para o que for importado sob as vantagens da lei (atr. 5.º), tudo isso constitui matéria que, por sua natureza tipicamente financeira, não poderia ex-vi do citado mandamento constitucional ser objeto de proposição de iniciativa do Senado. Dessa maneira, louvado, embora a intenção do eminente autor do projeto, cujos objetivos são de indiscutível alcance social e econômico, opinamos pela rejeição do projeto.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1958. — *Lourival Fontes*, Presidente. — *Lima Guimarães*, Relator. — *Ruy Carneiro*. — *Gaspar Veloso*. — *Lima Guimarães*. — *Daniel Krieger*. — *Argemiro de Figueiredo*.

Pareceres ns. 413 e 414, de 1958

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Resolução n.º 16, de 1958 que transfere ex-offício, do cargo da classe "O" da carreira de Taquígrafo para o da mesma classe da carreira de Redator, Julieta Lovatini.

Relator: Sr. Atílio Vivacqua.

A Comissão Diretora, baseada no art. 163, II, § 3.º e 4.º apresenta Projeto de Resolução transferindo Julieta Lovatini, Taquígrafo, classe "O", para o cargo da mesma classe da carreira de Redator.

A conveniência da medida é assunto da alçada exclusiva daquela Comissão e, no que tange a seu aspecto constitucional, nada há que lhe contraponha. Somos, assim, pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões em 22 de outubro de 1958. — *Lourival Fontes*, Presidente. — *Atílio Vivacqua*, Relator. — *Argemiro de Figueiredo*. — *Gilberto Marinho*. — *Lima Guimarães*. — *Ruy Carneiro*. — *Gaspar Veloso*. — *Rui Palmeira*.

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Resolução n.º VI, de 1958.

Relator: Sr. Lima Guimarães. O Projeto de Resolução n.º 16, de 1958, transfere ex-offício, do cargo da classe "O" da carreira de Taquígrafo, para o da mesma classe da carreira de Redator Julieta Lovatini.

O Projeto é de autoria da ilustre Comissão Diretora, e não importa em aumento de despesa.

Sendo, assim, opinamos favoravelmente ao Projeto de Resolução em apreço.

Sala das Comissões, em 31 de outubro de 1958. — *Vivaldo Lima*, Presidente em exercício. — *Lima Guimarães*, Relator. — *Daniel Krieger*. — *Novais Filho*. — *Ary Vianna*. — *Parsifal Barroso*. — *Lameira Bittencourt*. — *Othon Mader*. — *Paulo Fernandes*. — *Juracy Magalhães*.

Parecer n. 415, de 1958

Da Comissão de Finanças do projeto de Lei da Câmara número 143, de 1958, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959 — Subanexo 4.03 — Estado Maior das Forças Armadas.

Relator: Sr. Lima Guimarães.

O projeto do orçamento, para 1959, do Estado Maior das Forças Armadas, prevê uma dotação de

R\$ 36.167.060,00, apresentando sobre despesa autorizada no Orçamento em vigor, um aumento de

Cr\$ 6.167.340,00, cuja distribuição, pelos principais títulos orçamentários, é a seguinte:

Títulos	Orçamento 1958	Projeto orçamentário 1959	+ ou -
I — Pessoal Civil	5.808.710	8.028.060	+ 219.340
II — Pessoal Militar	5.300.000	5.380.000	+ 80.000
III — Material de Consumo	5.765.000	7.950.000	+ 2.185.000
IV — Material Permanente	1.060.000	1.035.000	- 25.000
V — Serviços de Terceiros	3.014.000	2.688.000	- 326.000
VI — Encargos Diversos	8.152.000	11.644.000	+ 3.492.000
VII — Transferências diversas	—	600.000	+ 600.000
VIII — Investimentos	900.000	842.000	- 58.000
TOTAL	29.999.720	36.167.060	+ 6.167.340

A análise, mesmo superficial, do quadro comparativo que acabamos de formular, indica haver a maior parte do aumento acima assinalado recaído sobre as consignações mais retamente afetadas pelo aumento instantâneo dos preços, a saber, as relativas a material de consumo e transformações e encargos diversos.

Nas demais rubricas as alterações observadas encerram menor significação, pois, atendem apenas a atual necessidade de reajustamento dos quantitativos votados de exercício para exercício.

Esclarecido este aspecto, que é, aliás, o fundamental para o entendimento do caso em apreço, somos de parecer que a Comissão de Finanças, prove o projeto de orçamento do M. F. A. para 1959, e as emendas que, em anexo, apresentamos, formuladas à vista do pedido dirigido ao presidente deste órgão pelo General Edgard do Amaral, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

Nestas condições, a Comissão de Finanças, tendo em vista o parecer a justificação que a cada emenda acompanha, é de parecer favorável ao projeto do orçamento, para 1959, E.M.F.A., apresentando-lhe as emendas de n.º 3-C a 6-C, opinando pela aprovação das emendas n.º 1 e 2.

Sala das Comissões, em 31 de outubro de 1958. — Vivaldo Lima, Presidente em exercício. — Lima Guimarães, Relator. — Ary Vianna, Lameira Bittencourt. — Daniel Krieger. — Parsifal Barroso. — Novas Filho. — Othon Mader. — Paulo Fernandes. — Juracy Magalhães.

EMENDA N.º 1

2.0.00 — Transferências.
2.6.00 — Transferências Diversas.
2.6.05 — Diversos.

Inclua-se:

2) Despesas de qualquer natureza na manutenção, instalação e funcionamento da Escola Superior de Guerra — Cr\$ 10.000.000,00.

Justificação

A Escola Superior de Guerra, de estudos, com 4 cursos (Superior de Guerra, Alto Comando, Iniciação e Mobilização) e 120 alunos, além de um grande corpo de professores, não tem verba própria

e carece das mais fundamentais e primárias condições de funcionamento. Pedimos para a Escola Superior de Guerra um pouco mais do que é dado ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Cr\$ 8.000.000,00).

Sala das Comissões, em 31 de outubro de 1958. — Reginaldo Fernandes. — Jorge Maynard.

EMENDA N.º 1

1.0.00 — Custeio.
1.3.00 — Material de consumo.
1.3.08 — Gêneros de alimentação; artigos para fumantes.

Onde se lê: — Cr\$ 4.000.000,00.
Leia-se: — Cr\$ 4.500.000,00.

Justificação

Visa a majoração acima atender ao aumento de despesa em consequência do maior número de refeições fornecidas na Escola Superior de Guerra devido ao aumento de sua população escolar.

Sala das Comissões, em 31 de outubro de 1958. — Reginaldo Fernandes. — Jorge Maynard.

EMENDA N.º 3-C

Estado-Maior das Forças Armadas — Escola Superior de Guerra.

1.0.00 — Custeio.
1.5.00 — Serviços de Terceiros.
1.5.06 — Reparos, adaptações, recuperação e conservação de bens móveis.

Onde se lê: — Cr\$ 247.000
Leia-se: — Cr\$ 3.247.000

Justificação

A medida se impõe para fazer face às despesas decorrentes de uma série de reparos e adaptações na Imprensa, salas de aula e demais dependências da Escola Superior de Guerra. A necessidade desses reparos e adaptações surgiram com a recente criação de novos Cursos e consequente aumento de estagiários nesse Instituto de altos estudos.

EMENDA N.º 4-C

Estado-Maior das Forças Armadas.
2.0.00 — Transferências.
2.6.00 — Transferências diversas.
2.6.05 — Diversos.

1) — Despesas de qualquer natureza com a manutenção e funcionamento da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos (Acordo de Assistência Militar entre o Brasil e os Estados Unidos, promulgado pelo Decreto n.º 33.044 de 15-6-53).

Onde se lê Cr\$ 600.000 — Leia-se Cr\$ 1.000.000.

Justificação

A medida se impõe em face de novos encargos atribuídos à Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos (Acordo de Assistência Militar entre o Brasil e os Estados Unidos, promulgado pelo Decreto n.º 33.044, de 15-6-53).

EMENDA N.º 5-C

Estado-Maior das Forças Armadas.
1.0.00 — Custeio.
1.1.00 — Pessoal Civil.
1.1.26 — Gratificação de representação.

Onde se lê: Cr\$ 700.000 — Leia-se Cr\$ 980.000.

Justificação

A medida se impõe em decorrência da autorização presidencial, exarada na Exposição de Motivos n.º 10-G, de 6 de outubro de 1958, do Estado-Maior das Forças Armadas, que facultou ao Chefe do EMFA reajustar a gratificação de representação devida aos servidores civis em exercício no EMFA. Trata-se de despesa fixa criada por ato legal anterior.

EMENDA N.º 6-C

Estado-Maior das Forças Armadas.
1.0.00 — Custeio.
1.2.00 — Pessoal Militar.

1.2.04 — Gratificações militares.
Onde se lê Cr\$ 5.200.000 — Leia-se: Cr\$ 9.200.000.

Justificação

A medida se impõe por três razões fundamentais:

1.ª) O efetivo em pessoal militar do EMFA foi, recentemente, aumentado consideravelmente, devido à criação de duas novas Comissões: a Comissão Permanente de Comunicações das Forças Armadas e a Comissão Desportiva das Forças Armadas;

2.ª) O Sr. Presidente da República em despacho exarado na Exposição de Motivos n.º 10-G de 6-10-58, do EMFA, resolveu reajustar a gratificação de representação atribuída aos militares em serviço no EMFA, por força da alínea c do artigo 110 da Lei n.º 1.316, de 20-1-51 (CVVM) e artigo 112 desse diploma legal.

3.ª) Finalmente, como decorrência dessa decisão presidencial, ficará o Estado-Maior das Forças Armadas com o encargo do pagamento da gratificação de representação de que trata a alínea c do artigo 110 da Lei n.º 1.316-51, que absorverá, doravante as despesas que coram à conta da dotação orçamentária própria dos três Ministérios militares, destinada ao pagamento das gratificações previstas nos artigos 115 e 116 do CVVM.

Parecer n. 416, de 1958

Da Comissão de Finanças ao Projeto de Lei da Câmara número 143, de 1958, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959 — Subanexo 4.04 — Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas (C. R. I. F. A.).

Relator: Sr. Lima Guimarães.

O projeto de orçamento para 1959, na parte relativa ao Conselho Nacional da Comissão de Readaptação dos In-

capazes das Forças Armadas (C. R. I. F. A.) totaliza créditos no valor de Cr\$ 5.518.000,00, apresentando um aumento de Cr\$ 59.450,00 sobre a dotação votada para o exercício em curso.

As alterações atingiram as rubricas relativas a salário-família; gratificação adicional por tempo de serviço; despesas miúdas de pronto pagamento e serviços de assistência social; eliminando-se no projeto para o exercício vindouro, a penúltima verba há pouco citada, aumentando-se, toda via a dotação destinada a última.

O projeto está, assim, em condições de ser aprovado.

Nessas condições, a Comissão de Finanças é de parecer favorável ao projeto do orçamento da C. R. I. F. A. para 1959, ressalvadas as emendas.

Sala das Comissões, em 31 de outubro de 1958 — Vivaldo Lima, Presidente em exercício. — Lima Guimarães, Relator — Ary Vianna — Lameira Bittencourt — Othon Mader — Daniel Krieger — Parsifal Barroso — Novas Filho — Paulo Fernandes — Juracy Magalhães.

Parecer n. 417, de 1958

Da Comissão de Finanças ao Projeto de Lei da Câmara n.º 143 de 1958, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959 — Subanexo 4.05 — Comissão de Reparações de Guerra.

Relator: Sr. Lima Guimarães.

O projeto de orçamento, para 1959, do sub-anexo referente à Comissão de Reparações de Guerra, estipula, para este órgão, dotação igual à autorizada no Orçamento em curso isto é, Cr\$ 492.880,00.

A despesa em apreço será realizada na simples manutenção do referido órgão de deliberação coletiva, provendo-se, por um lado, os recursos de origem legal (Cr\$ 459.600,00) vinculados a despesas com pessoal e, de outro, a parcela (Cr\$ 33.280,00), destinada a material e serviços de terceiros.

Não há, pois, que examinar mais em relação a este orçamento, sendo nosso parecer que a Comissão o aprove.

Nestas condições, a Comissão de Finanças é de parecer favorável ao projeto de orçamento, para 1959, da Comissão de Reparações de Guerra, ressalvadas as emendas.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 1958 — Vivaldo Lima, Presidente em exercício — Lima Guimarães, Relator — Juracy Magalhães — Novas Filho — Othon Mader — Paulo Fernandes — Ary Vianna — Lameira Bittencourt — Daniel Krieger — Parsifal Barroso.

Parecer n. 418, de 1958

Da Comissão de Finanças ao Projeto de Lei da Câmara n.º 143 de 1958, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959 — Subanexo 4.07 — Conselho Nacional de Energia Elétrica.

Relator: Sr. Lima Guimarães.

O projeto de orçamento para 1959, na parte relativa ao Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica,

apresenta uma redução de Cr\$ 848.000,00 sobre a dotação autorizada para o exercício em curso.

Iso não obstante, o orçamento do Conselho em apêço, ao que tudo indica atenderá às necessidades correntes do exercício vindouro, uma vez que nele foi realizado uma espécie de reajuste geral.

Assim é, que, enquanto para 1958 a dotação deste órgão foi de Cr\$ 9.435.580,00, a estabelecida para 1959, será de Cr\$ 8.587.580,00, correndo praticamente à conta da verba para pessoal a redução observada.

E' de se esperar, por exemplo, que a corte de Cr\$ 820.000,00, observado na rubrica *salários de mensaisistas*, para de reajustamento da respectiva tabela, pela eliminação de funções vagas ou extintas, e não de erro de cálculo sobre o montante necessário a esse fim.

Feitas estas observações, e uma vez que, no geral, o orçamento em apêço não oferece elementos para análises que sejam do interesse desta Comissão, indicamos a necessidade de dar por aprovado o autógrafo vindo da Câmara dos Deputados, ressalvadas as emendas.

Nestas condições, a Comissão de Finanças, tendo em vista o relatório, supra é de parecer favorável ao orçamento do C. N. A. E. para 1959, ressalvadas as emendas.

Sala das Comissões, em 31 de outubro de 1958 — *Vivaldo Lima*, Presidente em exercício — *Lima Guimarães*, Relator — *Ary Vianna* — *Lameira Bittencourt* — *Othon Mader* — *Parsifal Barroso* — *Novais Filho* — *Paulo Fernandes* — *Juracy Magalhães*.

Parecer n. 419, de 1958

Da Comissão de Finanças ao Projeto de Lei da Câmara n.º 143, de 1958, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959 — Subanexo 4.08 — Conselho Nacional do Petróleo.

Relator: Sr. Lima Guimarães.

O projeto de orçamento, para 1959, do Subanexo do Conselho Nacional do Petróleo, totaliza créditos num montante de Cr\$ 42.636.720,00 apresentando uma redução de Cr\$ 8.038.200,00.

Do exame que fizemos nas diversas rubricas orçamentárias, tendo por objetivo identificar a razão de ser da redução acima assinalada, ficamos sob a convicção de que, com o orçamento do C. N. P., fez-se o mesmo que, em linhas gerais, se fez com o orçamento do Conselho Nacional de Água e Energia Elétrica, isto é, restringiu-se a despesa com pessoal civil visto que a redução de Cr\$ 8.038.200,00 na sua totalidade, incluiu sobre a citada rubrica.

A situação em apêço decorre da aplicação das providências legais relacionadas com a transferência de quota do pessoal do C. N. P. para os quadros da Petrobrás a partir da data da instalação desta última, em 1954.

Por conseguinte, o corte verificado não corresponde propriamente a redução de quadros, mas a reajustamento dos mesmos à situação real.

Eslarecido esta parte, propomos à Comissão que aprove o orçamento em pauta, ressalvadas as emendas.

Nestas condições, a Comissão de Finanças é de parecer favorável ao projeto de orçamento do C. N. P. para 1959, ressalvadas as emendas.

Sala das Comissões, em 31 de outubro de 1958 — *Vivaldo Lima*, Presidente em exercício — *Lima Guimarães*, Relator — *Ary Vianna* — *Lameira Bittencourt* — *Othon Mader* — *Parsifal Barroso* — *Novais Filho* — *Paulo Fernandes* — *Juracy Magalhães*.

Parecer n. 420, de 1958

Da Comissão de Finanças ao projeto de lei da Câmara número 143, de 1958, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959 — Subanexo 4.09 — Conselho de Segurança Nacional.

Relator — Sr. Lima Guimarães.

O Projeto de Orçamento do Conselho de Segurança Nacional para 1959 soma um total de Cr\$ 259.441.360,00, praticamente igual ao autorizado no Orçamento em vigor, uma vez que o aumento consignado é de, apenas Cr\$ 202.500,00.

Conforme temos assinalado, em relatórios do orçamento em apêço em relação a exercícios anteriores, a despesa com o Conselho de Segurança Nacional é modesta, limitando-se a algumas gratificações e gastos concernentes à manutenção de suas dependências.

Neste orçamento, todavia, acham-se computadas obras significativas, dotações de natureza legal, relacionadas com as atribuições da Comissão Especial de Faixas de Fronteira, para aplicação na forma dos artigos 3.º e 4.º da Lei n.º 2.597, de 12-9-1955, sendo uma de Cr\$ 100.000.000,00 e outra, de Cr\$ 150.000.000,00, de acordo com discriminação adotada pelo Senado Federal quando votou o Orçamento da União para o exercício em curso.

Desse modo, somos de parecer que a Comissão de Finanças aprove o orçamento proposto para 1959, assim como a emenda que, em anexo oferecemos, pautada em solicitação dirigida ao nosso presidente pelo secretário geral do Conselho em apêço.

Nestas condições, a Comissão de Finanças é de parecer favorável ao projeto de orçamento do C. S. N., para 1959, apresentando-lhe as emendas anexas ns. 1-C e 2-C, sendo esta última para atender ao disposto na Lei n.º 2.597, de 12-9-1955.

Sala das Comissões, em 31 de outubro de 1958. — *Vivaldo Lima*, Presidente em exercício. — *Lima Guimarães*, Relator. — *Parsifal Barroso*. — *Novais Filho*. — *Lameira Bittencourt*. — *Daniel Krieger*. — *Othon Mader*. — *Ary Vianna*. — *Paulo Fernandes*. — *Juracy Magalhães*.

EMENDA N.º 1-C

1.0.00 — Custeio.

1.6.06 — Encargos Diversos.

1.6.10 — Serviços de caráter secreto ou reservado.

Onde se diz —

Cr\$ 5.500.000,00.

Diga-se —

1) — Para aplicação a cargo do Gabinete da Secretaria Geral — Cr\$ 5.500.000,00.

2) — Para aplicação a cargo do S. I. I. C. I. — Cr\$ 3.000.000,00.

Justificação

A emenda tem por objetivo atender aos encargos criados pelo Decreto n.º 44.489-A, de 15 de setembro de 1958, conforme ofício a esta Comissão dirigido pelo Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República

e Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Sala das Comissões — Senador Lima Guimarães.

EMENDA N.º 2-C

2.0.00 — Transferências

2.1.00 — Auxílios e Subvenções.

2.1.01 — Auxílios.

2) Governos Municipais.

1) — Para aplicação, a cargo da Comissão Especial de Faixa de Fronteiras, de acordo com o disposto na Lei n.º 2.597, de 12-9-1955.

Elevem-se os quantitativos dos itens 1 e 2 para, respectivamente Cr\$ 150.000.000,00 e Cr\$ 250.000.000,00.

Justificação

Aumento proposto na base da estimativa da renda federal nos muni-

cípios da faixa de fronteiras, conforme dispõe a Lei n.º 2.597, de 12 de setembro de 1955.

Parecer n. 421, de 1958

Da Comissão de Finanças ao projeto de lei da Câmara número 143, de 1958, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959 — Subanexo 3.02 — Conselho Nacional de Economia.

Relator — Sr. Lima Guimarães.

O projeto de orçamento, para 1959, do Conselho Nacional de Economia, soma a dotação de Cr\$ 32.062.400,00, maior em 4.593.920,00 do que o autorizado para o exercício em curso.

Vejamos, no quadro comparativo abaixo, em quais consignações recaiu o aumento acima assinalado.

Títulos	Orçamento 1953	Projeto de Orçamento 1959	+	-
I — Pessoal Civil	23 198.380	24.072.400	+	874.020
II — Material de Consumo ...	535.300	680.000	+	145.000
III — Material Permanente ..	510.000	600.000	+	90.000
IV — Serviços de Terceiros ...	1.990.000	3.990.000	+	2.000.000
V — Encargos Diversos	836.000	1.540.000	+	704.000
VI — Investimentos	400.000	1.180.000	+	780.000
Total	27 469.380	32.062.400	+	4.593.020

O aumento de Cr\$ 4.593.020,00, conforme demonstra o quadro que formulamos, incide em todas as consignações orçamentárias, destacando-se dentre todas, a de Cr\$ 2.000.000,00 relativa a serviços de terceiros, em virtude da majoração verificada na dotação destinada a aluguel de imóveis, que passou de Cr\$ 840.000,00, em 1958, para Cr\$ 2.520.000,00 em 1959.

Outros dois aumentos dignos de anotação são os ocorridos nas rubricas pessoal civil (+ Cr\$ 874.020,00) e investimentos (+ 780.000,00).

O aumento relativo a pessoal civil correspondente, sobretudo, a pagamento de adições por tempo de serviço; e o concernente a investimentos à necessidade, de se renovar equipamentos.

Diante do exposto somos de parecer que a Comissão de Finanças aprove o orçamento em apêço, ressalvadas as emendas.

Nestas condições a Comissão de Finanças é de parecer favorável ao projeto de orçamento, para 1959, do Conselho Nacional de Economia, ressalvadas as emendas.

Sala das Comissões, em 31 de outubro de 1958. — *Vivaldo Lima*, Pre-

sidente em exercício. — *Lima Guimarães*, Relator. — *Parsifal Barroso*. — *Novais Filho*. — *Lameira Bittencourt*. — *Daniel Krieger*. — *Othon Mader*. — *Ary Vianna*. — *Paulo Fernandes*. — *Juracy Magalhães*.

Durante a leitura do expediente, o Sr. Freitas Cavalcanti deixa a Presidência, assumindo-a o Sr. Apolônio Salles.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a Mesa ofício que vai ser lido.

E' lido o seguinte

OFÍCIO

Em 3 de novembro de 1958.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para os fins convenientes, que, tendo deliberado desistir do restante da licença em cujo gozo me achava, nesta data reassumo o exercício do meu mandato.

Sala das Sessões. em 3 de novembro de 1958. — *Coimbra Bueno*.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do Expediente. Tem a palavra o nobre Senador LA-

no de Mattos, primeiro orador inscrito.

O SR. LINO DE MATTOS:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, o meu propósito, depois do encerramento da última campanha eleitoral, era o de não me preocupar com o Sr. Adhemar de Barros.

Em meu discurso que proferi nesta Casa, na sessão do dia 18 de agosto deste ano, expliquei as razões que me obrigaram ao rompimento político com esse chefe partidário e concluí entregando a minha sorte ao julgamento do eleitorado de São Paulo.

É obvio que ao declarar, conforme o fiz no referido discurso, que o povo julga supremo e irrecorrível, julgaria a mim e ao Sr. Adhemar de Barros, deixei implícito o meu dever moral de renunciar ao mandato de Senador da República se o eleitorado paulista não tivesse escolhido o Professor Carvalho Pinto, cuja candidatura apoiou como elemento de afeição para o julgamento a que me submeti.

Reinvestido no mandato de Senador por São Paulo em virtude da derrota eleitoral daquele político e não sendo dos meus hábitos triplicar sobre o vencido, melhor seria, portanto, nas minhas atividades parlamentares, desconhecer-lhe a existência.

Acontece, porém, que o Presidente do P. S. P. é um provocador impetuoso, desabusado e perigoso. Difícil senão mesmo impossível conhecer-lhe o foro íntimo. Dediquei-lhe amizade longa honesta e sincera. Foi seu colaborador direto. A Nação sabe que sempre o defendi. Foi uma espécie de advogado que, por acreditar no cliente, fuvava-se, para defendê-lo, nas informações e nos elementos que o mesmo fornecia.

Enganei-me porque não consegui conhecê-lo. Milhares, antes de mim, também, se enganaram. Hum milhão cento e cinco mil eleitores revelaram, nas eleições do último 3 de outubro que, também não o conheciam devidamente.

Estou no dever, portanto, em nome de hum milhão trezentos e doze mil brasileiros de São Paulo que, segundo Carvalho Pinto para o Governo do Estado, conferiram-me forças morais para ajudar, da tribuna do Senado, o nosso povo a conhecer melhor o atual Prefeito de São Paulo, cujo desejo de ser Presidente da República continua evidente.

Ao defendê-lo eu o fazia dando crédito à sua palavra. Ao acusá-lo quero fazê-lo somente com a verdade do que sei, daquilo que conheço, eu sei e o Povo, também, que o Sr. Adhemar de Barros até 3 de outubro, convencido da vitória, se apresentava em praça pública, com a fisionomia unida de compaixão, pregando amor e governo humano.

Mas, passadas as eleições e constatada a sua derrota, o Povo está atendo, pelos jornais, rádios e televisões que o Prefeito de São Paulo leilteu rolar pelo plano inclinado as pequenas vinganças e das mesquinhas punitivas.

Escolheu, entre os castigos para ar pastar, à sua sanha de desforra, tirar na rua da amargura centenas de funcionários públicos municipais caídos em desgraça.

A primeira relação dos demitidos foi noticiada no dia de Pinados. A cidade se reguntou no espírito do erro de tal sorte que a escolha do dia para as vítimas conheceu o

tra o complexo de que está possuindo o velho político paulista.

O noticiário sobre essas demissões procurou destacar o fato de que o meu irmão Walter Lino de Mattos é o primeiro da lista. É o que encabeça a relação das vítimas, embora se trate de servidor municipal com mais de 11 anos de função pública, 5 dos quais efetivos e 6 outros estáveis por lei municipal.

A referência que faço a meu irmão resulta somente da circunstância de haver proporcionado um noticiário especial, o que me ensina observar que, apesar de 20 anos ao lado do chefe pessevista, tido e havido como lugar-tenente e de haver exercido elevadas funções executivas, entre elas a de Prefeito de São Paulo e de Secretário de Estado não protegi, nem mesmo a um irmão para conseguir-lhe cargo de relevo e de efetividade indiscutível.

Não é, porém o meu irmão que me preocupa. Algumas das demais ex-nerações me põem de sobre-aviso, porque me fazem acreditar sejam parte de um plano, aparentemente destituído de importância, mas que, ligados a outros fatos, podem resultar no início de qualquer coisa mais grave.

Essas demissões, publicadas nos rescaldos da imensa agitação que ensanguentou São Paulo deve ligar-se algum plano sinistro, de provocação. Provocação do derrotado contra a posse do vencedor.

Relembre-se, por exemplo, que a decretação do aumento do preço das passagens de ônibus e bondes se fez à noite, sem preparação psicológica da opinião pública, pondo-se em execução de madrugada sem policiamento preventivo.

Registra-se que logo pela manhã ou seja, precisamente às 10 horas e 28 minutos o Prefeito tomou um avião da VASP e veio ao Rio de Janeiro, de onde só regressou no dia seguinte com um avião da Real que decolou às 5 horas do Aeroporto Santos Dumont e aterrou em São Paulo às 6 horas e alguns minutos, quando cinco mortos estavam no necrotério e mais de 30 feridos nos hospitais.

Ante-se, também, que durante a campanha eleitoral toda a propaganda sobre transportes urbanos considerava a situação da C.M.T.C. como excepcionalmente boa sem perigo algum de aumento tarifário. Fizem-se diversos grandes anúncios assegurando que o preço das passagens de bondes e ônibus não seria aumentada porque o Prefeito havia conseguido equilibrar a vida da C. M. T. C.

Ficou, assim, com o aumento das passagens feitas de tocade, visível o plano de provocar o Povo para os distúrbios que, afinal, se verificaram, conforme o desejo o candidato derrotado em 3 de outubro.

Provocada a agitação, com mortos e feridos completou-se uma outra parte do esquema de convulsão social com a demissão, em massa, dos médicos do Pronto Socorro do Hospital Municipal e dos Postos de Puericultura, a fim de que os feridos não tenham médicos para socorrê-los. Completa-se dessa maneira a obra sinistra para quem "o pior será o melhor".

A cidade de São Paulo, com 3 milhões de habitantes, ficou apenas com 8 médicos internos para o serviço de Pronto Socorro. Os demais foram demitidos. O meu irmão que não é médico aparece na cabeça da relação das vítimas somente para desviar a atenção do Povo, a fim de que não se veja a verdadeira situação

As loucuras do Prefeito paulista estão causando tais preocupações que mesmo os seus correligionários mais fiéis à sua orientação política e administrativa estão bradando, assustados, contra esses atos. O deputado Carvalho Sobrinho, político cauteloso, de inegável fidelidade partidária, amigo insuspeito do chefe pessevista porque sempre lhe falou claro e alto, não pode silenciar-se diante dessas tropelias, chegando mesmo a pedir ao Sr. Adhemar de Barros que se justifique perante o público sobre as razões do aumento de preços das passagens de ônibus e bondes ou renuncie o cargo de Prefeito.

Não concordo. O Sr. Adhemar de Barros não deve renunciar. Fique onde está a fim de que a Nação possa conhecê-lo melhor para julgá-lo. Em outra oportunidade analisarei novas facetas do plano de agitação do inconfundido Prefeito de São Paulo. (Muito bem! muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Novaes Filho, por cessão do nobre Senador Domingos Vellasco, segundo orador inscrito.

O SR. NOVAES FILHO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, é tão grande meu zelo, ou melhor, meu amor à legalidade que, por vezes, me tenho eximido de comentários sobre fatos e problemas, mas porque meu depoimento tenha qualquer valia, mas porque reconheço a grande irradiação da tribuna parlamentar. Desejo, assim, não recorrer, de nenhum modo, para maior desprestígio do Governo, já combalido pela voragem da inflação.

Apraz-me acompanhar os fatos que se ligam à nossa política internacional; mas me contive e não quis fazer nenhum pronunciamento sobre a chamada "Operação Pan-Americana". No entanto, em uma de nossas últimas sessões, o eminente Líder da Maioria, o nobre Senador Flinto Müller teceu-lhe comentários.

Sr. Presidente, acompanho — como todo bom brasileiro — a marcante atuação do Chanceler Macedo Soares. A despeito da idade e da saúde, visitou diversos países, com os quais assinou convênios. Culminou essas suas visitas, que tanta expressão deram ao Brasil nos quadros da política continental, com a ida à Bolívia, onde, graças ao prestígio de seu nome, pela atuação na Guerra do Chaco, obteve o eminente Chanceler o restabelecimento das negociações por parte do Brasil, da exploração do petróleo boliviano, próximo às nossas fronteiras.

O Sr. Gomes de Oliveira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Com imenso prazer.

O Sr. Gomes de Oliveira — Vossa Excelência ressaltou, e é inegável, que o Embaixador Macedo Soares prestou, no transcurso da sua vida pública, os mais assinalados serviços ao País, sobretudo quando Ministro das Relações Exteriores. Foi realmente apreciável a obra de S. Exa. no Itamarati.

O SR. NOVAES FILHO — Muito grato pelo reforço que ao meu ponto de vista traz a valiosa opinião do eminente representante de Santa Catarina.

Sr. Presidente, criado ambiente tão promissor para a atuação brasileira na política continental, logo alguns meios pensaram que estaria oferecida a oportunidade para que o Brasil se lançasse em grandes planos. Os jovens têm, em geral, muitos sonhos, porém, devido à idade, pouca experiência; e

blica. E' de justiça reconhecer em S. Exa. o administrador dinâmico, sempre voltado para os grandes projetos, desejo de realizações, o que comprovou quando, candidato, renouou para todos nós com uma obra administrativa tão ampla, tão fecunda, tão grandiosa que nos daria em cinco anos aquilo que exigiria meio século para ser executado.

Todos nós, observadores, percebemos que o eminente Chefe da Nação revelara, chegando ao Poder, pendores para a política internacional. A Sua Excelência não bastou — como a seus antecessores — uma câmara de observação dos fatos da política interna instalada no próprio Palácio do Itamarati; preferiu tê-la no Catete, bem junto a si, e não apenas uma, porém sete câmaras.

Sr. Presidente, não há quem, em sua consciência, possa recusar aplausos à ideia central da iniciativa. Se amanhã, vitorioso o Plano lançado pelo Brasil, certamente dele advirão benefícios para todas as Nações do Continente — às mais fracas através de ocupações de ordem econômica, às mais fortes, pela amizade, pelo perfeito entendimento, pelo pacto de confiança que a Operação certamente traria a política continental.

A meu ver, Sr. Presidente — é verdade que minha observação ressona de muitas falhas, porque é a de um modesto plantador de cana — a meu ver, a chamada Operação Pan-Americana encontrou certa cerimônia em muitos países, precisando de uma boa atuação diplomática, para obter adesão. O México, por exemplo, ofereceu uma série tão grande de observações, que a alguns observadores apressados parecia resistência, quando não o era; apenas o sintoma de quem via melhor, porque via bem perto.

Sr. Presidente, ao que parece um plano grandioso na sua concepção, visando a elevados e nobres objetivos, surpreendeu todas as Cancellarias do Continente, inclusive o próprio Itamarati. Hoje o que observamos é que o Plano em Washington funciona satisfatoriamente. Um Sub-Secretário de Departamento de Estado, numa entrevista, advertiu aos países da América Latina, que não confiassem muito nas vantagens da Operação, mas procurassem cozer com as próprias lições. A propósito, desta mesma tribuna, ouvimos alguns comentários do nobre representante da Bahia, o meu querido amigo Senador Lima Teixeira.

O Sr. Lima Teixeira — E' verdade.

O SR. NOVAES FILHO — Recentemente, o Senado americano vai além: — deseja um inquérito para conhecer, de perto, as necessidades e os problemas dos países latino-americanos.

E' possível, Sr. Presidente, que um inquérito dessa natureza, pelo rigor com que deve ser feito, pela exigência de informações seguras e certas, tenha que mover-se em parko — quem sabe? — igual àquele que falta para o término do atual Governo do Brasil.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Com prazer.

O Sr. Lima Teixeira — Levo, como V. Exa. tem louvado, a atitude do Sr. Juscelino Kubitschek, quando tomou a iniciativa de fortalecer o pan-americanismo, através da carta que enviou ao Presidente dos Estados Unidos da América do Norte; e, congratulando-me pela repercussão de entendimento, que determinou a ida do Brasil do Sr. Foster Dulles. Sentimos, porém, — e V. Exa. já percebeu — que aquela iniciativa de otimismo que todos tinhamos a sti-

instante, certa restrição. De fato, conforme V. Ex.^a, mencionou há pouco, um Sub-Secretário de Estado, o Sr. Roy Rubottom, teve ensejo de fazer considerações sobre a Operação Pan-Americana que não deixavam margem a muito alento por parte dos países latino-americanos. Creio, porém, que, diante da reação, o roteiro a seguir será muito mais seguro, e as notícias mais alvissareiras.

O SR. NOVAES FILHO — Muito grato pela colaboração que me traz o eminente representante baiano.

Sr. Presidente, dizia eu que a Operação Pan-Americana está funcionando de modo sólido em Washington. Funciona, porém, em ótimas condições no Rio de Janeiro. Grande é o entusiasmo, o encantamento e a confiança no notável Plano; tanto que o próprio Presidente da República a exaltou, em bela fala à inocidade, na Universidade Católica. O chanceler Negrão de Lima foi além, numa conferência realizada no Clube Militar, desceu a tais minúcias, informou com tantos pormenores sobre a Chamada Operação Pan-Americana, que não se esqueceu sequer de analisar, para a oficialidade inteligente e culta que o ouvia, a origem latina da palavra operação. Foi o chanceler Negrão de Lima, portanto, de uma minuciosidade que bem espelha o profundo conhecimento que tem da matéria.

O Sr. Gomes de Oliveira — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Com todo o prazer.

O Sr. Gomes de Oliveira — Assisti à conferência do ilustre chanceler Negrão de Lima e tive, realmente, a impressão de que é grande a confiança dos nossos homens públicos nesse Plano; sobretudo porque, como disse o ilustre chanceler, não é para ser executado de imediato — não o poderia ser — mas em longo prazo. Visa, principalmente, a cimentar o espírito de cooperação entre as nações americanas, o qual se está, dia a dia, acentuando e, com certeza, chegará a convencer aquelas autoridades americanas ainda descrentes da necessidade de escrutínio dos povos subdesenvolvidos, de modo que possam acompanhar os países mais adiantados, para constituírem uma robusta retaguarda capaz de, em hora oportuna, cooperação com as Nações do Oidente no combate ao extremismo, fruto da precariedade da vida agrária.

O SR. NOVAES FILHO — Sou muito grato pelo aparte do eminente Senador Gomes de Oliveira que, membro da Comissão de Relações Exteriores desta Casa, está bem mais habilitado que eu para sentir o entusiasmo do chanceler brasileiro, bem como o conhecimento por S. Ex.^a demonstrado, no Clube Militar, sobre a famosa Operação Pan-Americana.

Sr. Presidente, não me vou alongar nestes modestos comentários, e já os concluirei.

O Sr. Filinto Muller — Comentários que concorrem sempre para esclarecimento dos problemas e que encantam o Senado porque V. Ex.^a domina completamente a Casa com sua inteligência, seu brilho e a palavra fácil, cheia de entusiasmo.

O SR. NOVAES FILHO — Sou muito grato ao nobre Senador Filinto Muller que, mais uma vez, me vem brindar, nesta tribuna, com sua reconhecida fidelidade.

Concluindo os ligeiros comentários que trouxe sobre a matéria, desejo formular ardorosos votos no sentido de que a chamada Operação Pan-Americana seja vitoriosa e abra a este Continente as indiscutíveis vantagens que a acompanham.

O Sr. Filinto Muller — Muito bem. O SR. NOVAES FILHO — Que ela traga, realmente, benefícios aos países subdesenvolvidos, através de recursos que possa carrear para a sua recuperação econômica, e às nações mais ricas, como disse e respeito, a amizade e confiança das mais fracas.

Formulo esses votos, Sr. Presidente, com a sinceridade de brasileiro que deseja sobretudo que nosso País seja poupado do constrangimento de haver convocado todas as nações do Continente para a marcha de fracasso ou de melancolia. (Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Gomes de Oliveira, terceiro orador inscrito.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, nenhum assunto suscitou, talvez, de minha parte maiores comentários do que esse que tanto preocupa o nosso País e que, em a no término do meu mandato, ainda tanto me inquieta: a inflação.

Desde os primeiros dias que para aqui vim pareceu-me ser esse um dos problemas mais graves para o futuro da nossa terra.

E se aqui não tenho insistido no debate sobre tão magno assunto, nem por isso tem deixado ele de consumir o melhor das minhas modestas elocubrações.

O Sr. Novaes Filho — Não anoiado, V. Ex.^a sempre o tem debatido com eficiência e conhecimento.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Muito obrigado a V. Ex.^a.

Não há trabalho sobre inflação, e sobre o caso da inflação brasileira que nos deixe de interessar.

E aqui quero pagar dívida a um dos economistas que com mais assiduidade leio porque ele também é assíduo em debater os assuntos econômicos do País, no dia a dia dos aspectos que eles assumem.

Refiro-me a Geraldo Barros, colaborador do "O Jornal", que com estilo jornalístico — claro, leve, mas profundo e cheio de bom senso, estuda esses problemas.

A inflação desajustando a vida do povo, com o aumento do preço das utilidades, recal, sobretudo no orçamento dos homens que vivem na base de salários.

O industrial, o produtor em geral e o comerciante, ainda que não seja por ganância, têm meio fácil de reajustar os seus preços e continuar ganhando sempre as percentagens do seu lucro.

Mas quem ganha à base de salários fixos, não pode fazer o mesmo. É à custa de reclamações penosas ou de greves que ele vê aumentados os seus ordenados.

Os salários-mínimos têm sido uma providência oficial a valer também os trabalhadores.

Mas, quanto se tem lutado para a sua fixação periódica. Somos dos que desta tribuna se fizeram porta-vozes dos reclamos por melhores salários-mínimos.

Estes porém, depois de muito remanechados mal reajustam salários porque os preços não param e a ansia pela elevação deles como que se reacende, mal se fala em elevá-los como um pretexto da ganância que se pode acusar de criminosa.

A inflação é sem dúvida um fenômeno generalizado, mas que nalgumas

mas áreas geográficas do mundo como a nossa da América do Sul, assumiu aspecto galopante e tem zombado de providências tomadas contra ela.

Dir-se-ia mesmo que a inflação aqui fugiu àqueles moldes da definição clássica — desproporção entre o quantum dos meios de pagamento e o das utilidades. Tal a extensão, no tempo, do fenômeno, que essa desproporção já deveria ter levado à morte pela fome, boa parte da população.

(Interrompendo a leitura).

Parece assim que ela, entre nós, assumiu aspectos diferentes os quais levaram espíritos como o do nobre Senador Atílio Vivacqua a negar-lhe a existência em nosso País. Poderíamos examinar as causas, os vários fatores que a determinaram ou a têm acelerado; e certos remédios que em toda parte, se tem aplicado para combatê-la.

Esperamos fazê-lo em outra oportunidade, se tivermos ensejo, pois o tempo nos foge neste final de mandato, o qual procuraremos aproveitar com rápidas considerações, a fim de não cansar um auditório que já deve estar fatigado de oito anos de discursos, nesta tribuna. (Não aplaudido).

A inflação, repito, é um fenômeno generalizado.

(Lendo) Hoje vemos agravada a situação econômica do país com a crise do café — crise de superprodução, que está abrindo os alicerces da economia brasileira. Não só os consumidores reclamam contra a instabilidade dos preços, alterando-se sempre e ininterruptamente para cima; são, agora, também os produtores que sentem uma crise de preços que incisivamente tendem a cair.

E se as massas trabalhadoras que vivem de salários se conformam com a necessidade de apertar sempre mais o cinto, não parece fácil às classes produtoras reduzir o seu standard de vida.

Que o diga a projetada Marcha da Produção, com que as classes conservadoras esqueçam que poderiam provocar uma réplica, dos consumidores, numa possível "Marcha da Fome".

Era chegado o momento de mais uma providência do governo para enfrentar a situação.

E ela está vindo através do plano Lucas Lopes.

É uma medida de fôlego que aliás não escapa aos moldes clássicos de combate à inflação. Impostos, contenção de despesas e estímulo à produção.

Pode-se divergir dele, e em assuntos desta natureza não se poderá exigir concordância plena e unânime como ainda agora o faz o ilustre Deputado Allomar Baleeiro, com a autoridade e percuciência que lhe reconhecemos.

Mas haveremos de convir que aí, nesse plano que esperamos examinar ainda com mais profundidade, está um esforço meritório e necessário ao qual haveremos de dar a colaboração possível.

Esse trabalho abre uma ampla clareira no tempo fechado em que estamos navegando com nevoeiro e teto baixo.

Essa clareira bem aproveitada nos permitirá encontrar terra firme, que permita ganhar a estabilidade econômica e social que nos estão faltando.

Não poderíamos realmente, denotar uma providência ou um plano que, como este, busca solucionar o problema que como já disse, é gra-

ve questão econômica, da qual resultam também problemas sociais.

Acredito, Sr. Presidente, que com a colaboração dos entendidos, dos mestres que estamos ouvindo, esse esforço do Governo poderá, sem dúvida, tranquilizar o futuro da nossa economia e da nossa própria estabilidade social. (Muito bem. Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho, quarto orador inscrito.

O SR. GILBERTO MARINHO:

(Lê o seguinte discurso) — Senhores Presidentes Srs. Senadores, tendo sido criada, pelo Decreto n.º 42.728 de 3 de dezembro de 1957, a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro, movimento de elevadas finalidades educativas e sociais, visando promover a educação e assistência, no mais amplo sentido, aos deficientes da audição e da fala, em todo o território nacional, e não constando da proposta orçamentária apresentada para o corrente exercício, os recursos suficientes a boa execução da referida Campanha, faz-se mister aumentar a dotação consignada, a fim de que possa a Campanha em questão bem cumprir as suas finalidades.

A ampliação da rede educativa aos surdos brasileiros é necessidade que se torna cada vez mais premente, dada a elevada incidência do surdo-mutismo em nosso país. Contando os deficientes da audição e da fala, em número de 70.000 sendo 25.000 em idade escolar, em toda a Federação, com apenas um estabelecimento oficial de ensino para suprir as suas necessidades educativas e que é o Instituto Nacional de Educação de Surdos, torna-se imprescindível iniciar, o quanto antes, a descentralização do referido ensino emendativo e da assistência educativa aos surdos, uma vez que aquele educandário já se torna incapaz para resolver o problema desses milhares de deficientes que estão clamando por educação e assistência.

Para tanto torna-se necessário oferecer maior número de classes, escolas, com o respectivo material especializado para equipá-las convenientemente, assim como oferecer melhores condições aos professores e pessoal técnico habilitado a promover o referido ensino e assistência, em toda a área educativa da nação. A concessão de bolsas de estudo a elementos providos das várias unidades federativas, como sejam professores a serem especializados na pedagogia emendativa referente ao surdo-mutismo, além do demais pessoal técnico e de natureza educativa, é uma das medidas imprescindíveis para o êxito do empreendimento ora focalizado.

Por outro lado, foi preciso para o exercício atual, dadas as inevitáveis reduções orçamentárias, o pagamento dos professores, técnicos e servidores, numa base de 9 meses, encarecendo-se, no momento, seja a referida remuneração feita numa base de 12 meses, o que, sem dúvida, constitui justa e equânime medida.

Além disso, o pagamento previsto para o pessoal acima referido é insuficiente e precário, razão por que, reconhecendo-se o mérito e o esforço desses colaboradores, dever-se-á oferecer-lhes melhores condições.

Conforme o exposto, linhas atrás, a capacidade do Instituto Nacional de Educação de Surdos é muito reduzida, abrigando cerca de 800 alunos e alunos surdos, acrescidos de cerca de 100 professores dos Estados, que aqui se especializam, todos, mantidos em regime de internato, o

que ultrapassa quatro vezes a capacidade daquela casa.

O Sr. Mourão Vieira — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. GILBERTO MARINHO — Com muita honra.

O Sr. Mourão Vieira — É uma das maiores injustiças que se pode observar no Instituto Nacional de Educação de Surdos. Realmente, V. Ex.^a trata de problema para o qual é necessário, desde já, remédio efetivo, que tire o professor dos surdos-mudos da situação humilhante em que se encontra. Enquanto o Governo obriga e força os estabelecimentos de ensino particular a pagar doze meses ativos, como é de justiça, ao seu magistério, o Governo, numa das suas dependências, num dos seus institutos técnicos especializados, concentra professores por nove meses, deixando-os ao desamparo nos últimos três meses restantes do ano. Conheço o funcionamento interno do Surdos. Já por intermédio do Sr. Instituto Nacional de Educação de Tasso Coimbra, várias vezes tive oportunidade de verificar o trabalho exemplar daquela casa. Em 1957, consegui da bancada do Distrito Federal, da qual V. Ex.^a é um dos eminentes proceres, fosse incluída no Orçamento, através de emenda, uma verba substancial que modificaria realmente todos os planos internos do Instituto melhorando e proporcionando os meios indispensáveis ao seu perfeito funcionamento. Essa emenda obteve a aprovação do Senado, por intermédio do nosso colega, Senador Daniel Krieger, mas na Câmara dos Deputados foi rejeitada *in limine*, com prejuízo daquela instituição. Na qualidade de professor e, principalmente, como Presidente da Comissão de Educação desta Casa, estou de acordo com o apelo que V. Ex.^a faz, reforçando, com o meu fraco ponto de vista...

O SR. GILBERTO MARINHO — Não apoiado.

O Sr. Mourão Vieira — ... as observações que V. Ex.^a teve em torno do Instituto Nacional de Educação de Surdos, que merece de todos nós o melhor tratamento.

O SR. GILBERTO MARINHO — Muito agradecido a V. Ex.^a. Um dos estímulos que encontro sempre nesta Casa quando tenho ensejo de abordar problemas de educação, é o apoio que V. Ex.^a, com a autoridade que lhe confere a posição de Presidente do órgão técnico do Senado, responsável pela orientação da Casa, nessa matéria.

Tem razão V. Ex.^a, e integral, quando aponta o trabalho que no ano passado tivemos ocasião de aqui realizar e que a Câmara entendeu mais acertado rejeitar.

Igualmente acentuou V. Ex.^a ao apontar a iniquidade do Governo, que exige, através da fiscalização do Ministério da Educação e Cultura, que os estabelecimentos particulares paguem aos seus professores 12 meses, o que é justo e adequado, e, em relação ao professorado de um estabelecimento de ensino oficial, já mal remunerado como é notório, não dá o mesmo tratamento.

Folgo em encontrar o apoio de V. Ex.^a, certo de que ele é decisivo para a obtenção daquilo a que aspira o Instituto Nacional de Educação de Surdos.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. GILBERTO MARINHO — Pois não.

O Sr. Lima Teixeira — Este apoio, tenho a impressão de que V. Ex.^a encará de lado o Senado. O Ilustre Senador está tratando de assunto que

só pode merecer nosso apreço, de maneira que, ao lutar V. Ex.^a por estas justas reivindicações, acredito possa falar em nome desta Casa, pois não haverá um só Senador que não se coloque ao seu lado na defesa de tão nobre causa.

O Sr. Mem de Sá — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. GILBERTO MARINHO — Com muito prazer.

O Sr. Mem de Sá — Creio que o Senador Lima Teixeira realmente fala por todos os Senadores, como aliás V. Ex.^a está fazendo. A causa que V. Ex.^a defende congrega evidentemente a unanimidade da opinião não apenas do Senado mas do Brasil; e o Sr. Presidente da República, se não atender ao seu apelo, precizará frequentar um curso desse Instituto, porque é sinal de que estará surdo.

O SR. GILBERTO MARINHO — Como estou certo que o Sr. Presidente da República não deixará de atender este justo apelo, estou certo de que não terá necessidade de frequentar o curso a que V. Ex.^a alude. Alegro-me sobremaneira a circunstância de receber aqui, através do autorizado apoio dos eminentes colegas Senadores Lima Teixeira e Mem de Sá, a garantia de que o Senado, por inteiro, se esforçará no sentido de conceder uma dotação orçamentária adequada àquela meritória instituição.

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar os timpanos) — Comunico ao nobre orador que está por terminar o tempo de que dispõe.

O SR. MEM DE SÁ (Pela ordem) — Sr. Presidente solicito a V. Ex.^a consulte a Casa sobre se concede tempo suficiente para que o eminente Senador pelo Distrito Federal possa concluir suas brilhantes, tão oportunas e justas considerações.

O SR. PRESIDENTE — O Senado acaba de ouvir a solicitação do nobre Senador Mem de Sá.

Os Srs. Senadores que estão de acordo, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Continua com a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho.

O SR. GILBERTO MARINHO — Sr. Presidente muito agradeço à Casa e, em especial, ao eminente Senador Mem de Sá, a oportunidade que me concede de poder prosseguir nas considerações que venho fazendo.

(Lendo) Em relação à incidência da surdez o número de alunos atendidos constitui percentagem irrisória, fazendo-se, assim urgente o desdobramento do Instituto Nacional de Educação de Surdos a fim de que se torne viável atender o maior número possível dos que necessitam de assistência e educação especializada.

A aquisição de um prédio devidamente adequado, com boa área de terreno, para a instalação do Setor Feminino do Instituto Nacional de Educação de Surdos é grandemente necessária haja vista o congestionamento atual daquele órgão e a necessidade de promover a educação das meninas em separado, dada a especificidade das condições psico-acústicas apresentadas pelos deficientes da audição e da fala, que desaconselham a vida em comum das meninas e meninos enquanto não tiverem recebido de maneira completa a educação especializada.

Estão atualmente alojadas em uma casa outrora destinada à residência do Diretor da instituição 180 crianças do sexo feminino, deficientes da audição e da fala, o que traduz a presença em solução tal situação

uma vez que aquele local não corresponde às exigências de um internato feminino, que ali funciona desde 1951.

Muitos são os alunos internos naquela instituição, que se originam de zonas rurais, e aos quais é ministrada, na mesma, dentro de suas possibilidades, a educação agro-pecuária, indispensável e condizente com a origem e inclinação desses mesmos alunos. Visa-se assim promover a manutenção e a assistência educativa a esses educandos, em instituições devidamente aparelhadas para que sua educação seja realizada adequadamente a fim de que lhes sejam proporcionados os elementos indispensáveis à sua vida futura, com o desenvolvimento de seu amor e fixação à gleba.

Por outro lado há necessidade de prever também o futuro dos deficientes da audição e da fala que demostrem outras aptidões, como sejam as que se referem à Indústria e ao Comércio. Faz-se, pois, mister munir de meios que lhes possibilitem integrar-se em seu ambiente social mantendo-se também em instituições especializadas para esse fim.

Pretende-se, também, promover a Assistência e a Pesquisa Social, compreendendo a seleção e a triagem dos casos a fim de realizar o ajustamento dos deficientes da audição e da fala em emprégos ou demais atividades, de acordo com as aptidões, do mesmo modo que pesquisas de natureza biológica para um completo levantamento das origens, posterior estudo das causas prevenção ou tratamento da surdez.

Dai a necessidade de suplementar a despesa com educação dos surdos em instituições especializadas ou comuns particulares, nas quais houver alunos nessas condições, como, por exemplo, a Associação de Assistência à Criança Surda e a Sociedade Pestalozzi além de muitas outras.

A concessão desse recurso possibilitará a integração desses brasileiros em vários grupos sociais de trabalho, impedindo que os mesmos se tornem marginais, dificultando, assim a mobilização de medidas adequadas para o combate desses desajustamentos, que poderiam levar à própria delinquência tão comum hoje em dia, dados os inúmeros problemas criados pelas várias conjunturas sociais. Visa-se, pois, ajustar perfeitamente esses indivíduos nos grupos sociais, contribuindo desta maneira, para o desenvolvimento da grande nação brasileira. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido.

É lido e apoiado o seguinte

Requerimento n. 399, de 1958

Requeremos a constituição de uma Comissão de 3 Senadores para visitar o Dr. Herbert Moses, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, que se encontra enfermo, internado no Hospital dos Servidores do Estado.

Rio de Janeiro 3 de novembro de 1958. — *Novos Filhos*. — *Lito de Matos*. — *Gilberto Marinho*.

O SR. PRESIDENTE:

O presente requerimento será apreciado depois da Ordem do Dia.

Vão ser lidos outros requerimentos.

São sucessivamente lidos e aprovados os seguintes

Requerimento n. 400, de 1958

Nos termos do art. 122, letra k, do Regimento Interno, a

ca de interstício para o Projeto de Lei da Câmara n.º 99 de 1955, a fim de que figure na Ordem do Dia da próxima sessão.

Sala das Sessões, em 3 de novembro de 1958. — *Francisco Góes*.

Requerimento n. 401, de 1958

Nos termos do art. 122, letra k, do Regimento Interno requereiro despesa de interstício para o Projeto de Lei da Câmara n.º 139, a fim de que figure na Ordem do Dia da próxima sessão.

Sala das Sessões, em 3 de novembro de 1958. — *Daniel Krieger*.

O SR. PRESIDENTE:

Os projetos a que se referem os requerimentos serão incluídos na Ordem do Dia da próxima sessão.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 54, de 1958, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, destinado à Província Brasileira dos Irmãos Lazzaristas — Sociedade Porvir Científico, com sede no Pólo Alegre Estado do Rio Grande do Sul, tendo por objeto favórais, sob ns. 167 e 308, de 1958 da Comissão de Finanças do projeto e às emendas de plano (ns. 1 a 4).

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimentos que vão ser lidos.

São lidos e aprovados os seguintes

Requerimento n. 402, de 1958

Requero nos termos do art. 122, letra k, do Regimento Interno, a retirada da emenda n.º 1 de minha autoria oferecida ao Projeto de Lei da Câmara n.º 57, de 1958.

Sala das Sessões, em 3 de novembro de 1958. — *Lima Teixeira*.

Requerimento n. 403, de 1958

Requero nos termos do art. 122, letra k, do Regimento Interno a retirada das emendas ns. 2 e 3 de minha autoria oferecidas ao Projeto de Lei da Câmara n.º 57, de 1958.

Sala das Sessões, em 3 de outubro de 1958. — *Apolônio Sales*.

Requerimento n. 404, de 1958

Requero, nos termos do art. 122, letra k, do Regimento Interno, a retirada da emenda n.º 4 de minha autoria oferecida ao Projeto de Lei da Câmara n.º 57, de 1958.

Sala das Sessões, em 3 de novembro de 1958. — *Kerijaldo Cavalcanti*.

O SR. PRESIDENTE:

Em consequência da aprovação dos requerimentos as emendas são retiradas do projeto.

São as seguintes as emendas retiradas:

EMENDA N.º 1

Acrescente-se:

Art. — É igualmente autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, destinado à Província Brasileira dos Irmãos Lazzaristas — Sociedade Porvir Científico, com sede no Pólo Alegre Estado do Rio Grande do Sul, tendo por objeto favórais, sob ns. 167 e 308, de 1958 da Comissão de Finanças do projeto e às emendas de plano (ns. 1 a 4).

EMENDA N.º 2

Acrescente-se o seguinte artigo, que será o segundo, alterada a numeração do atual art. 2.º.

Art. 2.º — É igualmente, o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para auxílio à Sociedade Civil Faculdade de Odontologia de Pernambuco, mantenedora da Faculdade de Odontologia de Pernambuco e destinado à aquisição e administração de prédio para a sede do mesmo estabelecimento.

EMENDA N.º 3

Art. 1.º:

1) inclua-se o seguinte:

Para obras no Colégio Nóbrega, em Recife, Pernambuco, como auxílio.
2) acrescente-se Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) ao montante do crédito.

EMENDA N.º 4

Art. 1.º:

Acrescente-se, in fine:

“... e igualmente, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros, para prosseguimento e conclusão da construção do Ginásio São Luiz, de Natal, Rio Grande do Norte.”

O SR. PRESIDENTE:

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados (Pausa).

Está aprovado.

E o seguinte o projeto aprovado, que vai à sanção:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
N.º 57, de 1958

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, destinado à Província Brasileira dos Irmãos Lassalistas — Sociedade Porvir Científico, — com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), destinado à Província Brasileira dos Irmãos Lassalistas — Sociedade Porvir Científico — com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, para auxiliar a conclusão de suas obras educacionais e assistenciais, ora em construção em vários Estados da Federação, como Prêmio Cinquentenário comemorativo dos 50 (cinquenta) anos de atividade dessa Congregação Religiosa em terras brasileiras, completadas em 1957.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 113, de 1958, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 9.300.000,00, para atender às despesas decorrentes das comemorações do 150.º aniversário da fundação do Jardim Botânico, tendo parecer favorável, sob n.º 344, de 1958 da — Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerra-se a discussão (Pausa).

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados (Pausa).

Está aprovado.

E o seguinte o projeto aprovado, que vai à sanção:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
N.º 113, de 1958

(N.º 3.871-B, de 1958 na Câmara dos Deputados)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 9.300.000,00, para atender às despesas decorrentes das comemorações do 150.º aniversário da fundação do Jardim Botânico.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 9.300.000,00 (nove milhões e trezentos mil cruzeiros), para atender às despesas com as festividades de comemoração do transcurso, em 18 de junho de 1958, do 150.º aniversário da fundação do Jardim Botânico.

Art. 2.º O crédito especial a que se refere o art. 1.º será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional, para depósito no Banco do Brasil S.A., à disposição do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Discussão única do Requerimento n.º 396, de 1958, do Sr. Senador Paulo Fernandes solicitando transcrição nos Anais do Senado do discurso proferido pelo Sr. Presidente da República na Pontifícia Universidade Católica, em 29 de outubro do ano em curso.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra encerra-se a discussão (Pausa).

Está encerrada.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados (Pausa).

Está aprovado.

O discurso a que se refere o requerimento, será publicado nos Anais do Senado.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a matéria constante do avulso.

Em discussão o Requerimento n.º 399, do Sr. Novas Filho e outros srs. Senadores de constituição de uma de 3 senadores para visitar o sr. Herbert Moses, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, que se encontra enfermo.

Não havendo quem peça a palavra, encerra-se a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Os srs. Senadores que aprovam o requerimento, queiram permanecer sentados (Pausa).

Está aprovado.

Designo os srs. Novas Filho, Lino de Mattos e Gilberto Marinho, para, em nome do Senado, visitarem o ilustre enfermo.

Não há oradores inscritos

O SR. LIMA TEIXEIRA:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Lima Teixeira.

O SR. LIMA TEIXEIRA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, li ontem, nos jornais, que o preço da gasolina foi aumentado cerca de 20%. As razões apresentadas dizem respeito à situação cambial.

Quando nos pomos a pensar que o aumento, da gasolina e do óleo diesel, contribuirão assustadoramente para o aumento do custo de vida, não podemos deixar de ter a atenção voltada para outros aumentos que virão, dentro em breve, como os dos vencimentos dos civis e militares e o do salário mínimo, além do de alugueis, já concedido pelo Senado.

Pergunto, então: onde estaremos, dentro de três ou quatro meses com o custo da vida em marcha ascensional, se não houver, sobretudo por parte do Congresso, o cuidado em impedir esses aumentos? Teremos, sem dúvida, de atravessar fase das mais difíceis.

Diariamente noticiam os jornais que a situação da Petrobrás é a melhor possível, pois estamos produzindo gasolina para abastecer vários Estados. No entanto, foi aumentado o preço desse produto. Tendo-se em consideração que as mercadorias são transportadas em caminhões, para quase todos os Estados, consumindo, por conseguinte, gasolina, e óleo diesel chegamos à conclusão de que o aumento de salário mínimo, na base pleiteada, será insuficiente, dentro de três ou quatro meses.

Acredito sinceramente que, com os sucessivos aumentos que se verificam, com tanta antecedência, a base do salário mínimo não poderá ser de cinco mil e quatrocentos cruzeiros, mas de seis ou sete mil cruzeiros.

Deixo, desta tribuna, meu protesto e também meu apelo no sentido de que outros aumentos não venham, porque prevejo, dentro em breve, a concessão de outros favores, que só poderão repercutir desfavoravelmente na opinião pública.

Tenho-me colocado contra tais resoluções, mais de uma vez. Ainda na sexta-feira passada, ao serem aumentados os alugueis dos prédios urbanos pronunciei-me contrariamente a eles. — (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Nada mais havendo que tratar, vou levantar a sessão. Designo para a de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 99, de 1958, que altera o quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências (incluído em Ordem do Dia em virtude da dispensa de interstício, concedida na sessão anterior a requerimento do Sr. Senador Francisco Gallotti, tendo pareceres favoráveis ns. 395 e 396, de 1958) das Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças.

2 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 112, de 1958, que altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba e dá outras providências, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 388 e 389, de 1958, das Comissões de Serviço Público Civil (com ressalva do Sr. Senador Mem de Sá quanto ao art. 7.º) e Finanças.

3 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 134, de 1958, que dispõe sobre o pagamento e aplicação dos recursos orçamentários destinados à educação primária complementar, tendo parecer favorável, sob n.º 349, de 1958, da Comissão de Finanças.

4 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 138, de 1958, que altera, sem aumento de despesa, a Lei n.º 2.996, de 10 de dezembro de 1956, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1957, e dá outras providências (incluído na Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício concedida na sessão anterior a requerimento do Sr. Senador Francisco Gallotti, tendo parecer favorável, sob n.º 397, de 1958, da Comissão de Finanças).

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 15 horas e 45 minutos.

DISCURSO DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA, PRONUNCIADO NA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA, EM 29 DE OUTUBRO ÚLTIMO, QUE SE PUBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO N.º 396, DE AUTORIA DO SENHOR PAULO FERNANDES, APROVADO NA SESSÃO DE 3 DO CORRENTE.

“É a primeira vez que falo de maneira particular à mocidade estudiosa sobre a política exterior do Brasil. Podeis, por isso mesmo avaliar que me sinto comovido e, ao mesmo tempo, grato pela oportunidade que me é oferecida. Sei que encontrarei, entre os jovens estudiosos, uma acolhida incompativel para certas idéias e certos impulsos que provocaram a eclosão da Operação Pan-Americana, movimento de tomada de consciência de toda a América em face de muitos perigos do mundo moderno e da constatação de vivermos um ambiente contraditório — a coexistência da extrema riqueza e da extrema miséria neste Novo Mundo, que luta para defender suas idéias e se ergue contra a ameaça materialista e antidemocrática do bloco soviético. Como vivemos numa comunidade de povos livres, como a honra de nossa civilização consiste em podermos falar claro — a Operação Pan-Americana é um gesto nascido de sincera vontade de colaborar, de agir, de valorizar a Causa do Ocidente.

Poucos cenários seriam tão apropriados quanto este para cuidar de temas ligados às relações entre os povos. Desde os primórdios de nossa história, vimos recebendo os benefícios das idéias fecundas dos grandes pensadores da Igreja, traduzidas nas obras de Vitória, Suarez, e de outros em normas práticas de vida e de convivência sobre novas terras que se revelavam ao mundo maravilhado do Renascimento. Essas normas, postas à prova com tanto êxito na obra incansável e desassombrada das missões, visavam à preservação da personalidade do gentio, protegendo-o da sanha escravizadora dos homens de além-mar, propiciando-lhe maior participação nos frutos da terra, aperfeiçoando-lhe o comportamento individual e coletivo, trazendo-o finalmente para o insubstituível abrigo da doutrina de Cristo.

DIRETRIZES DA ÉTICA CRISTÃ

Eis porque a política exterior do Brasil teria de nortear-se sempre pelos preceitos da ética cristã, integrados na consciência de nosso povo pois correspondem ao imperativo da valorização do homem, como criatura de Deus e, ao mesmo tempo, criador de valores espirituais. Assim vem ocorrendo desde os nossos primeiros passos como nação independente, Império e República, na paz e na guerra. Esse conceito fundamental, de humanismo intransigente, se manteve inalterável, não obstante a diversidade dos problemas que fomos chamados a enfrentar, em estágios sucessivos, para assegurar o bem-estar do nosso povo e fixar uma po-

ação clara e inconfundível para o Brasil no concerto das nações.

Jamais deixamos de observá-lo, quer nas relações de Estado a Estado, quer nas tentativas sempre renovadas dirigidas no sentido de encontrar, através de esforços conjugados de todas as nações do Continente, as soluções que melhor atendessem aos reclamos do homem americano. Com este espírito, o Brasil orientou a sua ação no encaminhamento de suas questões de limites, na mediação de litígios entre nações irmãs e na participação construtiva da grande obra da definição e realização dos ideais panamericanistas. Essas as linhas mestras de nossa política exterior, as mesmas linhas que não poderíamos deixar de estar presentes nos novos caminhos que propomos ao país nesta hora de incertezas e apreensões da vida internacional.

Seria, por outro lado, do mais completo irrealismo desconhecer que não tínhamos no Brasil, até há poucos anos, uma consciência bem nítida dos novos problemas e das novas necessidades de nossa posição internacional. Nossos problemas de fronteiras estavam resolvidos, com maestria e com espírito pacifista; acreditava-se que nossas grandes linhas de ação estavam perfeitamente tracadas na medida em que elas decorriam de alguns princípios válidos e imutáveis, consentâneos com a índole de nosso povo e com a tradição americanista de sua evolução. As questões de política externa se resolviavam com paciência e com habilidade no silêncio de nossos Gabinetes e de nossa Chancelaria, sem que se sentisse a necessidade de colocá-las perante a opinião pública nacional.

POSIÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL

Em minha última Mensagem ao Congresso Nacional, procurei justamente assinalar que a nova posição internacional do Brasil, posição que se devia não somente ao progresso e ao desenvolvimento, de um país estuante de vida, como também ao novo escalonamento de Potências, ao término da Segunda Guerra Mundial, fazia com que pela primeira vez em nossa história, as questões de política exterior passassem a interessar vivamente ao Parlamento, à imprensa e a camadas cada vez mais extensas da vida brasileira. Deixei, outrossim, expresso que essa ampliação do debate em torno de temas internacionais, longe de constituir um obstáculo à ação do Governo brasileiro, constituía, ao contrário, uma fonte preciosa de orientação e de ensinamentos. Seremos, doravante, obrigados a dar conta ao país e a dar conta ao povo de tudo o que estamos fazendo e de tudo o que pretendemos fazer para defender e preservar os interesses do Brasil no campo internacional. É o que faço agora, ao dirigir-vos a palavra sobre uma iniciativa que teve o grande mérito, se outro não tivesse, de atrair os olhos do Brasil para a América que o circunda e para o mundo em que terá de viver.

Ao assumir a responsabilidade da direção dos negócios externos, quando fui alçado à posição de chefe do Governo, procurei, desde logo, orientar a ação da diplomacia brasileira no sentido da consideração de problemas que reclamavam soluções urgentes e inadiáveis: no plano interno e internacional. Avultava entre eles, com prioridade absoluta, o da aceleração do desenvolvimento econômico do Brasil e dos outros países da América Latina. Para tratá-lo, estávamos, como ainda estamos, plenamente convencidos, da necessidade de uma ação multifacetada, harmoniosa e conjugada, tendo o

estímulo para a obtenção de níveis cada vez mais altos de vida e de bem-estar social.

ECONOMIA RUDIMENTAR

Adstrita a uma economia rudimentar, dependente da exportação de produtos primários para assegurar a sua subsistência e os meios indispensáveis ao seu desenvolvimento econômico, a coletividade latino-americana vem-se movendo num círculo vicioso de frustrações, que se transformam em fatores de intranquilidade social e política. Parece-me supérfluo assinalar que a manutenção indefinida desse estado de coisas transformaria nossas sociedades em um cadinho de ressentimentos e de revolta, presa fácil das generalizações simplificadoras das doutrinas materialistas, que acenam com soluções rápidas e drásticas.

A gravidade do problema se acentua quando atentamos para a conjuntura internacional de nossos dias, vividos sob o impacto de um conflito perfeitamente caracterizado, entre duas concepções de organização político-social dos agrupamentos humanos. O caminho mais seguro para entregar a América Latina à ação do materialismo desagregador é, precisamente, o do desconhecimento de suas desalentadoras condições materiais. Relegar a segundo plano a consideração de problemas econômicos irrecusáveis da maior gravidade equivaleria, com o correr do tempo, pelo seu agravamento progressivo e natural, a transformá-los na preocupação única dos povos por eles atingidos. Não há, a História nos ensina, consciência das liberdades civis e da luta pela sua preservação, quando a própria subsistência se encontra ameaçada pelos rigores do pauperismo. Combatê-lo sob todas as formas é a obrigação que se impõe a povos e indivíduos que afirmam pautar a sua conduta pelos ensinamentos dos Evangelhos.

Estudos realizados à base da projeção de fatores dinâmicos vêm demonstrar que, com o correr dos anos, tende a acelerar-se o empobrecimento da América Latina, em relação a outras áreas políticas e demográficas.

IMPORTANCIA DA UNIDADE CONTINENTAL

Na realidade a América, que foi a grande pioneira da ideia da integração regional, se vai deixando distanciar por outros agrupamentos de países, numa era em grande parte caracterizada pelo fenômeno do *continentalismo*, que é hoje um expressão muito termo entre as demasias e egoísmos do nacionalismo e as generalizações do universalismo. A unidade continental representa, portanto, para nós, um primeiro passo para um papel mais vivo e mais atuante da América Latina no encaminhamento dos grandes problemas internacionais. É, entretanto, indispensável que essa unidade se encontre na prosperidade conjunta, no progresso simultâneo de todos os nossos países, e que não se traduza apenas numa identidade de privações e numa solidariedade de penúria.

Ao reclamar uma voz mais forte para a América Latina na comunidade das nações, a Operação Pan-Americana não ignora que, nas duras realidades da política de poder, essa voz não se poderá fazer ouvir sem que tenha sua origem em países de economia sadia e de instituições sociais perfeitamente estabilizadas. Não podemos cumprir os nossos deveres para com o mundo antes de cumprirmos nossas obrigações primordiais para conosco, para com as gerações que seguirão os nossos países neste continente cristão, destinado a ser o cenário de uma das grandes conquistas da Humanidade. Não podemos afirmar nessa ação sem que

antes resolutamente afirmemos nossa capacidade de ação. Não poderemos opinar com segurança sobre problemas alheios se nos revelarmos incapazes de dar pronta e eficaz solução a nossos próprios problemas. Desejamos formar ao lado do Ocidente, mas não desejamos constituir o seu *proletariado*. Queremos participar do mundo do presente, com todos os seus com todas as suas promessas e esperanças.

Não fugiremos a nenhuma de nossas obrigações, mas tampouco renunciaremos a qualquer um de nossos direitos.

Essa a premissa, a base, a motivação da Operação Pan-Americana.

Nascido do imperativo de disciplinar as relações entre povos que apenas emergiram para uma existência independente, fixando-lhes os direitos e deveres recíprocos, o pan-americanismo se vinha definindo até agora como um ordenamento político-jurídico, num esforço de consolidação das novas nacionalidades que se afirmavam na comunidade dos Estados. A doutrina do Monroe, o princípio de não-intervenção e da igualdade jurídica dos estados constituíam os grandes temas que sempre reportavam nas agendas das Conferências Pan-Americanas e encontravam expressão do Continente em conclave de âmbito universal.

DIREITOS FUNDAMENTAIS

Ausentes de suas preocupações e distantes de sua oratória, toda ela dirigida para os interesses dos Estados, andavam os problemas do homem e de seu direito a uma existência compatível com as suas exigências fundamentais. A defesa contra o perigo da agressão e domínio externos tornava impossível a luta contra a penúria e contra a miséria. A solidariedade que já se delineava para a defesa das novas soberanias não correspondia um sentimento de necessidade de uma ação unilateral no terreno das realizações econômicas. Nesse setor que hoje se nos afirma de importância capital, tudo se deixava à iniciativa individual e à mercê dos recursos precários de cada Estado.

Não seria justo, entretanto, lamentar ênfase tão absorvente na defesa da liberdade, esta mesma liberdade que nos permite hoje apresentar com desassombro e destemor o problema do subdesenvolvimento no Hemisfério. A baixa renda real per capita em extensas áreas da América Latina, praticamente imobilizada pela ausência de maiores investimentos exteriores, e de assistência técnica apreciável, pelas violentas flutuações nos preços das matérias-primas nos mercados internacionais, está a exigir no próprio interesse da causa Ocidental, uma cooperação econômica mais estreita entre os estados americanos. Malgrado esforços isolados ou conjuntos, de publicistas e de entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, no sentido da caracterização dos fatores de subdesenvolvimento e das medidas a serem adotadas para removê-los a verdade é que nada ou quase nada se havia feito de positivo, com o conseqüente enfraquecimento orgânico do sistema interamericano, sujeito, assim, a um inevitável processo de obsolescência.

O APOIO DOS ESTADOS UNIDOS

Consciente desse perigo de minhas responsabilidades para com o povo brasileiro e dos deveres do Brasil perante a Comunidade americana, tomei a decisão, de dirigir-me ao Presidente dos Estados Unidos da América em mensagem que seria o prenúncio de uma ação diplomática intensíssima, destinada a abrir novas perspectivas para as relações entre os povos do Hemisfério e o fortalecimento da unidade continental. Propunha, então, um exame coletivo

de consciência para apurar se estávamos em verdade envidado todos os esforços para transformar o pan-americanismo em uma realidade viva e palpante. A receptividade que encontrei no espírito do Presidente Eisenhower, também preocupado com o tormentoso problema que eu agitara, animou-me a procurar o apoio das demais Repúblicas americanas. Esse apoio generoso e imediato, restrito e espontâneo, constituiu a melhor segurança da vitalidade do Pan-Americanismo como sistema capaz de adaptar-se a novas extensões da cooperação num campo em que se revela insuficiência a ação individual.

O subdesenvolvimento ficava então caracterizado como uma responsabilidade coletiva das Américas.

Já agora o problema estava definido e delimitado; tratava-se tão somente de buscar para um assunto de interesse comum as soluções mais adequadas e mais viáveis.

CONSULTA AS OUTRAS NAÇÕES

O longo e paciente trabalho de consulta entre todas as Chancelarias do Hemisfério deveria conduzir-nos à recente reunião de Ministros das Relações Exteriores em Washington. Essa reunião veio revelar alto grau de realismo e de maturidade no pensamento político latino-americano que não mais se satisfaz com a mera enunciação de conceitos imprecisos e abstratos de cooperação interamericana.

Em reuniões desse tipo não se poderia tomar decisões nem pactuar direitos ou obrigações recíprocos. Tratava-se, antes de tudo de uma primeira tomada de contato com um problema comum e com um meio de resolvê-lo. Porco, entretanto, dizer-vos com segurança e sem qualquer falso otimismo que todos os objetivos básicos do Brasil foram plenamente atingidos. Obtivemos reconhecimento explícito de nossa tese que vincula indissolavelmente os dois conceitos de segurança coletiva e de desenvolvimento econômico. Vimos aceitos pela unanimidade das Repúblicas americanas os seis pontos da agenda que submetêramos à Chancelaria do Hemisfério com o memorando brasileiro de 9 de agosto do corrente ano; conseguimos o estabelecimento, dentro do âmbito da Organização dos Estados Americanos, de uma Comissão Especial de 21 membros, com características e atribuições substancialmente idênticas às previstas pelo Brasil. Uma ideia brasileira se transformou assim, em uma grande responsabilidade interamericana.

OBSTÁCULOS A SUPERAR

A recordação dos primeiros frutos obtidos não deve, entretanto, desviar os nossos olhos do longo e áspero caminho a percorrer. Ainda temos ante de nós toda uma série de obstáculos a realizar, de pontos a esclarecer, de opiniões a reconciliar. O desenvolvimento econômico é antes de tudo, a responsabilidade individual de um determinado país e sabemos perfeitamente que cada Estado americano oferece condições peculiares, mas de que somente os seus dirigentes, os seus estadistas e os seus técnicos podem ajuizar com autoridade e com segurança. Sabemos que todo programa de desenvolvimento econômico é necessariamente um programa a longo prazo, dada a necessidade de se assentarem previamente as condições técnicas indispensáveis à concepção e execução de tal programa. Sabemos da existência de toda uma série de preconceitos a superar e a desenvolver. Mas sabemos igualmente que o desenvolvimento é um processo de expansão que pode ser

mar conta de si mesmo com uma dinâmica própria, e lhe for dado um generoso impulso inicial.

O que é indispensável é que nos aproximemos deste problema com espírito inteiramente aberto e construtivo, que tenhamos a convicção íntima de que enveredamos por um novo e promissor caminho de cooperação interamericano e que não nos limitemos à repetição mecânica de velhas alegações e de pessimismos estereis, que certamente não poderão contribuir para o êxito da tarefa gigantesca em que nos empenhamos. Ninguém logicamente poderá desconhecer a validade do argumento de que o desenvolvimento econômico é responsabilidade imediata de cada Estado e de cada povo americano. Cada uma das Repúblicas americanas apresenta condições peculiares e específicas de que somente os seus estadistas e os seus dirigentes podem ajuizar com segurança e com autoridade. Essa linha de raciocínio, perfeitamente legítima e procedente deve, entretanto, constituir o fundamento da ação multilateral que planejamos e não a negação de sua possibilidade, num estágio do pan-americanismo em que o problema do subdesenvolvimento se apresenta com um caráter premente, carregado de ameaças de desajustamentos sociais.

PAN-AMERICANISMO RETÓRICO

Reconheço que a história do pan-americanismo no terreno econômico e social é uma longa procissão de sonhos não realizados, de projetos abandonados, de amargos deslucidos e frustrações. Em mais de uma ocasião, quando do encerramento de reuniões interamericanas, separamos-nos com a convicção de que havíamos lançado as bases de uma cooperação mais real e mais tangível e, em mais de uma ocasião, vimos nossas boas intenções derrotadas pelas linhas rotineiras de pensamento e por uma inércia diplomática que nos condenava a platônica reiteração de fórmulas seditas. Tudo isso antecedeu uma barreira de retórica a qualquer ação pioneira no campo da luta contra o subdesenvolvimento. É imperativo que isto, desde vez não aconteça, e devo afirmar de público que o governo brasileiro não recuara em sua determinação de levar avante a "Operação Pan-americana", qualquer que sejam as dificuldades a encorstar e a superar, partam elas de onde partirem, como um movimento justo e perfeitamente delineado, um impulso de redenção econômica e de defesa dos valores morais e espirituais do Ocidente. É imperativo que caracterizemos o subdesenvolvimento como um problema pan-americano, que deve preocupar igualmente a todos os povos do hemisfério qualquer que seja o estágio de sua evolução econômica e industrial. É imperativo que os nossos povos e as nossas nacionalidades passem a ver no pan-americanismo uma força política de progresso econômico e social e não apenas um artifício jurídico, uma atitude intelectual ou um jogo de imagens nobres e generosas.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E LIBERDADE

O objetivo primordial da "Operação" será, assim, o de implantar o ideal pan-americano — de vida, de convivência e de colaboração — na consciência dos povos do Hemisfério e não apenas nas declarações públicas e nos pronunciamentos de seus dirigentes. Nossa velhice de índole essencialmente cristã recebe do homem o seu impulso e vê no homem a sua finalidade.

Se os estadistas responsáveis pela vida, pela felicidade e pelo bem-estar social dos povos americanos não souberam aproveitar esta magnífica oportunidade para transformar em realidade os ideais inscritos e consubstanciados na Carta da Organização dos Estados Americanos se ao invés de nos arrojarmos nas grandes verdades do futuro, novamente nos perdermos em um labirinto de fórmulas e conceituações imprecisas então encontraremos dificuldades cada vez maiores em evitar que as nossas massas, abandonadas e desprotegidas, ressentidas e desesperadas, venham a procurar solução, para seus problemas inadiáveis em modalidades políticas e sociais destruidoras da nossa liberdade, de nossa paz social e de nossos fundamentos cristãos.

A Operação Pan-americana, parte, assim, da premissa política de que o desenvolvimento econômico é hoje inseparável do conceito de segurança coletiva da salvaguarda de nossa liberdade. Não mais se trata, como no passado, de determinar-se a liberdade é mais importante do que o desenvolvimento. As duas idéias hoje se justapõem e se confundem.

PERIGOS DO MATERIALISMO

É para este perigo materialista — perigo, real e indistinctível — que não podemos vender os nossos olhos, por mais desagradável e desalentadora que seja a realidade. É a consciência desse estado de coisas que há de transformar o grande sonho brasileiro da Operação Pan-americana na mais palpante das construções políticas e das realizações humanas.

É esse o caminho a seguir, o único caminho diante de nós, se queremos — e realmente não temos alternativa — conservar-nos fiéis a nós mesmos, à democracia que nos defende e à América que nos inspira. É esse caminho não é senão o caminho da fé e da liberdade.

ASASPIRAÇÕES DO BRASIL

Não nos atiramos, com a Operação Pan-americana, numa fantasia, nem procuramos deixar-nos conduzir por palavras; não aspiramos ao impossível, nem queremos mudar a face das coisas de forma definitiva.

Nossa intenção, a intenção do Governo brasileiro, e que teve imediatamente eco, resposta, acordo, aplauso e concordância da fraternidade continental foi a de chamar a atenção para uma realidade. Esta realidade é que as coisas não podem continuar indefinidamente como estão nesta parte do mundo, neste grande pedaço da América.

FIDELIDADE AS IDÉIAS DO OCIDENTE

Não é possível que não atentemos na necessidade estratégica de nos desenvolvermos em conjunto e de crescermos, de aumentarmos o nosso poder, a nossa capacidade de ação — pois formamos ao lado das idéias do Ocidente integramos-nos numa grande causa cujo princípio vital consiste no desejo de promover a justiça, de melhorar as condições de vida dos seres humanos, de dar-lhes condições de existência de acordo com a sua dignidade.

Se estamos todos prontos a aceitar que a política do bloco soviético, que procura impor o ateísmo ao mundo como filosofia e ideal dos povos, encerra de revolta criada pelo empobrecimento e pela miséria para impor-se; se estamos certos disso não podemos deixar de concluir que devemos lutar em sentido contrário para vermos triunfante e assegurada a democracia, a liberdade.

Não nos moveu a Operação Pan-americana senão o desejo ardente de

alertar o continente para os perigos a que estaremos sujeitos, se praticarmos a má política de dar boas razões a uma causa que reputamos má. E não há razão: mais convincentes da sua oportunidade que consentirmos na existência, neste continente e naturalmente rico, de grandes massas desafortunadas, desatendidas num mínimo de conforto.

Que é possível esperar de todas essas sementes de desespero espalhadas nas vastas regiões do Novo Mundo? Que colheita podem ter de tanta pobreza, de tantas vidas que nada apresentam de aceitável, as que consideram que a criatura, feita à imagem e semelhança de Deus tem o direito a receber o tratamento que merece?

A OPA É UMA POLÍTICA

Vivemos uma hora difícil em toda parte. Uma hora de divisão e perigo. É importante que não nos descuide-mos mais do que se possa, que nos acautelemos de falhas e fraquezas em nossas hostes.

Mais do que um programa de estudos econômicos, do que um ensaio nessa direção — a Operação Pan-americana é um grito de alerta grave e sério.

É inútil fechar os olhos à realidade; se o fizermos, a realidade abrirá as nossas pálpebras e nos imporá a sua presença. É a realidade é que o descontentamento e o mal-estar comecem a tornar-se cada vez mais fortes entre os que ainda há pouco mantinham uma espécie de alheamento provocado pelas longas e duras privações. O raciocínio que antecede o julgamento, principia a despontar em consciências que pareciam indefinidamente adormecidas pelo sofrimento. E se não é bastante o impulso de solidariedade, por razões de ordem política, por lucidez e na salvaguarda dos nossos princípios e da nossa causa, pregar uma doutrina do desenvolvimento, e passar, desde logo, à ação criadora, eradicadora da miséria.

Este é o mais sério problema, esta a missão regional da Operação Pan-americana.

Não bastará que o Comitê de 21 países que se reunirá a 17 de novembro próximo em Washington, se dedique a estudos prolongados, a desenvolver teses e a propor medidas de saneamento das economias de numerosos países americanos; o que se espera desse encontro que prevemos histórico é uma deliberação firme e nítida de mudar a face das coisas, de iniciar uma campanha de restauração, dessa esperança sem a qual não há nada que perdure e resista.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR KERGINALDO CAVALCANTI, NA SESSÃO DE 31 DE OUTUBRO DE 1958, QUE SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI:

Sr. Presidente, tenho também minhas inclinações pelas belas letras, sem ser, no entanto, um beletista. Tivemos ocasião de ouvir, neste recinto, uma linda página literária, que poderia ser subscrita pelos nossos bons autores.

O nobre Senador Mem de Sá propiciou-nos dissertação graciosa, das mais interessantes, em derredor de um singelo requerimento do Senador Gaspar Velloso, que pede a transcrição em nossos anais de um discurso do eminente Presidente da República. Como é um parlamentar imaginoso, o assunto tornou-se maravi-

lhoso para os que tiveram o prazer de ouvi-lo.

Confesso, Sr. Presidente, que, dentro do meu espírito de homem relativamente simplório, o ensejo propiciou-me profunda alegria, pois verifiquei que o colega é daqueles que usam do método socrático e colocam em primeiro plano a moral. Disse-nos o que há em nosso País, o que vai pela nossa Pátria; criticou como quem não quer criticar, borboleteou — poderia dizer — com asas irisdadas em torno dos graves problemas da coletividade brasileira.

Chegado agora do Rio Grande do Norte, não desejaria ainda falar neste recinto a não ser sobre assuntos ligeiros. O de que se trata pareceu-me capaz de nos fazer transbordar a taça do coração.

A um professor de lógica, um professor de retórica, enfim quando discursa um homem de eloquência, como o nobre Senador Mem de Sá — que me acostumei a admirar desde que entrei nesta Casa, é um encanto de ouvir, porque, mesmo os assuntos triviais em sua boca tornam-se persuasivos.

Sr. Presidente, como V. Ex.^a teve ocasião de ver, o eminente colega Senador Mem de Sá, aproveitou a oportunidade para dizer, como quem não quer, mas dizendo realmente, o que lhe vai pelo espírito ao redor das manifestações do honrado Presidente da República, havendo reputado, como de melhor gosto, aquilo que apresentou, neste instante, ao debate e a aprovação do Senado.

Não sei o que terá sobressaído do discurso do Sr. Presidente da República que mereceu delicada atenção da parte do eminente colega pelo Estado do Rio Grande do Sul.

Se há discurso que merece ser meditado é, de fato, o pronunciado pelo Sr. Juscelino Kubitschek. Dentro dele, nos seus refuls, nas suas dobras, existe substrato político que desafia a ponderação dos homens públicos.

Sr. Presidente, na política a filosofia pode também ser sistematizada. Podemos, dentro dela, encerrar aspectos da nossa atividade, real ou aparente, como aparente pareciam ser as cogitações daqueles primeiros filósofos gregos que cuidaram das primeiras causas dos seres e das coisas. Um deles, filósofo, figura das mais preclaras — Sócrates — como todos sabem, acabou bebendo ciota por imposição do Tribunal do povo em Atenas.

Neste instante, reconheço que também me encontro a dissertar. Como tiv etodavia o prazer de acabar de ouvir sugestiva e fascinante dissertação, tomei-me de entusiasmo e cri oportuno vir a tribuna.

Com efeito, talvez porque a tarde esteja agradável, nos sentimos inclinados a êsses desafogos excepcionais.

Sr. Presidente, tudo é motivo; tudo é razão de ser; tudo é realidade; como também tudo pode não ser motivo; pode não ter razão de ser e pode não ser mesmo realidade. Será apenas um ponto de fixação abstrata, em que podemos jogar com o raciocínio como o faziam Zenão di Elea, Protágoras, Heráclito, Sócrates, Platão e Aristóteles.

O raciocínio, subordinado, em tese, a êsses exames, poderá proporcionar sobre as realidades um conceito que poderá ser aparente. Filósofos chegaram a declarar, de maneira expressiva, que nada existe de eterno, a não ser o Ser Supremo; e uma voz houve que chegou a asseverar que até a existência do Ente Supremo não passava de manifestação aparente do próprio conhecimento.

Como poderíamos, então, considerar o discurso do eminente Sr. Juscelino Kubitschek, tendo em vista a questão da inflação, se alguns a afirmam, outros a negam: alguns dizem existir, outros, não existir. Reafirmam outros — o que pode ser uma aparência filosófica — que há somente a ganância.

De certo modo, é um tabu intocável. O que ocorre no País é o desenfreio dos apetites, tema que filósofos versariam, com o sentido de aprimorar nossa inteligência, nossos sentimentos.

Sr. Presidente, se quiséssemos examinar o discurso do Presidente da República, iríamos encontrar nas suas linhas um sentido de tolerância remarcada. Não vejo, pois, em que se deslustre S. Exa. quando reconhece que, em sendo humano, é capaz de erros; e agradece às forças políticas que lhe são adversas a cooperação indispensável para exercer um governo Democrático, na sua plenitude.

Governar de maneira democrática, na complexidade da vida moderna, é problema que desafia a inteligência do estadista. Sabe V. Exa., Sr. Presidente, que os percalços da Democracia, desde Montesquieu, têm merecido dos tratadistas e dos filósofos, não só estudos profundos como também orientação, através da qual se vão purificar as instituições.

Distantes estamos, dos dias em que, no Plinix, as multidões legislavam diretamente. Com o conceito de representação, de certo modo relativa concepção aristocrática, fundiu-se nas Constituições modernas e transmutou-se popularmente no regime que adotamos.

Quando um cidadão fala como o faz o Sr. Ministro, da Guerra usa de atribuição que é de todos os brasileiros, atribuição que manifestou com ampla liberdade; atribuição que é sua.

Sr. Presidente, o discurso do eminente Sr. Juscelino Kubitschek é mais uma iniciativa do seu espírito dinâmico; com o sentido de trazer para o ambiente nacional uma palavra cordial, capaz de remediar as nossas dificuldades.

Nesse sentido, Sr. Presidente, também desejo declarar o meu apoio ao requerimento do nobre Senador Gaspar Velloso; e a minha alegria e a minha satisfação porque esse requerimento nos deu a grata oportunidade de ouvir a brilhante oração pronunciada pelo ilustre Senador Mem de Sá, esclarecido representante do Estado do Rio Grande do Sul. (Muito bem, Muito bem!)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR KERGINALDO CAVALCANTI, NA SESSÃO DE 31 DE OUTUBRO DE 1958. QUE SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI:

Sr. Presidente, nos últimos anos, tenho-me batido, da tribuna do Senado, a favor dos inquilinos; tenho recomendado a prorrogação da chamada "Lei do Inquilinato"; tenho invariavelmente declarado que o sacrifício de alguns, às vezes, é necessário ao bem estar de todos; tenho conhecido que certos proprietários oferecem injustiças, mas o problema precisa ser encarado sob o aspecto da justiça social.

Não vejo, ainda hoje, por que tenha de modificar minha atitude — aliás já o fiz, no ano passado — que não tenhamos examinado detidamente a Lei do Inquilinato; lamento que uma lei desse

alcance e significação somente nos últimos dias do ano tenha entrado nas cogitações parlamentares, em regime de urgência, sem que possamos peneirar motivos, joelhar conveniências e adotar decisão equânime.

Para mim, não se trata de discutir justiça ou injustiça. Sou o primeiro a proclamar que há muitos proprietários sofrendo na sua economia. Injustamente, no aspecto atinente à sub-locação, que se converteu numa indústria com alguns exploradores felizes. No entanto, se, durante um ano, todos nós os legisladores, ponderando matéria de tal importância, não chegamos a finalizar um projeto de lei conveniente, então como, no apagar das luzes, iremos resolver as dificuldades com o acoadamento da urgência?

Sr. Presidente, pedirei a V. Exa. a fineza de declarar o autor da última emenda lida pelo Sr. 1.º Secretário.

O Sr. Filinto Müller — Permite V. Exa um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Pois não.

O Sr. Filinto Müller — O autor sou eu.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, essa emenda é de fato interessante. Em outra oportunidade, com um pouco menos, talvez merecesse minha aprovação. Foi elaborada com espírito de justiça, razão por que solicitei a V. Exa. declarasse o autor, cujo nome não tive a felicidade de ouvir quando o ilustre 1.º Secretário lhe fez a leitura.

Tenho, porém, Sr. Presidente, outro ponto de vista que o Senado conhece. Se não examinamos a matéria, como devíamos, em tempo útil, como, então, considerá-la agora, para uma decisão que poderá trazer consequências graves?

Não se diga — porque é uma injustiça e uma inverdade — que eu esteja obstinadamente contra o interesse dos proprietários. O que sustento, é que, em determinadas ocasiões, é preciso sacrificar alguns ao bem de todos. No caso, porém, reconheço já um abuso, porque, há anos e anos, esses proprietários estão sendo esbulhados, sem um remédio que obvie a esses males.

Não obstante a consideração que me merece o Senador Gaspar Velloso, o substitutivo de sua autoria terá, de minha parte, voto contrário, porque, se aprovado, resultará aumento esmagador de aluguéis. Como vimos há pouco o povo começa a sentir-se intranquilo, e a reagir. Não pense os governos, não pense quem detenha responsabilidades, que é possível trazer, toda a vida, o povo com a traz o Distrito Federal, sem coragem de protestar.

O Sr. Daniel Krieger — Essa advertência que V. Exa. faz ao Presidente da República é muito oportuna e útil.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Não ao Presidente da República, mas a todos os Governos. Dizia, no começo deste ano, numa entrevista ao "Diário de Pernambuco", as maiores dificuldades de seu Governo, o meu prezado e honrado amigo, Presidente Juscelino Kubitschek — cujo nome declino com profunda simpatia, iria encontrar justamente no deste ano, com a agravação da crise econômica, V. Exa. está vendo, Sr. Presidente, pelos acontecimentos que se desenrolam, que, de fato, minha asseveração àquele matutino, recifense, infelizmente, tem a sua corroboração nos dias de hoje, com os acontecimentos de São Paulo.

A Lei do Inquilinato. Sr. Presidente, sem que encontremos para ela um denominador comum; isto é, a maneira de solucionar os interesses dos que têm os seus prédios e daqueles que os alugam. É problema não só do Brasil; mas muito espalhado. Em 1954, fui encontrá-lo na França.

O Sr. Pedro Ludovico — Em Paris, principalmente.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Perfeitamente.

Dai por que, Sr. Presidente, peço ao Senado que reflita sobre o passo que vai dar.

A emenda do nobre Senador Filinto Müller deve ser estudada, bem examinada e votada com espírito de justiça.

Eu para ela me inclinaria, com algumas modificações, se antes recebera consulta a seu respeito. Talvez tivesse sugerido outra forma, inclusive no que se relaciona com o projeto.

Como, entretanto, o meu nobre Líder não trouxe ao meu conhecimento sua proposição, não terei outro caminho, se não o de votar contra o projeto, o substitutivo e a emenda.

Encontro-me, porém, Sr. Presidente, nesta tribuna, sobretudo para votar contra a urgência, "urgentíssima", porque não reconheço tão graves as circunstâncias para que essa imposição pese em nosso espírito.

Tenho informações de que, na Câmara dos Deputados, corre projeto de lei — creio que de autoria do Deputado Araújo Steinbruch — mandando prorrogar, por mais um ano, a Lei do Inquilinato.

É lamentável, Sr. Presidente, se faça, mais uma vez, essa prorrogação *ex-abrupto*.

O Sr. Novas Filho — Muito bem! O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sempre defendi tal medida; devo, porém, agora proclamar que a continuidade excessiva dessa situação não merece louvores.

Encontro-me frente a um dilema: aceitar a prorrogação proposta na Câmara ou projetos como este, que ferem a economia popular, os interesses do povo.

São os proprietários os maiores responsáveis pela situação, porque conhecendo as suas necessidades e também, as coletividades, a disponibilidade de órgão consultivo a seu serviço, poderiam trazer trabalho completo ao nosso exame, de modo a que através das Comissões técnicas, elaborássemos obra eficiente, capaz de atender a um e a outro lado, isto é, aos donos de prédios e aos que pagam aluguel. O que prepondera geralmente no espírito do proprietário — é a ideia de lucro, mas sem compreender que ela não pode ser preponderante, que não deve predominar, porque dá outros interesses respeitáveis. A justiça social exige uma contemporização, em que o lucro cede em face do bem estar social.

Devo também entender os inquilinos não ser possível procrastinar, ano por ano, um estado em que os que tem propriedades se vejam esmagados por uma situação legal. Realmente, pelo modo como prorrogamos a Lei, estamos o contrasenso.

O Sr. Filinto Müller — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Com todo o prazer.

O Sr. Filinto Müller — Desejo prestar um esclarecimento e uma homenagem à atuação de V. Exa. que, no Senado, sempre manteve o ponto de vista que está agora debatendo, com o mesmo calor e entusiasmo.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Muito obrigado.

O Sr. Filinto Müller A urgência urgentíssima como costumamos chamar e que está sendo posta em prática, no momento, para prorrogação da Lei do Inquilinato, decorre da circunstância de haver sido concedida, ontem, na Câmara dos Deputados, a mar e que está sendo posta em prática, termina pura e simplesmente a prorrogação do estado atual da lei do Inquilinato. Assim, seria necessário votássemos rapidamente o nosso projeto a fim de que chegue aquela Casa do Congresso antes de ser o outro aprovado. A esse propósito, tive entendimento com aquele parlamentar e ouvi de S. Exa. a declaração de que considerava inteiramente razoável a modificação proposta no Senado, através do substitutivo do eminente Senador Gaspar Velloso. Adiantei ao nobre Deputado Araújo Steinbruch que mencionava reduzir de 50% o acréscimo autorizado pelo substitutivo, Gaspar Velloso. Foi o que fiz, apresentando a emenda que acaba de ser lida e a qual Vossa Excelência está discutindo. O próprio Deputado Araújo Steinbruch está ciente do fato e se manifestou inteiramente de acordo com a providência, porque entende ser necessário, realmente, um reajustamento dos preços atuais. O que propus, em relação ao encarecimento do custo de vida e aos anos que estão passando é praticamente insignificante; embora o aumento de 150% possa impressionar, incide apenas sobre os aluguéis pagos até 1946.

Era o esclarecimento que desejava prestar em homenagem a Vossa Excelência, ao seu espírito de coerência que sempre tem mantido ao defender os pontos de vista que agora expõe. A urgência urgentíssima foi requerida para anteceder à urgência da Câmara dos Deputados. Antes de apresentar a emenda — repito — tive a satisfação de ouvir de diversos deputados que estão encaminhando o assunto naquela Casa a declaração categórica, formal, de que a consideravam justa, razoável e aceitável.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, agradeço ao meu eminente amigo, ilustre e preclaro Líder da Maioria, Senador Filinto Müller, as palavras amáveis que houve por bem pronunciar a meu respeito; e, sobretudo, os esclarecimentos que me trouxe como subsídio para a continuação deste meu discurso em torno do grave problema que estamos debatendo.

É preciso, no entanto, fique assentado que eu não sou, no fundo, contrário a uma Lei do Inquilinato que reajuste a situação entre os inquilinos e os proprietários. Em certo momento há anos passados, eu era mais intransigente. Com o decorrer dos anos, entretanto, tive que ir cedendo em face das circunstâncias e tendo em conta, também, a corrida galopante que vemos, quase que a cada mês, no aumento de preços.

Continuar sustentando, portanto, a tese de não ser possível estabelecer-se certo equilíbrio ou certo reajuste, seria levar ao absurdo a intransigência.

O Sr. Novas Filho — Dá licença para um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Pois não.

O Sr. Novas Filho — Acompanho o desenvolvimento do discurso de V. Exa. com velha simpatia e admiração.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Obrigado a V. Exa.

O Sr. Novas Filho — Desejo apenas acentuar que o Senado se aco-

pará muito bem se ficar no meio termo: nem uma prorrogação simples, nem deixar os inquilinos desprotegidos de qualquer ação. O projeto atual, se analisado sob o aspecto jurídico, constitucional, é horrível, inqualificável; proporciona vantagens apenas a algumas pessoas, sem o devido de penalizar a coletividade. Cito a V. Ex.º um caso. Determinado amigo meu, possui, na Cidade de Recife, na rua da União, junto ao Secretariado de Segurança Pública, um prédio de dois pavimentos, alugado, há dezessete anos, ao Governo do Estado, e no qual funciona uma Delegacia de Polícia. Eu me lembro de fazer várias sugestões ao Secretário de Segurança — até ao pouco Sr. Bráulio Guimarães — Juiz-Coronel do Exército — para que autorizasse um reajustamento qualquer. O edifício continua alugado por mil cruzeiros, embora o proprietário prove, mediante os respectivos talões, que recebe a Prefeitura, mensalmente, mil e seiscentos cruzeiros de impostos. Paga ele, portanto, seiscentos cruzeiros mensais para que o Estado use e abuse do prédio de sua propriedade, pelo qual recebe o aluguel de mil cruzeiros. O Sr. Bráulio Guimarães respondeu-me que nada podia fazer. No seu entendimento, cabia ao Chefe de Polícia a execução e a garantia do cumprimento da lei do inquilinato. Poderia mencionar inúmeros casos semelhantes a esse. Viúvas e orfãos da Cidade do Recife passam hoje privações, enquanto seus inquilinos progredem no comércio, ou auferem bons vencimentos, como funcionários. Essas pessoas, no entanto, lutam com sérias dificuldades por serem forçadas a manter os alugueres antigos e não terem para quem recorrer. Focaliza o nobre colega, portanto, muito bem o problema, chamando a atenção do Senado para que não adotemos nem quatro nem oitenta, ficando no meio termo; isto é, em trinta ou quarenta por cento.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Obrigado ao nobre Senador Novaes Filho pelo auxílio que trouxe ao meu discurso, inclusive com uma explicação que lhe foi possível oferecer, entre outras muitas que poderiam ocorrer ao seu espírito.

O Sr. Novaes Filho — Permita-me concluir, nobre colega, pois não posso deixar de passar a oportunidade, e na minha idade a memória falha muito...

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Com todo prazer.

O Sr. Novaes Filho — O Chefe de Polícia declarou-me que, para atender ao meu apelo, procura outro prédio, com freio para a delegacia, mas não pudera alugá-lo, por falta de verba, porque o proprietário desejava vinte mil cruzeiros mensais.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, o exemplo que S. Ex.º trouxe é apenas — data venia e digo aliás com certo constrangimento — uma prova de ineptia, ou da parte da Câmara Municipal do Recife ou da parte do Prefeito daquela nobilíssima cidade. Porque, o que é lógico e profundamente humano, até direi intuitivo, é que se alguém, constrangido por lei, recebendo de renda do seu prédio apenas mil cruzeiros, é constrangido, no entanto, por outra lei, a pagar mil e seiscentos cruzeiros, alguma coisa deve estar errada; alguma coisa não está certa. Ou os lançamentos feitos pela Prefeitura não deveriam ser feitos nessa base e, sim, em base inferior, ou então, da parte de quem administra não há um critério de justiça.

O Sr. Novaes Filho — Permite Vossa Excelência ainda um esclarecimen-

to, a propósito desse ponto que Vossa Excelência focaliza?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Pois não.

O Sr. Novaes Filho — A Prefeitura do Recife está adotando o seguinte critério: examina o que possa valer de aluguel o edifício, e estabelece a coleta. Se está valendo menos, corre por conta ou da negligência ou da infelicidade.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, o que acaba de explicar o Senador Novaes Filho dá mão forte ao meu argumento. Desde que o prédio se encontra subordinado às imposições da Lei do Inquilinato, o administrador com responsabilidade e ciente dos seus deveres não pode agir por um padrão que seja o mesmo para todos, porque, realmente, a lei tendo estabelecido a desigualdade, esta se impõe como medida de taxaço.

Se tenho um prédio que dá a renda de dez mil cruzeiros mensais, e se posso com esse prédio fazer, na ocasião oportuna, quaisquer aumentos bem é de ver que os impostos que gravam esse prédio subordinam-se a uma proporção a que jamais poderiam estar subordinados aqueles outros prédios que, vinculados a um aluguel antigo, não têm, no entanto, possibilidade de acréscimo no preço da locação.

Se eu fosse administrador do Estado, Prefeito de um Município, ou ainda, se fosse legislador de uma Câmara Municipal, bater-me-ia contra uma taxaço que era, realmente, o absurdo dos absurdos, uma taxaço que nenhum homem de consciência poderia defender.

O Sr. Novaes Filho — Se o nobre colega me permite, desejo ainda declarar que esse meu amigo ficará satisfeito com a emenda de autoria do nobre Senador Filinto Müller, que permite o acréscimo de 150% sobre o aluguel antigo. Ele, que tem atualmente mil cruzeiros, passará a receber dois mil e quinhentos, dos quais pagará um mil e seiscentos à Prefeitura, ficando com o saldo de noventa e cinco cruzeiros, e muito feliz!

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Não entendo o conceito de felicidade, e por isso vou convocar os filósofos e beletistas desta Casa, para que estabeleçam essa conceituação.

O Sr. Novaes Filho — Ninguém nega a V. Ex.ª qualidades filosóficas.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Estou apenas encarando fatos; sou aprendiz.

Sr. Presidente, como ia dizendo, não se situe o problema da maneira por que alguns o fazem; não se situe esse problema no plano em que alguns o colocam. O ângulo da matéria deve ser atingido e compreendido em tempo.

Daria minha aprovação se a emenda substitutiva do nobre Senador Filinto Müller — talvez com a sugestão de um amaciamento — se S. Ex.ª, em tempo hábil, a houvesse submetido ao meu conhecimento. Agora, porém, já não é possível recomendar, e não me resta outro caminho senão votar contra o substitutivo e também contra a emenda.

Ademais, o argumento com que me honrou meu preclaro amigo, Senador Filinto Müller, de que o requerimento da "urgência urgentíssima" tem como objetivo impedir que, antes da aprovação do projeto em debate chegue a esta Casa outra proposição, que se encontra na Câmara dos Deputados, é o ponto fraco desse argumento.

A meu ver — e para falar com franqueza — lamentável é que sejamos forçados a usar o expediente de

urgência excepcionalíssima, para não permitirmos que, em tempo conveniente, possa também ter entrada nesta Casa o projeto de prorrogação simples da lei do inquilinato.

Se em outra oportunidade, o projeto fosse aprovado, em regime até mesmo de urgência urgentíssima, seria, talvez, justificável; mas neste ensejo, não é por que Sr. Presidente? Porque o povo não compreenderá essa atitude, não aceitará nosso ponto de vista, não se integrará nos nossos verdadeiros objetivos; terá impressão diferente; julgará que aprovamos essa urgência urgentíssima com o propósito de prejudicar os interesses de dezenas, de centenas de milhares de inquilinos, quando, na realidade, não tivemos e essa intenção.

Essa a razão, Sr. Presidente, da inconveniência da urgência urgentíssima; justamente

ma; e essa inconveniência está justamente no argumento que se aduz em seu favor, porque, no meu entendimento, esse argumento é contrário com efeito, rápido

com efeito, à aprovação dos requerimentos.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Com muito prazer.

O Sr. Pedro Ludovico — Um dos argumentos para o reajustamento dos alugueres é a desvalorização do cruzeiro. Todos sabemos que o cruzeiro ficou valendo dez vezes menos de 1940 para cá. E justo, pois, que os alugueres de casa também sejam aumentados, pelo menos cinco vezes, para acompanhar a desvalorização da moeda. Uma casa que, há 10 anos, era alugada por mil cruzeiros, é justo passe para cinco mil cruzeiros.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Agradeço ao nobre Senador Pedro Ludovico as ponderações sensatas em seu aparte. Não me estou recusando a aceitar suas alegações ou mesmo o ponto de vista de S. Ex.ª. O que estou a dizer é que a matéria deveria ter sido ponderada em tempo hábil; poderíamos ter, com efeito, durante o ano esmerilhado esse projeto. O que censuro é que ao apagar das luzes, mereça ele o nosso exame, reconhecendo, como estamos, que é de uma importância excepcional. O que estou dizendo, Sr. Presidente, é que o povo não vai compreender por que razão, já havendo nesta Casa um requerimento de urgência aprovado e que também já não se justifica — mas damos de barato que assim seja — concedemos hoje o regime de urgência urgentíssima para o caso. A razão responder-se-á: é que já existe outro projeto na Câmara dos Deputados. Pense como quiser o Senhor Aarão Steinbruch, modifique como quiser sua atitude — é direito seu — mas eu não mudo meus pontos de vista. Certo ou errado entenda o povo que esse projeto vinha em seu benefício. A urgência urgentíssima, portanto, que se pede ao Senado, — está confessado — é para evitar que a proposição, ora na Câmara dos Deputados, também em regime de urgência, venha a esta Casa antes que o projeto ora em discussão chegue à outra Casa do Congresso.

As ilações que daí tirará o povo, serão, lamentavelmente, contrárias à nossa atitude, se aprovarmos o projeto em regime de urgência.

Sr. Presidente, não discuto o mérito da proposição, dizendo que é justo ou injusto. No decorrer de todos estes anos, sempre esperei que surgisse uma lei que pudesse, num entendimento amplo entre inquilinos e proprietários, regular — tendo em vista a justiça social — os interesses de ambos os lados.

Desejo, e repito, que os maiores responsáveis por isso, são os proprietários,

porque dispõem de melhores meios do que os inquilinos, tendo seus interesses prejudicados, no exame do assunto deveriam ter apresentado esquemas capazes de atender não só os seus propósitos, como também os do povo. Se o não fizeram, sofram as consequências. E é doloroso que, assim seja, mas, no final das contas, a responsabilidade cabe a eles mesmos.

Sr. Presidente, é a urgência urgentíssima que combato. V. Ex.ª compreende os meus motivos. Já disse de antemão que, se pudesse examinar em tempo a emenda do nobre Senador Filinto Müller, talvez tivesse chegado a um acordo. Talvez eu lhe desse o meu apoio, porque reconheço que foi um esforço pacífico, para ressaltar os interesses de ambos os lados, sejam os dos inquilinos, sejam os dos proprietários. Mas surgindo exatamente — eis o erro — ex-abstracto, através do requerimento de urgência urgentíssima, não tenho outro caminho senão rejeitar o substitutivo e, consequentemente, se aprovado o substitutivo, rejeitar também a emenda, porque o meu ponto de vista lhe é contrário. (Muito bem; muito bem).

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENADOR LIMA TEIXEIRA, NA SESSÃO DE 31 DE OUTUBRO DE 1950, QUE SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. LIMA TEIXEIRA:

Sr. Presidente, logo que tive conhecimento do substitutivo apresentado pelo nobre Senador Gaspar Velloso, era meu propósito valer-me de todos os recursos regimentais, para impedir-lhe a aprovação.

Bem compreendo a repercussão que essa providência teria, sobretudo na classe menos favorecida da fortuna, quando os alugueres seriam aumentados — os de há dez anos em 30%; os até 1951, em 200% e os até 1955, em 50%.

Aprovado o substitutivo Sr. Presidente, a repercussão, na opinião pública, seria tão grande que causaria abalo à estabilidade do Governo, equivaleria a permitirmos o aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade sem qualquer contenção.

O nobre Senador Filinto Müller compreendeu em tempo a gravidade da questão, percebeu a impossibilidade de o Senado da República dar sua chancela ao Substitutivo que se pretendia aprovar nesta Casa com pareceres favoráveis — diga-se de passagem — das Comissões de Economia e de Constituição e Justiça.

Sr. Presidente, integrante de agremiação política que defende o trabalhador — o Partido Trabalhista Brasileiro — eu não poderia concordar com a providência proposta, até por entender que seria o caso de promover-se estudo mais acurado do projeto apresentado pelo nobre Senador Abelardo Jurema.

O Sr. Filinto Müller — Nesse ponto V. Ex.ª tem plena razão.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Devíamos — pensei — proceder a exame metódico procurando resolver de uma vez por todas o problema, que se vem arrastando através de sucessivas prorrogações, da melhoria dos alugueres dos prédios residenciais.

O Sr. Filinto Müller — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com muito prazer.

O Sr. Filinto Müller — V. Ex.ª tem razão. Já expliquei que fui forçado a apresentar a emenda substitutiva para não vingar a prorrogação pura e simples da lei do inquilinato. Pedi a tramitação em regime de urgência, por já se encontrar em andamento acelerado o projeto da Câmara dos Deputados. Tive, porém, o cuidado de

procurar o Deputado Aarão Steinbruch e expor-lhe meu ponto de vista. S. Ex.^a concordou com o que eu havia programado no Senado. O problema, merece estudo acurado e metódico, para uma solução que atenda as justas pretensões dos inquilinos, sem prevalecerem as sucessivas prorrogações, injustas com relação aos proprietários.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Muito agradável o esclarecimento do ilustre Líder da Maioria que se tem mostrando atento a problemas como o que estamos debatendo, de caráter eminentemente social.

Imagine, Sr. Presidente, que repercussão não teria par um operário que pagasse aluguel da casa há mais de dez anos, de quinhentos cruzeiros e o visse elevado da noite para o dia, para dois mil cruzeiros.

O Sr. Gaspar Velloso — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com muito prazer.

O Sr. Gaspar Velloso — O cálculo de V. Ex.^a refere-se aos aluguéis de mais de dez anos.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Eu dizia que, baseado na disposição que V. Ex.^a incluiu no projeto de prorrogação da lei de inquilinato — 300%, a partir de 1946 para traz — se o operário pagasse de aluguel quinhentos cruzeiros, com a sua aprovação passaria a dois mil cruzeiros.

O Sr. Gaspar Velloso — Lembro a V. Ex.^a apenas que esse operário não poderia pagar, em 1940, quinhentos cruzeiros pelo aluguel de uma casa, pois o salário mínimo, na época, era de duzentos e quarenta cruzeiros. Lembro ainda que o salário mínimo de 1940, foi elevado em 1956, para três mil e oitocentos cruzeiros. Pretende-se, agora, fixá-lo, a partir de maio do próximo ano, em cinco mil e oitocentos cruzeiros. Veja V. Ex.^a a diferença. De duzentos e quarenta cruzeiros, que era, para cinco mil e oitocentos cruzeiros. Quantas vezes aumentou o salário desse operário? O Sr. Filinto Müller — Vinte vezes. O Sr. Gaspar Velloso — Vinte vezes diz o ilustre Líder da Maioria. Pergunto a V. Ex.^a: é justo e humano que esse operário, cujo salário foi tão aumentado continue pagando à pobre viúva ou aos órgãos proprietários o mesmo aluguel que pagava em 1940?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Como se todos os imóveis pertencessem a viúvas...

O Sr. Gaspar Velloso — Responda V. Ex.^a à pergunta que formulei.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Responderei. V. Ex.^a parte do ano de 1940, esquecido de que até 1946 são 300%. Quando citei o aluguel de quinhentos cruzeiros, foi apenas para exemplificar, não tomando em consideração o salário estabelecido pela tabela de 1946.

O Sr. Gaspar Velloso — O salário de 1946 era de Cr\$ 380.00 e o de 1959 talvez seja de Cr\$ 5.800.00. Veja V. Ex.^a a proporção do aumento.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Até 1946, o que não se justifica, o aumento será de 300%.

O Sr. Novais Filho — E a desvalorização da moeda? Não a leva em conta V. Ex.^a?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Senhor Presidente, veja V. Ex.^a onde iríamos parar, se aprovado o substitutivo do nobre colega Senador Gaspar Velloso. Aliás, S. Ex.^a foi movido pelo melhor dos propósitos. Todos reconhecemos que os proprietá-

rios necessitam de aumento dos seus aluguéis. Não se sou contrário. Acho apenas excessivas as percentagens.

O Sr. Gomes de Oliveira — V. Ex.^a trata toda a razão. Realmente, cada família baseia sua vida nos aluguéis.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Exato.

O Sr. Gomes de Oliveira — Não podemos estabelecer o aumento, abruptamente, de um só golpe, porque o standard de vida de cada indivíduo, de cada família ajusta-se ao aluguel. É preciso, antes, reajustar o poder aquisitivo de cada família aos novos padrões; sobretudo, agora, quando tudo aumenta.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Perfeito.

O Sr. Filinto Müller — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com prazer.

O Sr. Filinto Müller — Foi atendendo a certas ponderações, inclusive as de V. Ex.^a, corroboradas pelo nobre Senador Gomes de Oliveira, que apresentei a emenda substitutiva, que reduzirá de 50% os índices do primeiro substitutivo.

O Sr. Gaspar Velloso — Permite o nobre orador um contra-aparte aos argumentos apresentados pelo nobre Senador Gomes de Oliveira. Ao incluir-se o salário mínimo, ao computar-se o seu valor real e o dos vencimentos que deverão receber os funcionários públicos diversos elementos entram em jogo, habitação, vestuário, alimentação, educação, etc. Pergunto a V. Ex.^a se em 1944, quando se processaram os cálculos para a elevação dos salários dos operários e dos vencimentos dos funcionários públicos, foi considerada a habitação na base dos aluguéis de 1940. Estabeleceu-se a que estava em vigor.

O Sr. Gomes de Oliveira — Permite o nobre orador responder ao aparte do Senador Gaspar Velloso.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com prazer.

O Sr. Gomes de Oliveira — Na verdade, nobre colega, o padrão de vida de cada família, de cada indivíduo, ficou ajustado aos aluguéis estabelecidos, então. Ninguém procurou adaptar suas despesas, levando em consideração essas parcelas que os aluguéis estimam para estabelecer o salário mínimo. Cada família amoldou seu padrão de vida ao baixo custo do aluguel.

O Sr. Gaspar Velloso — As comissões agirão dessa maneira? Não!

O Sr. Gomes de Oliveira — Hoje, é essa a realidade: cada um tem por padrão de vida a base atual dos aluguéis. Como, de uma hora para outra, reajustá-los, fugindo à realidade da vida de cada família, de cada indivíduo?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Há outra circunstância, a que não havia aludido: o prédio também difere muito do prédio rural. Um e outro têm que ser conservados pelo inquilino; mas o prédio urbano, nos contratos tem duração sempre maior. O proprietário só faz receber o aluguel, sem qualquer gasto. Não há, por consequente, perda; não há praticamente prejuízo. Acresce que, em geral, os inquilinos, quando o aluguel é baixo, dão espontaneamente, uma compensação, por fora, extra-contratual. Raro é aquele que não o faz.

O Sr. Gaspar Velloso — Julga V. Ex.^a honesto esse procedimento? Uma parte está burlando a lei em detrimento de outra.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Não estou entrando no mérito da questão.

tão só, mostrar a V. Ex.^a que, quando o inquilino reconhece que o aluguel é baixo, ele próprio compensa a diferença. Argumentar-se com o absurdo de se permitir, agora, acima do que já dá o inquilino por fora mais trezentos ou duzentos por cento, é querer-se o irrealizável.

O Sr. Gaspar Velloso — No ano passado, demos os trezentos por cento que V. Ex.^a julga exorbitante.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Para as casas comerciais e as casas plias o que tem toda a justificativa. Têm renda. Não neguei meu apoio a esse aumento.

Sr. Presidente, o nobre Senador Filinto Müller fez-me algumas ponderações pois eu estava disposto a fazer obstrução, a utilizar-me de todos os meios regimentais para não deixar passar o projeto como está redigido.

O Sr. Filinto Müller — Agradeço a V. Ex.^a a deferência e a compreensão da qual, aliás, o nobre colega tem dado prova durante toda sua atuação no Senado.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Muito obrigado.

O Sr. Filinto Müller — Foi justamente esse espírito de compreensão de V. Ex.^a que mais uma vez o levou a combater o projeto como estava redigido e, até por certo ponto, aceitar minha emenda.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Muito obrigado a V. Ex.^a.

Sr. Presidente, dos males o menor. Sei que o nobre Senador Filinto Müller, ao apresentar o substitutivo, reduziu 50%; já não são mais 300% e sim 150%. Gostaria que S. Ex.^a confirmasse esses números, para que amanhã, no caso de qualquer dúvida, se possa lançar mão dos Anais para uma interpretação autêntica. Segundo S. Ex.^a me informou, o aumento será de 150% de 1946 para traz; de 100%, de 1946 a 1951; e 30% de 1951 a 1954.

O Sr. Filinto Müller — É exato.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Amanhã, se surgir alguma dúvida, poder-se-á recorrer aos Anais do Senado e a mesma será desfeita.

Entendo que, ainda assim, a repercussão será desfavorável. O nobre Senador Gaspar Velloso, no seu parecer declara que é uma medida impopular.

O Sr. Gaspar Velloso — Perdô-me, não consta tal expressão do meu parecer. V. Ex.^a não tem em mãos o original. Há, sim, a expressão "embora não definitivo".

O Sr. Filinto Müller — Concordo com o nobre Senador Lima Teixeira em que a medida, até certo ponto, é impopular.

O Sr. Lima Teixeira — É impopular e vamos assistir a uma grieta terrível; mesmo sendo um aumento de apenas 150% para os prédios de mais de 10 anos irá repercutir desfavoravelmente na opinião pública.

O Sr. Filinto Müller — Em determinados setores. E por isso que também me parece medida até certo ponto impopular.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Não criarei obstáculos, Sr. Presidente, nem me utilizarei dos recursos que o Regimento Interno faculta e, também, não posso dar meu voto desfavorável, porque sustento, de início, a necessidade de elaborarmos obra definitiva, baseada em princípio no substitutivo oferecido pelo nobre Senador Filinto Müller.

O Sr. Filinto Müller — Coloco-me à disposição de V. Ex.^a para, no próximo ano, organizarmos um projeto

que atenda as reais necessidades brasileiras. Ponho-me, desde já, ao seu dispor como auxiliar, o que será, para mim, muita honra.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Muito agradecido a V. Ex.^a. A honra seria mais minha, por contar com o apoio de um homem que se tem revelado, nesta Casa, não só um bom timeiro no dirigir a Maioria, como, também, possuidor de elevado espírito público.

O Sr. Filinto Müller — Obrigado a V. Ex.^a.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Não há dificuldade em nos encontrarmos em semelhante objetivo. Não acredito em permissão-me V. Ex.^a a franqueza — seja boa a solução proposta, agora, Grangeará a repulsa da opinião pública, principalmente na crise que atravessamos, quando ainda não se aumentou o salário mínimo e os funcionários públicos e os militares pleiteiam aumento de vencimentos. Não dificultarei a aprovação do projeto, conforme prometi ao nobre Senador Filinto Müller. Votarei, no entanto, pela sua rejeição, por entender indesejável um estudo mais meduloso, visando à solução definitiva e satisfatória.

Essas as razões que desejava apresentar, sobretudo considerando a matéria como representante trabalhista. (Muito bem; muito bem).

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATOS DO DIRETOR GERAL

O Diretor Geral, por despachos de 30 do corrente mês, concedeu salário-família aos seguintes funcionários:

Carlos Gustavo Schmidt Nabuco, Oficial Legislativo, classe "L", a partir de abril de 1956, em relação a seu filho Luiz Gustavo. (Requerimento 150-58).

Pedro Rodrigues de Souza, Auxiliar da Portaria, classe "L", a partir de outubro corrente, em relação a seu filho Jorge Rodrigues de Souza (Requerimento n.º 149-58).

Secretaria do Senado Federal, em 31 de outubro de 1958. — *Non Borges Seal*, Diretora do Pessoal.

PORTARIA 12 DE 30 DE OUTUBRO DE 1958 (*)

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Arthur Botelho Casado Lima, Auxiliar Legislativo, classe "J", para ter exercício na Diretoria de Taquigrafia.

Secretaria do Senado Federal, em 30 de outubro de 1958. — *Luiz Nabuco*, Diretor Geral.

PORTARIA 41 DE 30 DE OUTUBRO DE 1958

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve transferir a Auxiliar Legislativo, classe "J", Antonieta Furtado Rezende, da Diretoria da Taquigrafia para o Gabinete do Secretário Geral da Presidência.

Secretaria do Senado Federal, em 30 de outubro de 1958. — *Luiz Nabuco*, Diretor Geral.

* Reproduzida por ter sido publicada com o nome de

PREÇO DO NÚMERO DE HOJE: CR\$ 0.10